



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE VIDA:
EFEITO MEDIADOR DAS PRIORIDADES AXIOLÓGICAS**

GLEIDSON DIEGO LOPES LOURETO

João Pessoa-PB

Fevereiro de 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE VIDA:
EFEITO MEDIADOR DAS PRIORIDADES AXIOLÓGICAS**

Gleidson Diego Lopes Loureto, Mestrando

Valdiney Veloso Gouveia, Orientador

João Pessoa, Fevereiro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE VIDA:
EFEITO MEDIADOR DAS PRIORIDADES AXIOLÓGICAS**

Gleudson Diego Lopes Loureto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado), da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para a obtenção do grau de *Mestre* em Psicologia Social.

João Pessoa, Fevereiro de 2019

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

L892t Loureto, Gleidson Diego Lopes.

Tomada de Risco Orientada ao Status e Estratégias de
Vida: Efeito Mediador das Prioridades Axiológicas /
Gleidson Diego Lopes Loureto. - João Pessoa, 2019.
190f.

Orientação: Valdiney Veloso Gouveia Gouveia.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Tomada de risco orientada ao status, personalidade.
2. valores humanos, teoria da história de vida. I.
Gouveia, Valdiney Veloso Gouveia. II. Título.

UFPB/CCHLA

**TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE VIDA:
EFEITO MEDIADOR DAS PRIORIDADES AXIOLÓGICAS**

Gleidson Diego Lopes Loureto

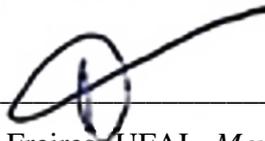
Banca Avaliadora:



Prof. Dr. Valdíney Veloso Gouveia (UFPB, *Orientador*)



Cícero Roberto Pereira (UFPB, *Membro Interno*)



Leogildo Alves Freires (UFAL, *Membro Externo*)



Layrthton Carlos de Oliveira Santos (Faculdades Integradas de Patos, *Membro Externo*)

Dedico este trabalho às minhas flores:
minha bisavó, Helena Barbosa, minha avó,
Lucília Barbosa, minha mãe, Lene Barbosa,
minhas tias Neide Barbosa e Cleide Barbosa e
à minha, também avó, Terezinha Sanguanini.
Por absolutamente tudo.

Sol, Chuva, Céu... o
canto dos pássaros; a
força das tempestades...
urgem, constantes!

AGRADECIMENTOS

Sobre estar conquistando mais uma etapa na vida... primeiramente, preciso agradecer às pessoas, sendo mais concreto, às mulheres, que me acompanharam desde sempre, sem nunca me abandonarem em nenhuma ocasião! Elas fazem parte do meu jardim: a minha bisavó Helena Barbosa, a minha avó Lucília Barbosa, a minha mãe Lene Barbosa, as minhas tias Neide Barbosa e Cleide Barbosa e a minha, também avó, Tereza Sanguanini. Em razão de vocês, certamente, meus passos foram mais firmes e orientados; em razão de vocês pude, com muito apoio, ingressar no Ensino Superior Público; em razão de vocês, pude ter a possibilidade de vislumbrar cursar mestrado; alvo que não fazia parte dos meus objetivos até metade de minha graduação em Psicologia. Vocês me criaram, me alimentaram, me vestiram, me educaram, tiveram toda a paciência do mundo comigo. Olho para trás e até me questiono se merecia tanto zelo de tantas mulheres de uma vez só; que privilégio. Reforço, são minhas flores que amo muito; são tudo para mim! Ademais, agradeço ao meu irmão Eduardo por nunca me dar trabalho e ser um filho exemplar. Tem cuidado bem de nossa mãe nesse tempo que estou longe de casa.

Nesse processo de estar em morando em João Pessoa-PB, olho para trás e agradeço à vida. Assim, dedico este parágrafo ao meu Professor, Orientador em todo meu processo de graduação e Amigo, Leogildo Alves Freires. Lembro-me da primeira vez que o avistei pelo bloco de Psicologia da UFRR (Setembro de 2013!), época que me encontrava em uma espécie de crise existencial no curso, sem rumo. Avistei Leogildo pelos corredores por instantes, pois caminha rápido. Logo, descobri que se tratava do docente responsável pela Disciplina Técnicas de Exames Psicológicos I (TEP-I), justamente a disciplina, pela qual demonstrava interesse e alimentava curiosidade. Na primeira aula, as impressões foram as melhores possíveis: pontualidade, seriedade e ritmo forte (as atividades do grupo de estudo ocorriam, também, em dezembro e janeiro,

rsrsrs). Sua postura assertiva e constante ao longo do semestre, bem como o apreço para com suas atividades frente à disciplina serviram-me de inspiração. Fatalmente, você, Professor Leogildo, constitui um exemplo de profissional e de pesquisador para mim. Ademais, agradeço por ter me mostrado que eu tinha condições de cursar mestrado com um pesquisador de ponta no Brasil. Léo, meu amigo, o amor é grande; voltar para Boa Vista-RR (na metade de 2018) e não te ver por lá foi moído, visse? Em breve estarei na sua porta em Maceió-AL! Obrigado por todas as lições ensinadas e sigamos em frente com a nossa sólida e doce parceria!

Agradeço, de igual modo, ao meu orientador, Professor Valdiney Veloso Gouveia, que conheci, precisamente, dia 07 de agosto de 2013. O cenário era uma manhã de apresentações no evento de Iniciação Científica na UFRR (Boa Vista, Roraima), em que, pelo menos, um dos integrantes da banca era um pesquisador produtividade do CNPQ; era justamente o Professor Valdiney! Apresentei minha primeira pesquisa da graduação, qualitativa, no qual fui avaliado com seriedade, mas em clima de descontração. Professor Valdiney estava de camisa de polo, tênis laranja (lembro perfeitamente) e mochila nas costas. Ao final das apresentações, se dispôs a conversar com os alunos lá presentes. Na ocasião, afirmou que tínhamos pesquisas de qualidade e muito potencial para colocar a região Norte no mapa da pesquisa no Brasil. Não deixamos o senhor aproveitar o *coffee break*, e mesmo assim, ainda disponibilizou endereço de e-mail para contato. Quero agradecer, professor, por sua humildade e paciência naquela ocasião conosco porque, de fato, foi essencial ouvir aquelas palavras do senhor, quando não acreditávamos em nós próprios. Agora aqui estou, em João Pessoa, Paraíba, buscando aproveitar ao máximo a oportunidade que me concedeu. Muito obrigado pela confiança, pela amizade diária e por fazer parte de seu núcleo de pesquisa, o BNCS.

Gostaria de agradecer também à Professora Soraya Ivon Ramirez Moreno, da UFRR, pelas oportunidades que me concedeu no início da minha graduação em que pude adentrar no mundo da pesquisa em Psicologia, através da iniciação científica. Ao professor Lourival Novais, que rapidamente me concedeu sua amizade, ainda em 2011, agradeço por toda sua sensibilidade e carinho. Ao Professor e amigo Lázaro Batista, muito obrigado por me ter proporcionado, em suas disciplinas ministradas, a leitura de referenciais teóricos que, até então, não tinha a perspectiva de ler durante a graduação.

Ainda, na trajetória dentro do Curso de Psicologia da UFRR, tive a oportunidade de criar grandes amizades e mais que amizades também. Encontrei Marina Luiza Pereira Guimarães, minha namorada. Uma menina linda e que me faz um bem danado. Muito obrigado por fazer parte da minha vida! Ademais, agradeço por sua paciência na época da reta final da minha graduação, que coincidiu com os estudos da seleção para o mestrado, que nos privou de passarmos mais tempo juntos. Outro ponto fundamental, foi seu apoio na minha decisão de cursar mestrado longe de casa, o que implica em meses de distância. Sem seu apoio e torcida, tudo isso se tornaria muito mais difícil. Tu és uma menina incrível. Admiro muito o seu zelo e seriedade com seu processo de graduação em Psicologia e seu comprometimento para com seus objetivos. Te amo! Agradeço, também, à sua mãe, Maria José Cabral Pereira, uma Pernambucana de fibra, pela qual tenho muito carinho e admiração por sua trajetória pessoal e profissional; a senhora é uma mulher incrível.

Agradeço também à banca examinadora que se dispôs a avaliar minha dissertação. Além do Professor Leogildo (membro externo), agradeço imensamente, também, ao Professor Layrthton Carlos de Oliveira Santos, avaliador externo, por aceitar prontamente o convite, deslocando-se para João Pessoa-PB. Aqui, peço licença, para chamá-lo de LC, um sujeito de escrita técnica impecável; sem falar nas habilidades

gastronômicas, confeccionando pratos dos quais não conheço a maioria dos ingredientes. Tenho acompanhado seu crescimento profissional e ficado muito feliz por sua trajetória; agradeço, de igual modo, pelo carinho e recepção quando, pela primeira vez, estive em João Pessoa-PB, em 2015. Muito obrigado ao Professor Cícero Roberto Pereira, leitor interno, por ter aceitado gentilmente o convite com suas famosas reticências “...viva Diego”. Tive oportunidade de conhecer sua capacidade e competência em 2017, ocasião em que ministrou a disciplina de Métodos Avançados de Pesquisa Quantitativa. Ademais, foi fundamental na confecção da presente versão da pesquisa, em razão de ter se disponibilizado a corrigi-la na Jornada Acadêmica do mestrado.

E sobre minha adaptação em João Pessoa-PB? Ocorreu sem dificuldades e, por uma série de motivos, ou melhor, amigos. Tudo começou em 2016, época de seleção de mestrado, quando recebi solicitação de amizade no *facebook* do Alessandro Teixeira Rezende. Na ocasião, me auxiliou com orientações, culminando em me receber em sua casa. Lá, por ocasião da prova, fiquei nada mais, nada menos que onze dias, comendo demais. Nem com roupa suja voltei para casa, até a máquina de lavar, eu usei. Me senti em casa, grande parte disso, culpa de sua mãe, Elza Teixeira. Ela me recebeu com a atenção possível: me levou na praia, no *food truck*, na sorveteria. Para mim, vocês também são minha família. Recentemente, me adotaram em duas ocasiões simbólicas: comi de graça lá, de novo, no Natal e Ano Novo. Com Alessandro, aconteceu o que se pode chamar de amizade à primeira vista. Nos identificamos em vários sentidos. Não preciso mencionar aqui o seu ritmo insano de trabalho; quando coloca um cronograma na cabeça, só dorme depois que finaliza (louco rrsrs). Meu amigo, muito obrigado por tudo: pelo acolhimento, por sempre me atender quando prefiro ligar (rrsrs) e por sempre torcer por mim. Torço muito por você nos âmbitos pessoal e profissional e que

sigamos com nossa amizade, enfrentando todos os obstáculos da vida; o que você fez por mim em dois anos não tem preço, nem como expressar na totalidade. Abraço forte; te amo. Claramente, você é um profissional muito competente e que tem uma grande carreira acadêmica pela frente, meu irmão.

Não recebi apenas uma solicitação, mas duas; era Maria Gabriela Costa Ribeiro, com uma foto no perfil sorrindo, é claro! A situação é simples, Gabi não vai uma manhã ao BNCS (o que é raríssimo) e a atmosfera muda. Quando chega à tarde, completa nossa tarde com descontração. Aprendi muito com você, Gabi! Não esqueço das ocasiões em que precisei de ajuda e orientações, por minhas ansiedades, e você nunca disse não, usando horas do seu tempo de descanso para me ouvir (você vai lembrar dos grupos focais antes de começarmos a trabalhar pela manhã rrsrs). Descobrir que em João Pessoa-PB havia uma pessoa tão empolgada com o mundo acadêmico como eu, foi um alívio (rrsrs). Além de luz, é uma profissional dedicada, além do rigor teórico e metodológico, tem mais habilidades sociais e comunicativas que todo mundo junto. O que lhe espera pela frente? Muito sucesso profissional, pois é uma pessoa constante e que sabe exatamente onde quer chegar. Muito obrigado por sua positividade e autoestima que nos ajuda a continuar em nossa caminhada. Você ainda vai nos dar muito orgulho!

Já no processo de mudança definitiva para João Pessoa-PB, outros amigos tiveram papel fundamental. O primeiro é um sujeito com cara de mau, mas que por dentro é um doce: meu amigo e Professor Renan Pereira Monteiro. É uma pessoa com um estilo acadêmico que me chama atenção e que sempre quis ter contato diário, sobretudo depois que participou de minha banca de TCC (sugestões com força rrsrs). Renan, gentilmente, me acolheu no apartamento em João Pessoa e eu não tive, absolutamente, nenhuma dificuldade nesse processo (depois que se tornou professor,

falava para mim: “vai fazer meu café, estagiário” rrsrs). Obrigado, meu amigo, não tenho palavras para lhe agradecer! Ainda, no mesmo apartamento, dois outros amigos também me acolheram. Ricardo Couto e Gabriel Fernandes. Ricardo me cedeu seu quarto, quando viajou, além de ser muito competente nas estatísticas também; tivemos momentos de aprendizados na disciplina que cursamos e de amizade na nossa rotina diária de ir caminhando para a UFPB. Valeu, parceiro! Torço por você, meu amigo. Já Gabriel, se dispôs a ficar em casa para me receber em um feriado de carnaval, quando cheguei no aeroporto; ficou o dia inteiro respondendo todas as minhas perguntas sobre a cidade, bairro, vizinhança, etc. (haja paciência rrsrs). Entre inúmeros cafés durante a madrugada, desenvolvemos nossa amizade; vivi seus momentos finais antes de partir de João Pessoa; vai, parceiro, voa. Obrigado pela parceria. Recentemente, chegou Paulo Gregório. Apesar de suas bagunças no apartamento, a convivência é tranquila; um cara de coração bom demais; obrigado pela amizade rápida e por sempre estar disposto a me ajudar em nossa rotina em casa e na universidade.

Agradeço também a Heloisa Bárbara (e Alessandro) por ter me buscado no aeroporto na época da seleção de mestrado. Foi fundamental a recepção para eu me sentir mais à vontade com a tensão que trouxe comigo. Bárbara é virginiana. Altamente meticulosa e responsável; trabalho fácil com ela, pois tudo o que peço, ela já tem organizado! Muito obrigado por me dar bola (Bárbara é meio difícil rrsrs). De você só espero uma coisa: sucesso. Você, e nós, sabemos de sua capacidade, além de uma amiga sincera em que podemos confiar. No dia seguinte, na praia, conheci ela, sim, a Nájila Bianca Campos Freitas. Bia, é uma pessoa que desperta sentimentos bons em nosso cotidiano. Ao observar para Bia, vejo claramente a figura de professora, fato que me enche de orgulho! Obrigado pelo o seu acolhimento e pelos abraços sinceros logo pela manhã no BNCS.

A Ítalo Guedes que, juntamente com Bárbara, me buscou no aeroporto e no dia seguinte e nos levou à praia para diminuir a ansiedade antes da prova. Nesse dia, tive o prazer de conhecer uma pessoa linda, a Camilla Figueiredo (gostei muito do seu sotaque!). Fico imensamente feliz de ter a oportunidade de acompanhar o crescimento profissional de vocês nessa fase de, também, mestrados. São duas pessoas pelas quais preservo muitos sentimentos leves; é sempre agradável vê-los pelos corredores da universidade. Agradeço pelo acolhimento e quero expressar que torço por vocês; fico muito feliz pela amizade que construímos. Muito obrigado, meu amigo e minha amiga!

O Estado do Piauí, também, me possibilitou conhecer pessoas fundamentais na minha adaptação em João Pessoa-PB. Agradeço à Flávia Marcelly por seu companheirismo e sensibilidade. Ainda no primeiro ano de mestrado, ministramos juntos algumas palestras; foi ótimo trabalhar com você, dividindo uma sala de aula. Fico muito feliz por suas conquistas recentes, voa Flávia! À Olindina, por toda sua doçura e etiqueta (rsrsrs). Obrigado por nunca recusar descer todas as escadas para tomarmos café (rsrsrs). Já lhe disse, Olindina você vale ouro! Torço por um caminho de sucesso profissional para você e fico feliz por sua evolução no decorrer do mestrado. Continue firme em busca de seus objetivos. Aliás, obrigado Flávia e Olindina, por me acolherem em sua casa, quando fiquei do lado de fora do meu apartamento (rsrsrs). À Tátilla Brito, por me acolher com muita paciência nos primeiros dias aqui em João Pessoa-PB; almocei três dias seguidos em sua casa (comi todas as suas bananas rsrsrs). Para mim, esses dias foram muito significativos, era semana de feriados, e ainda me adaptava à nova rotina de morar fora de casa. Obrigado por sua amizade e sensibilidade! Ao Anderson Mesquita, por sua paciência e disposição, me auxiliando nos estudos sobre estatística na seleção de mestrado e pelos momentos de lazer em João Pessoa. Obrigado, meu amigo, você foi show! Ao Tailson Mariano por me apoiar tanto no processo de

seleção, quanto em minha adaptação à rotina da universidade (além de me indicar jogos e bandas progressivas rrsrs). Obrigado por sua amizade e torcida.

Às minhas amigas de graduação, Aline Cândida da Silva, Náiades da Mota Lima, Naoma Gordon Melville e Thainara Brito. Apesar de todos os momentos de tensão na graduação, tivemos mais momentos de descontração, de calor e felicidades. Agradeço também a Aline Baú e a Diany Albuquerque Avilar pelas risadas e por estarem próximas a mim nesse momento final da graduação; meus presentes de graduação. Ademais, tenho imensa gratidão pela amizade longa e duradoura de Erlândio Andrade de Sousa, um amigo ímpar, estendendo minha gratidão aos “perigosos” Erasmo Nascimento, Matuzalém Sousa, Emerson Silva e Paulo Xavier. Agradeço aos amigos do grupo “*Brothers Parseros*”, Cristofer Igo Gomes Brito, César Edgar Aguiar da Silva e Giovanni Velasco, por todo apoio à distância, cada um em ponto no mapa do Brasil. Também, teci amizades na cidade de Patos-PB. Agradeço à vida por ter conhecido Thereza Christina, Adão Santos, Renata Ferreira e Brenda Kaliely. Se há uma palavra que os define é perseverança. Vocês me inspiram com suas trajetórias, além de serem pessoas simples e dispostas a ajudar ao próximo; brilhem muito!

Agradeço, também, aos integrantes do BNCS que só via por foto, dos quais, sempre quis saber como trabalhavam e que conheci no ano de 2015: Roosevelt Vilar e Rafaella Araújo, os Professores Carlos Eduardo Pimentel e Emerson Diógenes (se garantem!), às professoras Larisse Barbosa e Rebecca Athayde, por criarem oportunidades de crescimento profissional durante o meu mestrado. Agradeço às professoras Karen Guedes e Isabel Oliveira pelas palavras de incentivos, quando nos visitam no BNCS. À Thiago Cavalcanti, pela disposição de nos ajudar nas atividades diárias da pós-graduação e pelos momentos de descontração. Ainda, agradeço sinceramente aos demais integrantes do BNCS pela convivência e ensinamentos diários:

Francicléia Lopes, Aline Almeida, Maria Aparecida, Nayla, Bruna Falcão, Lucas Bacalhau e Marina Sá!

Por fim e não menos importante, agradeço enormemente a todas as pessoas que participaram de minha pesquisa, respondendo-a, bem como aos amigos que compartilharam um pouco de seu tempo ajudando a divulgá-la. Estendo meus agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa de mestrado concedida, tornando possível a finalização da minha pesquisa. Muito obrigado a todos!!!

TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE VIDA: EFEITO MEDIADOR DAS PRIORIDADES AXIOLÓGICAS

Resumo. A presente dissertação objetivou responder ao problema: como a Tomada de Risco Orientada ao Status (TROS) e os valores humanos explicam as estratégias de história de vida (LHS)? Para tanto, quatro estudos empíricos foram delineados. No Estudo 1, objetivou-se adaptar para o Brasil a Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status, composta por 8 itens (ETROS-8). Participaram 233 estudantes universitários com média de idade de 23,7 anos ($DP = 5,77$) que responderam a ETROS-8 e questões sociodemográficas. Uma análise fatorial exploratória indicou uma estrutura unidimensional (método *Hull*), explicando 53,0% da variância total com adequada precisão (e.g., $\Omega = 0,87$). Análises via Teoria de Resposta ao Item demonstraram que os itens da ETROS-8 discriminam adequadamente os participantes e exigem moderada quantidade de traço latente para serem endossados. O Estudo 2 objetivou reunir evidências psicométricas complementares da ETROS-8. Participaram 202 estudantes universitários com média de idade de 23,5 anos ($DP = 6,07$) que responderam a ETROS-8, o *Big Six Factors of Personality* (BSFP) e questões sociodemográficas. A análise fatorial confirmatória corroborou a estrutura unifatorial (e.g., $CFI = 0,97$) e invariância total do instrumento frente ao sexo dos participantes (e.g., $\Delta CFI < 0,01$). Ainda, a ETROS-8 correlacionou-se negativamente com os fatores Honestidade-Humildade e Amabilidade, indicando sua natureza socialmente hostil. Via teste-reteste ($n = 43$), os dados apontaram que a ETROS-8 apresenta estabilidade temporal ($r = 0,81$; intervalo de 30 dias de aplicação). No Estudo 3, investigou-se a relação da TROS com os valores humanos. Participaram 225 sujeitos da população geral com média de idade de 28,6 anos ($DP = 9,39$) que responderam a ETROS-8, o Questionário dos Valores Básicos (QVB) e questões sociodemográficas. Análises bivariadas indicaram correlações positivas com os valores pessoais e negativas com os valores centrais e sociais. A Análise de Perfis Latentes revelou diferentes subgrupos em termos de padrões de associação da TROS e valores humanos que diferiram quantitativa (Perfil autocentrado vs. Perfil pró-social) e qualitativamente (Perfil autocentrado e Perfil pró-social vs. Perfil Adaptativo). Os dados suportaram tanto uma relação congruente (i.e., traço-expressivo e prioridade axiológica com metas compatíveis), quanto uma associação não linear que pode refletir respostas a determinados contextos; plasticidade adaptativa. Por fim, no Estudo 4, buscou-se levantar evidências evolutivas da TROS e valores humanos, sob o Paradigma da História de Vida, testando o papel mediador das prioridades axiológicas nesse cenário. Participaram 230 sujeitos da população geral com média de idade de 30,3 anos ($DP = 9,22$) que responderam a ETROS-8, o QVB, o Mini-K (medida de diferenças individuais em LHS lentas) e questões sociodemográficas. Os resultados indicaram que a TROS apresenta LHS rápidas (e.g., altas taxas de fecundidade e mortalidade), admitindo-se o papel mediador dos valores interativos e normativos nesta relação. Em suma, confia-se que o objetivo foi atingido. Além da adaptação um instrumento da TROS com evidências psicométricas satisfatórias, atestou-se o poder preditivo da TROS e valores humanos frente às LHS, verificando um efeito mediador das prioridades axiológicas nesse cenário.

Palavras-chave: Tomada de risco orientada ao status, personalidade, valores humanos, teoria da história de vida

STATUS-DRIVEN RISK TAKING AND LIFE STRATEGIES: THE MEDIATING EFFECT OF AXIOLOGIC PRIORITIES

Abstract. This dissertation aimed to answer the following research question: how does the Status-Driven Risk Taking (SDRT) and human values predict the life history strategies (LHS)? Four empirical studies were conducted. Study 1 aimed to adapt the SDRT-8 scale, composed by 8 items, to the Brazilian context. Participants were 233 undergraduate students with a mean of age of 23.7 years old ($SD = 5.77$) that answered the SDRT-8 scale and demographic questions. An exploratory factor analysis indicated a one-factorial structure (Hull method), explaining 53.0% of total variance with satisfactory reliability (e.g., $\Omega = 0.87$). Item Response Theory analysis demonstrated that the items of the SDRT-8 scale discriminate participants properly and require moderate levels of latent trait to be endorsed. Study 2 aimed to provide more robust psychometric evidence for the SDRT-8 scale. Participants were 202 undergraduate students with a mean of age of 23.5 years old ($SD = 6.07$) that answered the SDRT-8, the Big Six Factors of Personality (BSFP) and demographic questions. A confirmatory factor analysis confirmed the previous factorial solution (e.g., $CFI = .97$) and supported a full invariance across gender (e.g., $\Delta CFI < .01$). The SDRT-8 correlated negatively with Honesty-Humility and Agreeableness, supporting its aversive facet. A test-retest reliability ($n = 43$) provided temporal stability evidence for the SDRT-8 ($r = .81$; participants contacted 30 days later). In study 3 was investigated the human values correlates of the SDRT. Participants were 225 subjects from general population with a mean of age of 28.6 years old ($SD = 9.39$) that answered the SDRT-8, the Basic Values Survey (BVS) and demographic questions. Bivariate analysis indicated positive correlations with personal values and negative correlations with central and social values. The Latent Profile Analysis revealed different subgroups of association patterns between SDRT and human values with quantitative (Self-centered profile vs. Prosocial profile) and qualitative distinctions (Self-centered profile and Prosocial profile vs. Adaptive profile). The data supported both a congruent relationship (i.e., trait-expressive and axiological priority with compatible goals), and a non-linear association that may reflect responses to particular contexts; adaptive plasticity. Finally, the fourth study aimed to provide evolutionary evidence for the SDRT and human values through the Life History Theory and to test the mediating role of human values on this scenario. Participants were 230 subjects from general population with a mean of age of 30.3 years old ($SD = 9.22$) that answered the SDRT-8, the BVS, the Mini-K (measure of individual differences in slow LHS) and demographic questions. The results showed that the SDRT embodied a fast LHS (e.g., high rates of fertility and mortality), and the interactive and normative values were supported as mediators on this relationship. In sum, it is estimated that the objective was reached. In addition to the adaptation of a TROS instrument with satisfactory psychometric evidence, it was attested the predictive power of TROS and human values towards the LHS, verifying a mediating effect of the axiological priorities in this scenario.

Keywords: Status-driven risk taking, personality, human values, life history theory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
PARTE I – MARCO TEÓRICO.....	30
CAPÍTULO 1. A TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS	31
1.1. Risco: elementos históricos.....	32
1.2. Risco: elementos conceituais	34
1.3. O entendimento do conceito de tomada de risco a partir da sociologia	37
1.4. O entendimento do conceito de tomada de risco a partir da psicologia	40
1.4.1. A tomada de risco: abordagem Cognitiva/da aprendizagem.....	40
1.4.2. A tomada de risco: abordagem Psicométrica	42
1.5. A tomada de risco como um construto atitudinal.....	44
1.6. A tomada de risco como traço de personalidade: a Tomada de Risco Orientada ao Status	47
1.6.1. Tomada de Risco Orientada ao Status: definição.....	47
1.6.2. Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS): operacionalização e correlatos com personalidade.....	49
CAPÍTULO 2. A TEORIA FUNCIONALISTA DOS VALORES HUMANOS	53
3.1. A temática dos Valores Humanos: breve histórico e principais modelos teóricos	54
3.2. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: elementos introdutórios e definições	58
3.3. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: pressupostos teóricos	60
3.4. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: as funções dos valores e seus conteúdos	62
3.5. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: testagem de suas hipóteses principais.....	65
3.5.1. Hipóteses de conteúdo e estrutura	65
3.5.2. Hipóteses de congruência e compatibilidade	67
3.6. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: direções futuras	71
3.7. Valores Humanos: relações com a Tomada de Risco Orientada ao Status	73
CAPÍTULO 3. A TEORIA DA HISTÓRIA DE VIDA	75
4.1. A Teoria da História de Vida	76
4.1.1. Principais dilemas segundo a Teoria da História de Vida	79
4.1.2. Teoria da História de Vida: Estratégias de História de Vida.....	81
4.2. A Teoria da História de Vida: diferenças individuais nas principais dimensões de personalidade	83
4.3. A Teoria da História de Vida: interseção com a Tríade Sombria da personalidade	86
4.4. A Teoria da História de Vida: interseção com a Tomada de Risco Orientada ao Status.....	90
4.5. As relações entre Teoria da História de Vida, Tomada de Risco Orientada ao Status e Valores humanos	91
PARTE II - ESTUDOS EMPÍRICOS	95
5. ESTUDO 1. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS PRELIMINARES DA ESCALA DE TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS	96
5.1. Método	96
5.1.1. Delineamento	96
5.1.2. Participantes	96
5.1.3. Instrumentos	96
5.1.4. Procedimentos	97
5.1.4.1. Tradução da Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS)	97
5.1.4.2. Coleta de dados	98
5.1.4.3. Aspectos éticos.....	98
5.1.5. Análise dos dados	98
5.2. Resultados	99
5.2.1. Análise fatorial exploratória	99
5.2.2. Parâmetros dos itens da ETROS-8	101
5.3. Discussão parcial.....	103
6. ESTUDO 2. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS COMPLEMENTARES DA ESCALA DE TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS	107
6.1. Método	107
6.1.1. Delineamento	107
6.1.2. Participantes	107
6.1.3. Instrumentos	107
6.1.4. Procedimentos	108
6.1.5. Análise dos dados	109
6.2. Resultados	110
6.2.1. Análise fatorial confirmatória e invariância fatorial	110

6.2.2. <i>Consistência interna e estabilidade-temporal</i>	112
6.2.3. <i>Correlatos entre TROS e traços de personalidade</i>	113
6.3. <i>Discussão parcial</i>	114
7. ESTUDO 3. TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E VALORES HUMANOS: INVESTIGANDO PERFIS LATENTES	118
7.1. <i>Método</i>	118
7.1.1. <i>Delineamento e Hipóteses</i>	118
7.1.2. <i>Participantes</i>	120
7.1.3. <i>Instrumentos</i>	120
7.1.4. <i>Procedimentos</i>	121
7.1.5. <i>Análise dos dados</i>	122
7.2. <i>Resultados</i>	123
7.2.1. <i>Correlações entre a TROS e os tipos de orientação valorativa</i>	123
7.2.2. <i>TROS e os tipos de orientação pessoal, central e social: investigando perfis latentes</i>	124
7.3. <i>Discussão parcial</i>	126
8. ESTUDO 4. TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA DE VIDA: PAPEL MEDIADOR DOS VALORES HUMANOS	130
8.1. <i>Método</i>	130
8.1.1. <i>Delineamento e Hipótese</i>	130
8.1.2. <i>Participantes</i>	131
8.1.3. <i>Instrumentos</i>	131
8.1.4. <i>Procedimentos</i>	132
8.1.5. <i>Análise dos dados</i>	132
8.2. <i>Resultados</i>	133
8.2.1. <i>Correlatos entre TROS, valores humanos e estratégias de história de vida</i>	133
8.2.2. <i>TROS e estratégias de história de vida: valores humanos como variáveis mediadoras</i>	134
8.3. <i>Discussão parcial</i>	136
9. DISCUSSÃO GERAL	140
9.1. <i>Resultados Principais</i>	141
9.2. <i>Implicações teóricas</i>	144
9.3. <i>Limitações Potenciais</i>	146
9.4. <i>Conclusões e direções futuras</i>	147
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Diferentes visões epistemológicas do risco.

Tabela 2. Estrutura fatorial da ETROS-8.

Tabela 3. Parâmetros dos itens da ETROS-8 (Modelo de Resposta Gradual).

Tabela 4. Modelo de invariância fatorial da ETROS-8 quanto ao sexo dos participantes.

Tabela 5. Correlação entre ETROS-8 com personalidade.

Tabela 6. Comparações das médias dos indicadores contínuos dos perfis latentes (TROS e valores humanos).

Tabela 7. Correlações da TROS com os valores humanos e estratégias de história de vida.

Tabela 8. Testes dos efeitos diretos e indiretos: modelo de mediação múltipla.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Funções, subfunções e valores específicos.

Figura 2. Representação espacial dos valores na região Centro-Oeste - Brasil.

Figura 3. Congruência das subfunções dos valores básicos.

Figura 4. Curva de Informação do Teste: ETROS-8.

Figura 5. Estrutura fatorial da ETROS-8.

Figura 6. Médias padronizadas dos escores da TROS e Valores Humanos para os três perfis latentes.

Figura 7. Modelo de mediação múltipla: mediação das subfunções valorativas na relação TROS → LHS lentas.

INTRODUÇÃO

Embora o risco seja um fenômeno presente desde a gênese da humanidade, lidar e assumir riscos são questões ainda centrais das sociedades atuais (Beck, 1992; Giddens, 2000). Mesmo diante de conhecimento disponível, as políticas e estratégias para reduzir a tomada de risco geralmente são menos bem-sucedidas do que o esperado (Zinn, 2017), maximizando a necessidade de compreendê-lo em um contexto de aceleradas mudanças social, tecnológica e ambiental (Beck, 2009). Assim, o risco define a sociedade contemporânea (Beck, 1992) vivendo-se em uma “sociedade de risco”, na qual, as pessoas não precisam assumir responsabilidades, mas tão somente estarem dispostas a correr riscos (Giddens, Beck, & Lash, 2012).

Concretamente, o ato de assumir riscos, ou tomada de risco, tem sido concebida como o envolvimento em comportamentos que estão relacionados com alguma probabilidade de desfechos indesejáveis (Byrnes, 1998), uma vez que podem resultar em danos significativos ao bem-estar de uma pessoa (Ellis et al., 2012). Em termos práticos, tais comportamentos referem-se ao engajamento em atividades sexuais de risco, uso de substâncias, prática de crimes, conflito e violência nas relações interpessoais, sendo particularmente mais expressivos na população jovem. Outros exemplos de comportamentos de risco são a prática de esportes radicais, tais como asa delta, paraquedismo, escalada, dentre outros (Lyng, 1990). Quanto à motivação para o engajamento em tais ações, alguns estudos (Hargreaves, 1997; Lyng, 1990; Stranger, 1999) têm mostrado que em certos grupos (e.g., paraquedistas, surfistas, boxeadores), esses comportamentos voluntários representam formas de vencer o medo, demonstrar coragem, buscar por excitação, autorrealização, etc.

É nesse sentido que a prevenção de riscos é normalmente retratada como um comportamento racional, ao passo que a assunção ou tomada de riscos é representada ora como irracional, ora como decorrente de percepção deficiente (Lupton & Tulloch,

2002). Por outro lado, o significado de assumir riscos não é sempre negativo, mas sim dinâmico e contextual, segundo Lupton e Tulloch, ou seja, certas formas de riscos são socialmente aceitáveis (e.g., prática de esportes radicais).

Já a discussão da tomada de risco em um nível psicológico, especificamente, diz respeito ao fato que as pessoas podem apresentar uma certa propensão ou aversão aos riscos. Concretamente, sabe-se que as pessoas apresentam diferenças no que se refere à tomada de decisão em situações que possuem algum grau de riscos ou de incertezas (Blais, & Weber, 2006). Quanto à natureza do construto, embora alguns autores (e.g., Hanoch, Johnson, & Wilke, 2006; Soane & Chmiel, 2005) concebam tal construto como algo que remeta a domínios específicos (e.g., social, ético, financeiro, etc.), apresentando relativa variabilidade em diferentes situações (Weller, & Tikir, 2010), a literatura, tradicionalmente, tem concebido tal construto como tendo uma natureza estável (Paunonen & Jackson, 1996), isto é, como um traço de personalidade (Weber, 1998).

Nesse contexto, dentre as formas de manifestação do ato de assumir riscos, Ashton, Lee, Pozzebon, Visser e Worth (2010) apresentaram o traço de personalidade denominado de Tomada de Risco Orientada ao Status (TROS), o objeto da presente dissertação. Concretamente, a TROS descreve indivíduos com alta tendência a buscar e aceitar grandes riscos, especialmente os riscos físicos, objetivando alcançar recompensas envolvendo riqueza material ou posição social e prestígio. Nessa direção, conforme Ashton et al., tal construto não corresponde a tomadas de riscos gerais ou ao construto da Busca de Sensação (Zuckerman, 1994), uma vez que estes últimos são motivados intrinsecamente pela importância da experiência de aventura derivada do comportamento de risco em si.

Ressalta-se que o estudo do traço de TROS torna-se plausível por questões já sumariamente indicadas acima, isto é, as configurações sociais atuais. Em outras palavras, a sociedade ocidental é caracterizada pela necessidade de progresso econômico, configurando-se enquanto uma fonte de riscos emergentes que pode maximizar riscos psicossociais, diretos e indiretos aos indivíduos (Sennett, 2001), tendo como consequência a valorização pública de novos riscos (Beck, 1992). Assim, tal cenário pode potencializar o engajamento do alcance de poder, prestígio e riquezas materiais, mesmo diante de riscos iminentes.

Ademais, em relação ao construto da TROS, este possui duas características essenciais. Primeiramente, por este implicar importantes riscos físicos, tanto ao sujeito caracterizado pelo traço, bem como para as pessoas ao seu redor, este tem sido proposto como um traço socialmente aversivo (Visser, Pozzebon, & Reina-Tamayo, 2014), tendo em vista seus potenciais prejuízos interpessoais. Outra questão importante refere-se ao fato de que a TROS consiste em um construto derivado da literatura da psicologia evolucionista (Ashton, Lee, & de Vries, 2014), abrindo a possibilidade de *insights* para entender tal objeto a partir deste campo teórico.

Neste cenário, um referencial teórico promissor na literatura da psicologia evolutiva tem sido a Teoria da História de Vida (*Life History Theory* - LHT) que objetiva explicar como os organismos alocam recursos e energia para ações que maximizem sua aptidão ao meio em situações de dilemas (*trade-offs*) (Roff, 1992) e que se traduzem em diferentes estratégias de vida (e.g., estratégias rápidas: maturação e reprodução precoces e, lentas: baixa fertilidade, alta expectativa de vida, etc.). Este referencial torna-se plausível para o entendimento da TROS, na medida em que os traços de personalidade podem ser concebidos como expressões de determinada estratégia de sobrevivência (Brumbach, Figueredo, & Ellis, 2009). Por sua natureza

socialmente aversiva, a TROS constituiria, então, um traço com estratégias de sobrevivência rápida, predizendo critérios/ações socialmente indesejáveis, tais como comportamento agressivo, baixos níveis de empatia, etc. (Koehn, Okan, & Jonason, 2018) que podem ser adaptativos em certos contextos.

Assim, adotando a LHT, assume-se por consequência que o componente de hereditariedade dos organismos é insuficiente para compreender os traços de personalidade e sua capacidade de prever indicadores de história de vida, sendo fundamental a consideração de fenômenos socioecológicos (Jonason, Icho, & Ireland, 2016). Nesse sentido, é importante considerar variáveis de natureza psicossocial, como é o caso dos valores humanos, sobretudo pelo fato de que, tradicionalmente, variáveis de cunho social não têm sido consideradas nos estudos sobre o fenômeno da tomada de risco (Lyng, 1990), dirimindo a importância de aspectos psicossociais neste campo (Boyer, 2006).

É admissível abordar os valores humanos a partir da LHT, tendo em vista que os mesmos podem ser concebidos como características adaptativas influenciadas pelo ambiente (McCrae & Costa, 1999; Olver & Mooradian, 2003), associadas a condições evolutivas (Gouveia, Milfont & Guerra, 2014a). Ademais, os valores como representações cognitivas de motivações na forma de metas e objetivos, consistem em princípios-guia da conduta humana (Roccas, Sagiv, Schwartz, & Knafo, 2002) podendo, de igual modo, manifestar-se como diferentes estratégias adaptativas.

Por fim, tendo em vista que o paradigma da LHT tem se mostrado efetivo na compreensão de diferenças individuais em fenômenos psicológicos a partir de referenciais evolucionistas (Welling et al., 2015), a presente dissertação pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: como a TROS e os valores humanos explicam as estratégias de história de vida? Na presente ocasião, presume-se que os

valores humanos, ou melhor, “o que as pessoas consideram importante em suas vidas”, exerçam função mediadora neste cenário.

Para responder ao problema mencionado, a presente dissertação estrutura-se em dois blocos principais: marco teórico e parte empírica. O primeiro bloco é formado por três capítulos teóricos abrangendo os construtos anteriormente mencionados. O **Capítulo I**, A Tomada de Risco Orientada ao Status, trata de elementos históricos e conceituais do risco, abordando-o na sociologia e psicologia e, por fim, situando a TROS como um construto de personalidade. O **Capítulo II**, A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, descreve o modelo teórico dos valores adotados na presente ocasião, sendo este parcimonioso e integrador de modelos de valores já existentes, contando com evidências de associação com variáveis que apresentam componentes de riscos às pessoas, tais como o uso potencial de drogas (Coelho Júnior, 2001), comportamentos antissociais e delitivos (Formiga, 2002) e intenções de cometer suicídio (Aquino, 2009). E por fim, no **Capítulo III**, A Teoria da História de Vida, mostram-se possíveis integrações entre tal paradigma e o campo da Psicologia Evolucionista, ao conceber os traços de personalidade como resultantes de certas estratégias de sobrevivência, assim como frente aos valores humanos, tendo em vista a crescente integração à Psicologia Social (Sacco & Osipowicz, 2012).

No que tange à parte empírica, esta dissertação estrutura-se em torno de quatro estudos empíricos. No **Estudo 1**, Parâmetros Psicométricos Preliminares da Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS), objetivou-se reunir evidências preliminares de validade fatorial e precisão da ETROS para fins de adaptação do referido instrumento para o contexto brasileiro, através de análises exploratórias. No **Estudo 2**, Parâmetros Psicométricos Complementares da ETROS, de enfoque também psicométrico, reuniram-se evidências mais robustas de validade de construto (validade

fatorial e invariância) da ETROS via Modelagem por Equações Estruturais, de estabilidade temporal (teste-reteste) e precisão, bem como de validade de critério, considerando os traços de personalidade, *Big Six factors of personality* (BSFP) que inclui a sexta dimensão honestidade-humildade. No **Estudo 3**, Tomada de Risco Orientada ao Status e Valores Humanos: investigando perfis latentes, delineamento correlacional, investigaram-se as relações entre a TROS e os valores humanos (orientações valorativas: pessoal, central e social). Para além de relações bivariadas (i.e., relações no nível das variáveis), verificou-se a existência de perfis latentes (Análise de Perfis Latentes), esperando-se emergir diferentes padrões/magnitudes de relações entre tais variáveis, sendo tal análise centrada no nível intraindividual, supondo-se que tais padrões refletem características adaptativas dos construtos. Finalmente, o **Estudo 4**, Tomada de Risco Orientada ao Status e Estratégias de Vida: Papel Mediador dos Valores Humanos, de natureza correlacional, testou a hipótese de que a TROS caracteriza-se por apresentar uma estratégia de sobrevivência rápida (*fast life strategy*), tendo os valores humanos um papel mediador nesta relação (TROS → Valores Humanos → Estratégias de Vida). Finalmente, na seção de **Discussão Geral**, os principais resultados são discutidos tendo como base a literatura, mais especificamente, considerando as relações que o construto da TROS preserva frente os construtos aqui tratados. Ademais, as potenciais limitações, direcionamentos futuros e implicações teóricas são explicitados.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. A TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS

O presente capítulo objetiva apresentar o construto da Tomada de Risco Orientada ao Status (TROS). Para tanto, inicialmente, seguirá algumas etapas prévias sobre tal fenômeno. Assim, inicialmente serão abordados os elementos históricos e conceituais do fenômeno do risco, situando-o, ainda, em abordagens sociológicas e psicológicas. Ademais, serão apresentadas as duas categorias teóricas nas quais a tomada de risco tem sido abordada: como construto atitudinal e traço de personalidade, em que se enquadra a TROS. Finalmente, discorrer-se-á acerca da definição da TROS, sua operacionalização e correlatos com os principais traços de personalidade.

1.1. Risco: elementos históricos

A noção de risco como ferramenta é aplicável a uma ampla variedade de problemas e situações em campos que variam desde a ênfase nas ações de sujeitos individuais até o crescimento econômico, riscos financeiros, etc. Em relação aos seus componentes históricos, a “análise de risco” tem sido aplicada em cenários em que são avaliadas decisões alternativas (Kammen & Hassenzahl, 1999). No que se refere às suas origens, as análises de risco probabilísticas possuem uma longa história de utilização e influência desde o ano 3200 a.C., na Mesopotâmia, em que decisões eram tomadas não com base em meras opiniões, mas tão somente em métodos de balança de risco (Covello & Mumpower, 1985).

Dessa forma, a noção de risco tem sido um objeto de preocupação entre os seres humanos desde os primeiros dias da história registrada e muito provavelmente mesmo antes disso (Trimpop, 1994). Por exemplo, na Grécia estabeleceu-se o “seguro de risco” em atividades de viagem em que os proprietários compartilhavam quaisquer danos ou prejuízos individuais, de forma coletiva (Covello & Mumpower, 1985). Já no Império Romano, os contratos de seguros e de gestão de riscos tornaram-se dispositivos institucionalizados (Trimpop, 1994).

Já no que se refere à era moderna, menciona-se que o primeiro contrato datado de tal época ocorreu durante a famosa bolha especulativa das tulipas holandesas, que ocorreu entre os anos de 1636 e 1637 (Dash, 1999). No século XIX, o tema ocidental do poder da humanidade para controlar as forças da natureza adquiriu forte proeminência cultural. Assim, o incentivo à tomada de risco foi considerado fundamental para as empresas (Nugent, 2000). Em suma, o provérbio "quem não arrisca, não petisca" refletia o *ethos* dominante dessa época (Dake, 1992).

No século XX, inúmeras questões, tais como "riscos da tecnologia", "riscos industriais" ou "riscos para o meio ambiente" representam, explicitamente, uma atitude emergente dessa época que concentra a atenção em elementos negativos do risco, consoante os condicionantes históricos da época; a expansão industrial (Dake, 1992). Como já expunham Dake e Wildavsky (1990), dificilmente se poderia apontar uma questão social considerada mais preocupante do que prejudicar o meio ambiente ou mesmo o próprio corpo como resultados de contingentes atribuídos à tecnologia moderna (e.g., substâncias cancerígenas, químicas, energia nuclear, produtos nocivos introduzidos pela indústria, etc.). É em razão de tal aspecto que atualmente persevera, no senso comum, uma visão negativa da palavra risco (Wharton, 1992). Dessa forma, percebe-se que as concepções sobre o que seja e representa o risco encontram-se intimamente ligada aos reflexos históricos da sociedade (Bernstein, 1995).

De todo modo, assevera-se que muitos dos problemas abordados ao longo da história do homem em relação ao fenômeno do risco são de grande importância ainda hoje, mesmo após mais de 4000 anos de tais situações serem originalmente identificados e entendidas como problemas (Trimpop, 1994). Finalmente, sobre a história do risco, Althaus (2005) salienta quatro elementos relevantes: a) o conceito e o significado do risco variam ao longo do tempo; b) o conceito de risco sempre existiu na

prática, mesmo antes de formulações teóricas oriundas da linguística ou matemática; c) o conceito de risco foi definido historicamente como um conceito quantitativo; e, por fim, o risco é uma história a ser contada. Uma vez o fenômeno do risco situado historicamente, os esforços subsequentes concentram-se em seus elementos conceituais.

1.2. Risco: elementos conceituais

Em relação à etimologia do termo risco, sua origem tem sido disputada na literatura (Althaus, 2005), isto é, tal conceito parece impreciso mesmo para os etimólogos (Roggi & Ottonelli, 2013). Wharton (1992), aponta que tal termo pode ter sido derivado da palavra árabe *risq*, que significa qualquer coisa que lhe foi dada, por Deus, e da qual um indivíduo pode obter lucros. Outra origem do termo provém da palavra latina *risicum*, que se refere ao desafio de enfrentar formações rochosas (e.g., recifes) por parte de marinheiros (Dicionário *Chambers* do século XX, 1946).

No que tange à acepção comum do termo risco, o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa *Michaelis* o define como a “possibilidade de perigo, que ameaça as pessoas ou o meio ambiente” (Weiszflög, 2015). Ainda, tais perigos ou ameaças são entendidas como contínuas, ou melhor, o risco é um elemento que pode ser considerado natural, sendo inerente a uma ampla faixa de decisões das pessoas, exigindo que as mesmas tenham diariamente consciência da presença de tal fenômeno, juntamente com a necessidade de evitá-lo; o risco faz parte da evolução do homem desde os primórdios (Roggi, & Ottonelli, 2013), sendo parte integral da sociedade (Vasvári, 2015).

Concretamente, não existe consenso no que tange ao conceito de risco (Altman & Roggi, 2012), não havendo, em inúmeras áreas de estudo, uma única síntese capaz de incluir todas as complexidades do conceito e as relações entre risco e incerteza. Uma análise da literatura disponível indica que existem inúmeras formas de entender o referido conceito, sendo concebido baseado nas ideias de probabilidade, possibilidades

ou ganhos esperados, em eventos ou perigos indesejáveis e/ou em incertezas, ou mesmo pensado como apresentando uma acepção subjetiva ou significado único (Aven, 2012).

Quanto às bases epistemológicas do fenômeno do risco, Thompson (1986) explica que o risco pode ser concebido filosoficamente de maneiras muito distintas. O autor indica diferentes definições que são comumente utilizadas em diversos campos e/ou literaturas do risco, divididas em cinco categorias: 1) Risco subjetivo: o estado mental de um indivíduo que experimenta incerteza ou dúvida ou preocupação quanto ao resultado de um determinado evento; 2) Risco objetivo: a variação que ocorre quando as perdas reais diferem das perdas esperadas; 3) Risco real: a combinação de probabilidade e consequência negativa que existe no mundo real; 4) Risco observado: a medida dessa combinação é obtida a partir da construção de um modelo acerca do mundo real e; finalmente, 5) Risco percebido: a estimativa aproximada do risco real realizada por um membro leigo/comum da população geral (Thompson, 1986).

Dessa forma, torna-se claro supor que cada posição epistemológica implica uma dada forma tanto de definir o fenômeno do risco, bem como de assumir o modo como o mesmo se manifesta na realidade, isto é, são implicações tecnicamente paradigmáticas. Althaus (2005, p. 569) sumariza o risco dentre as diversas disciplinas, variando desde as ciências físicas, biológicas e naturais até as ciências sociais, história e humanidades. O autor pontua suas formas de conceituação e manifestação em visões epistemológicas distintas. Tal sistematização de disciplinas pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1. Diferentes visões epistemológicas do risco.

Disciplina	Conceito de risco	Forma de manifestação do fenômeno
Lógica e Matemática	Risco como um fenômeno quantificável	Cálculos/abstrações
Ciência e Medicina*	Risco como realidade objetiva	Princípios, postulados e quantificação
Ciências Sociais	-----	-----
Antropologia	Risco como um fenômeno cultural	Cultura
Sociologia	Risco como um fenômeno societal	Construtos sociais ou esquemas sociais
Economia	Risco como um fenômeno de decisão; formas de garantir ganhos e evitar déficits	Postulados e princípios de tomada de decisão
Direito	Risco como culpa de conduta e um fenômeno judiciário	Regras jurídicas
Psicologia	Risco como um fenômeno comportamental e cognitivo	Cognição e comportamento
Linguística	Risco como um conceito em si	Terminologias e significados
História e Humanidades	-----	-----
História	Risco como fenômeno histórico	Narrativas
Artes (literatura, música, poesia, teatro, arte, etc.)	Risco como um fenômeno afetivo	Emoções
Religião	Risco como um ato de fé	Revelação
Filosofia	Risco como um fenômeno passível de problematização	Sabedoria

Nota: *As ciências físicas, biológicas, naturais e tecnológicas estão todas incluídas nesta seção sobre ciência. A medicina e disciplinas afins também são incluídas nesta seção, pois, de igual modo, fornecem uma abordagem de risco como uma realidade objetiva (e.g., a toxicologia e a epidemiologia estão especialmente preocupadas com a análise de risco no campo médico). Adaptado de Althaus (2005, pp. 569).

No que tange às ciências sociais, a sociologia, especificamente, compreende o risco como um fenômeno societal (Tabela 1). Essa posição epistemológica apresenta algumas implicações inerentes. Assim, a perspectiva sociológica busca entender o risco a partir das interações sociais (Vasvári, 2015). Já a antropologia situa, formalmente, a importância do fator cultural no entendimento do risco, isto é, concebe o risco como um fenômeno cultural. Dessa forma, pode-se notar que o mérito das abordagens sociológica

e antropológica consiste na ênfase na valoração ou crenças sociais em detrimento do foco em uma visão individualista e/ou utilitarista (Renn, 1992).

No caso da psicologia, o ato ou efeito de assumir riscos tem sido tratado tradicionalmente na literatura a partir de um panorama cognitivo e racional. Nesse sentido, considerando essa perspectiva teórica, Yates (1992) conceitua o risco a partir de três componentes: a perda, o significado da perda e a incerteza associada à perda. Assim, assumir riscos consiste em um processo de tomada de decisão em que um dado sujeito avalia as possíveis consequências de uma deliberação. Ademais, o conceito de risco diferencia-se da noção de incerteza. Uma situação incerta somente pode ser categorizada como risco se for passível de ser quantificada probabilisticamente, e, portanto ser gerenciada (Zachmann, 2014), ao passo que a incerteza corresponde a uma situação que depende de fatores exógenos, impossível de ser predita (Knight, 1964).

Finalmente, pode-se mencionar mais recentemente a abordagem do risco no campo das neurociências em que tal objeto é entendido como um fenômeno neural, explicado por modelos neurobiológicos (Galván, 2012), caracterizado pela maturação do controle cognitivo do córtex pré-frontal (Bunge, Dudukovic, Thomason, Vaidya, & Gabrieli, 2002) e maximização da ativação de áreas cerebrais responsáveis pela ativação de dopamina (Geier, Terwilliger, Teslovich, Velanova, & Luna, 2010). Tendo em vista a natureza da presente dissertação, a seguir dar-se-á maior ênfase na concepção do risco dentre os modelos teóricos nos campos da sociologia e, em seguida, da psicologia.

1.3. O entendimento do conceito de tomada de risco a partir da sociologia

A literatura sobre o risco no campo da sociologia, de certo modo, consiste em um conjunto de textos difusos (Renn, 1992). Mas, pode-se falar concretamente em três grandes abordagens sociológicas do risco (Lupton, 1999). Mais especificamente, as discussões em torno do que se denomina de “Sociedades de risco” são representadas por

Ulrich Beck e Anthony Giddens. A segunda abordagem, a perspectiva da governamentalidade, deriva dos trabalhos do filósofo Michel Foucault. Finalmente, a terceira abordagem é a corrente sociocultural representada por Deborah Lupton (Althaus, 2005). Tais abordagens são brevemente expostas abaixo:

No que tange à abordagem das “Sociedades de risco”, os sociólogos Ulrich Beck (1992) e Anthony Giddens (1994) situam o risco na denominada modernidade tardia, em que as pessoas são conscientes e preocupadas com o ato de assumir riscos, bem como criticam as instituições que as produzem. Nesse sentido, na literatura sociológica representada pelos autores em questão, as pessoas são retratadas como preocupadas e receosas frente ao risco, assim como ansiosas para adquirir conhecimento para evitá-lo com maior acurácia, não sendo vítima do mesmo (Lupton, & Tulloch, 2002), embora as evidências tenham mostrado que há um aumento de atividades de risco, tais como aquelas que envolvem esportes radicais (Stranger, 1999).

Em síntese, para Beck (1992) a ideia subjacente à sociedade de risco implica no fato de que a sociedade moderna se tornou um ambiente “inseguro”, incapaz de lidar com as incertezas existentes. Em termos práticos, o contexto moderno produz tanto “bens” (e.g., padrões de vida altos e mais seguros para a maioria das pessoas), assim como associa-se a “perdas” (e.g., poluição, radiação, mudança climática, doenças resistentes às vacinas, desemprego, etc.; Beck, 1992). Já para Giddens (1994), o que caracteriza a modernidade como uma sociedade de risco é o movimento de riscos decorrentes da tradição e da natureza, denominadas de “riscos externos”, bem como os riscos que são criados pelo impacto do conhecimento sobre o mundo, o “risco fabricado”. Dessa forma, a atenção volta-se para o impacto de mudanças culturais na conduta dos indivíduos.

A segunda abordagem, a perspectiva da governamentalidade, menos conhecida na literatura, tem como origem as obras de Michel Foucault (Foucault, 1991) sendo representadas por autores como Robert Castel, Mitchell Dean, Francois Ewald, Pat O'Malley, Peter Miller e Nikolas Rose (Althaus, 2005). Em termos práticos, nessa linha teórica, o risco é concebido como uma das formas de estratégias governamentais heterogêneas do poder disciplinar, através das quais as pessoas são gerenciadas (Lupton, 1999).

Mais especificamente, a sociedade utiliza tecnologias de risco (e.g., tabelas de seguros e atuariais, dados epidemiológicos, informações financeiras, arquivos governamentais, técnicas de vigilância e triagem, medidas de desempenho, etc.) a fim de regular populações e indivíduos e gerenciá-los em direção a objetivos estipulados para minimização de “riscos” (Castel, 1991). Como exemplos, menciona-se a individualização do sistema de assistência social, cartões de crédito, práticas clínicas modernas, prevenção de crime, etc. (O'Malley, 1992), que constituem formas de controle social, de onde se origina a ideia de governamentalidade (Dean, 1999).

Por fim, como exposto, a terceira corrente teórica sobre o fenômeno do risco consiste na perspectiva sociocultural representada por Deborah Lupton (Althaus, 2005), incluindo os trabalhos de outros autores, tais como Pat Caplan, Scott e Lash (Scott, 2000). Tal perspectiva sociocultural representa uma tentativa de combinar concepções antropológicas, ideias da “Sociedade de risco” e a abordagem governamental, a fim de produzir uma síntese, buscando compreender o risco como um fenômeno social. Tal campo teórico tem fornecido importantes contribuições descritivas e estudos de caso, mas limita-se a avanços estritamente teóricos ou argumentativos (Althaus, 2005).

Inicialmente, a perspectiva sociocultural foi elaborada por Douglas (1985). Em síntese, tal abordagem enfatiza a questão de como a diferença cultural pode auxiliar na

explicação de variações na percepção de risco. As percepções sobre o risco são consideradas entidades construídas culturalmente que não podem ser interpretadas corretamente fora dos quadros da experiência vivida em cada contexto de origem (Mythen, 2008). Finalmente, embora Douglas e Wildavsky (1982) indiquem tipos de vieses culturais ao risco (e.g., individualista, igualitário, hierárquico e fatalista), essa tipologia não implica em julgamento de valor sobre o viés cultural, buscando tão somente explicar as divergências na forma como o risco é percebido dentre as culturas (Mythen, 2008). Uma vez expostas as principais abordagens sociológicas do risco, a seguir serão apresentadas as abordagens psicológicas mais importantes deste fenômeno.

1.4. O entendimento do conceito de tomada de risco a partir da psicologia

A inserção da psicologia no campo do risco ocorreu a partir da noção de contraposição entre a natureza subjetiva e a visão científica objetiva deste fenômeno, enfatizando os determinantes dos motivos pelos quais existem disparidades entre os denominados “*experts*” e os sujeitos leigos frente à percepção deste objeto (Margolis, 1996). Em termos de modelos teóricos do risco, concretamente, não há uma psicologia do risco, mas as “inúmeras psicologias” indicam que a percepção e a cognição influenciam os processos decisórios do risco, de modo que qualquer pessoa tem a capacidade de avaliar situações que envolvem riscos (Glendon, 1987). Nesta oportunidade, dois modelos psicológicos serão apresentados: as abordagens cognitiva/da aprendizagem e a psicométrica.

1.4.1. A tomada de risco: abordagem Cognitiva/da aprendizagem

Uma abordagem sobre o risco no âmbito da psicologia considerada proeminente é a perspectiva cognitiva/da aprendizagem. Nesse modelo, a premissa central é que os seres humanos são relativamente seres racionais, porém, considerando os limites de sua

capacidade de raciocínio e aprendizagem, as experiências a que têm acesso, bem como o contexto em que estão inseridos. Tais elementos têm estimulado pesquisas sobre as influências cognitivas em processos decisórios (e.g., compreensão do papel e ações das pessoas no mundo da economia) (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006), subdividindo-se em quatro campos de pesquisa específicos.

Uma primeira tradição de estudos sobre o risco e sua percepção assentam-se em evidências empíricas de que é difícil para as pessoas emitirem decisões baseadas, em todas as ocasiões, em questões puramente racionais, isto é, as pessoas são sensíveis a fatores que são teoricamente irrelevantes e insensíveis àqueles que se espera serem significativos, quando suas decisões fossem ditadas por considerações puramente racionais (Loomes, 2006). Os estudos de Kahneman e Tversky (1974) têm forte tradição nesse campo através da identificação de déficits comuns, denominados heurísticas, no reconhecimento e compreensão do risco, que influenciam a avaliação de situações que envolvem riscos (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006).

Um segundo conjunto de estudos, baseia-se na Teoria da Aprendizagem, de modo geral, ou mais especificamente na Teoria da Aprendizagem Social (TAS; Taylor-Gooby, & Zinn, 2006). Tecnicamente, a TAS (Bandura, 1971) considera a influência de fatores ambientais e cognitivos no processo pelo qual os indivíduos aprendem comportamentos sociais e avaliam a conveniência de certas ações. Estudos têm corroborado a TAS na explicação da tomada de comportamentos de riscos em amostras de adolescentes, por exemplo, na pesquisa de Trujillo, Suárez, Lema e Londoño (2015), os sujeitos consideraram o consumo da substância “normal” em razão de aceitação social (e.g., grupo de amigos).

A Terceira tradição de estudos volta-se para a investigação mais direta dos processos cognitivos e, para tanto, assenta-se em uma teoria de “modelagens mentais”

(Taylor-Gooby, & Zinn, 2006). A abordagem de modelagem mental (Johnson-Laird, 1983) tem como premissa que as pessoas desenvolvem representações de problemas em suas mentes como parte do processo de construção de explicações. Tal modelo, basicamente, busca fornecer lacunas no mapeamento cognitivo, subjacentes ao que as pessoas interpretam os riscos diversos oriundos do cotidiano. Por exemplo, em estudo realizado por Cox et al. (2003), diferentes conjuntos de crenças sobre perigos químicos foram comparados entre os funcionários de uma empresa e especialistas, identificando-se distorções interpretativas sobre os riscos que reforçavam crenças sobre condutas de segurança no ambiente laboral.

Por fim, o quarto conjunto de estudos sobre a percepção e cognição do risco argumenta que a perspectiva cognitiva/da aprendizagem é, em certo sentido, limitada, sustentando a relevância de fatores emocionais e afetivos. Tal premissa é evidenciada pelo fato de que, em alguns contextos, os indivíduos julgam com base em emoções para complementar ou sobrepor o julgamento racional na avaliação, sejam em situações ou em decisões, particularmente aquelas que envolvem pressão ou incerteza no tempo (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006).

1.4.2. A tomada de risco: abordagem Psicométrica

Concretamente, o paradigma psicométrico aborda questões de pesquisas direcionadas ao motivo pelo qual as pessoas percebem diversos perigos de forma diferente. Em outras palavras, o objetivo do paradigma psicométrico é desvendar os fatores que determinam a percepção de risco (Siegrist, Keller, & Kiers, 2005). Tal modelo psicológico do risco tem como ponto de partida a premissa da teoria de comportamento racional, sustentada por uma filosofia utilitarista, que concebe os seres humanos como atores egoístas e racionais (Lupton, 1999). No entanto, evidências empíricas indicam que, muitas vezes, as pessoas em situações que envolvem decisões

sobre riscos emitem respostas basicamente irracionais. É nesse sentido que os estudos passaram a enfatizar a relação complexa entre racionalidade, afeto e emoção na tomada de decisões e na compreensão do risco (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006).

Já no que se refere à forma de conceituação do risco, nessa perspectiva assume-se que o risco é subjetivamente definido por indivíduos que podem ser influenciados por uma ampla gama de fatores psicológicos, sociais, institucionais e culturais, sendo tais fatores importantes na explicitação da conduta dos indivíduos e impacto do ambiente (e.g., contexto cultural) na forma de lidar com eventos que apresentam algum grau de ameaça (Slovic, 2001). No entanto, metodologicamente, a abordagem psicométrica se utiliza de uma série de medidas quantitativas, incluindo estudos com questionários de autorrelato, pesquisas de levantamentos de atitudes, etc. (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006).

Tal paradigma tem uma longa tradição e tem sido utilizado em numerosos estudos (Rohrman, 1999). Em termos ilustrativos, nesta tradição de pesquisa, os participantes são convidados a avaliar uma lista de perigos em uma série de escalas de classificação (e.g., *Likert*). A vantagem da abordagem é que as percepções de diferentes perigos podem ser comparadas entre sujeitos, através de mapas cognitivos, por parte de sujeitos comuns/leigos. Ademais, os resultados do paradigma psicométrico também são usados para explicar diferenças na percepção de risco entre pessoas leigas e especialistas (Siegrist, Keller, & Kiers, 2005), como por exemplo, a tendência em atribuir a opinião dos leigos sobre os riscos, em oposição à visão de especialistas, a um suposto desconhecimento científico (e.g., modelo deficitário de entendimento da ciência; Burgess, Harrison, Filius, 1998).

Por fim, alguns estudos enumeram algumas críticas a esse modelo, como, por exemplo, o uso de instrumentos quantitativos de investigação que restringem às respostas dos sujeitos em relação aos eventos que envolvem riscos (Siegrist, Keller, &

Kiers, 2005) e, conseqüentemente, relativa ênfase em fatores explicativos individuais sobre o risco (Bickerstaff, 2004). Em razão desses motivos, os recentes avanços nesta área têm direcionado menor foco em fatores como a racionalidade e cognição, considerando tanto aspectos de ordem afetiva, como culturais, políticos, etc. (Bickerstaff, 2004; Taylor-Gooby, & Zinn, 2006), como já explicitado acima.

Uma vez explicitados os principais modelos psicológicos do risco, a seguir, tratar-se-á da forma de concepção do construto que tem sido tratado na literatura sob duas categorias teóricas, ora entendido com um construto menos estável, conceituado como atitude, ora assumido como uma característica mais estável. Ressalta-se que a segunda categoria é crucial para a presente dissertação, tendo em vista que se assume que a TROS consiste em um traço de personalidade.

1.5. A tomada de risco como um construto atitudinal

Para as ciências do comportamento, particularmente a psicologia e a economia, a “preferência pelo risco” é considerada um pilar do entendimento do comportamento humano e, conseqüentemente, são importantes variáveis no que diz respeito às situações de tomada de decisão (e.g., jogos econômicos). Nesse contexto, entende-se por “preferência pelo risco” as respostas/comportamento das pessoas frente a situações que envolvem alguma espécie de risco (Frey, Pedroni, Mata, Rieskamp, & Hertwig, 2017).

Nesse sentido, a questão crucial nesse cenário diz respeito às formas de explicar as diferenças individuais que as pessoas apresentam na maneira de tomar decisões em situações que envolvam riscos ou incertezas. Sobre esse questionamento, para alguns autores (e.g., Blais, & Weber, 2006; Hanoch, Johnson, & Wilke, 2006; Soane & Chmiel, 2005; Weber, Blais, & Betz, 2002), tais questões são melhor explicadas por diferenças individuais nas atitudes frente ao risco, isto é, assume-se que as respostas dos indivíduos variam ao longo de contextos diferentes. Dessa forma, observou-se um

crescente interesse por parte dos pesquisadores buscando responder questões correlatas, tais como se as preferências individuais pelo risco variam conforme incentivos (e.g., Camerer, & Hogarth 1999), ao longo do tempo (e.g., Andersen, Harrison, Lau, & Rutström, 2008), em estudos de laboratório (e.g., Isaac, & James 2000), etc.

O fato é que alguns estudos demonstraram que as medidas de atitudes de risco em contextos específicos, como por exemplo, risco financeiro, risco social, etc. apresentaram correlações médias de apenas 0,32 (e.g., Deck, Lee, Reyes, & Rosen, 2008; Weber et al., 2002). Em termos práticos, Hanoch, Johnson e Wilke (2006), por exemplo, demonstraram que grupos específicos de indivíduos, tais como investidores e fumantes, apresentaram altas pontuações em riscos mais fortemente relacionadas a essas condições, isto é, riscos financeiros e de saúde, respectivamente, mas pontuações relativas em outros domínios. Por outro lado, é possível, de igual modo, identificar estudos que encontraram altas consistências nas respostas de sujeitos também em diferentes domínios (e.g., riscos físicos, riscos frente à carreira profissional, etc.) com correlações médias de 0,52 (Dohmen et al., 2005).

Partindo de evidências empíricas de que as pessoas mostram padrões de respostas inconsistentes em situações igualmente diferentes (Schoemaker, 1990) é que, parte da literatura, passa a conceber que a tomada de risco é um construto por domínio, isto é, depende do tipo de risco em questão (e.g., social, físico, financeiro, etc., Weller & Tikir, 2010). Ademais, tais resultados adquirem respaldo na teoria prospectiva (Kahneman & Tversky, 1979) que tem como premissa a ideia de que uma pessoa assumirá riscos em algumas circunstâncias e evitará o risco em outras. Tal premissa é compatível com o conceito do construto das atitudes, na medida em que este pode ser compreendido como um processo de tomada de decisão favorável ou desfavorável em

relação a um objeto social (Maio & Haddock, 2010). Assim, haverá uma tomada de decisão para cada objeto social, ou melhor, para cada tipo de risco.

Com base nessas informações de que um conjunto diversificado de determinantes ou tipos de riscos influencia o processo de decisão frente à tomada de risco, Weber, Blais e Betz (2002) desenvolveram um instrumento denominado Escala de Tomada de Risco por Domínio (ETRD). Tal instrumento permite a mensuração tanto das atitudes frente ao risco (definidas como o nível de risco relatado), quanto as atitudes de risco percebido (definidas como a probabilidade do sujeito se envolver em uma atividade de risco em função do risco percebido) em cinco domínios comumente identificados na literatura, mais especificamente, riscos éticos, financeiros (jogos de azar e investimento), saúde/segurança, social e recreativo (Blais & Weber, 2006).

Teoricamente, a ETRD encontra-se fundamentada no modelo psicológico denominado *Risk-return model*, baseado em modelos no campo das finanças de risco que consideram que a atitude de tomada de risco é vista como uma função de risco (ou seja, variância) e retorno (ou seja, valor esperado; Weller, Ceschi & Randolph, 2015). O referido modelo sugere que a propensão de engajamento em uma atividade arriscada pode ser conceituada em termos do risco percebido envolvido com a atividade e os benefícios esperados de se engajar na mesma (Weber & Johnson, 2008).

Dentro desta conceitualização, as diferenças específicas para cada domínio do comportamento de risco ocorrem em função da avaliação e ponderação por parte do indivíduo em torno de ambos os componentes, isto é, as atitudes frente ao risco e a possibilidade de obtenção de alguma espécie de vantagem (Weber et al., 2002). Nessa direção, os estudos indicam que quanto maior o risco percebido frente à determinada atividade, menor a probabilidade do indivíduo se envolver na mesma, ao passo que, contrariamente, quanto maiores são as percepções sobre prováveis benefícios e/ou

vantagens, maiores serão as intenções de um dado sujeito se envolver em um dado tipo de situação arriscada (Finucane, Alhakami, Slovic, & Johnson, 2000).

Em síntese, o denominado *Risk-return model* entende que o processo psicológico de percepção do risco pode diferenciar as pessoas quanto à propensão aos riscos, sendo uma função do conteúdo ou tipo do risco associado ao contexto (Weber, 1998). Em outras palavras, tal mecanismo é responsável pela explicação da variabilidade das respostas dos sujeitos dentre diferentes domínios do risco.

Após a exposição do construto da tomada de risco como uma variável de natureza atitudinal e, portanto, com menor estabilidade temporal e maior variabilidade contextual, discorrer-se-á acerca do conceito da TROS que, como já ressaltado anteriormente, é conceituado como um traço de personalidade. O referido construto será descrito em termos de sua definição e mensuração, em razão de sua centralidade na proposta da presente dissertação.

1.6. A tomada de risco como traço de personalidade: a Tomada de Risco Orientada ao Status

1.6.1. Tomada de Risco Orientada ao Status: definição

Como previamente exposto, sabe-se que as pessoas apresentam diferenças no que se refere à tomada de decisão em situações que possuem algum grau de riscos ou de incertezas (Blais & Weber, 2006). Teoricamente, alguns autores assumem que o construto da tomada de risco, por remeter a domínios específicos, apresenta relativa variabilidade em diferentes situações e/ou contextos (Hanoch, Johnson, & Wilke, 2006; Soane & Chmiel, 2005; Weller & Tikir, 2010). Por outro lado, tal construto tradicionalmente tem sido concebido como tendo uma natureza estável (Paunonen & Jackson, 1996), sendo compatível com as características dos traços de personalidade (Weber, 1998).

É nessa conjuntura, a partir de um nível de análise psicológico, que dentre as formas de manifestação do ato de assumir riscos, Ashton, Lee, Pozzebon, Visser e Worth (2010) postularam o construto denominado Tomada de Risco Orientada ao Status (TROS), ou melhor, uma tendência do indivíduo a buscar e aceitar grandes riscos, especialmente os riscos físicos, objetivando alcançar recompensas envolvendo riqueza material ou posição social e prestígio. Dessa forma, a TROS é concebida enquanto traço de personalidade.

Assim, maiores ou menores níveis da TROS apresentados pelas pessoas seriam resultados atribuídos mais especificamente a características ou fatores individuais do que a elementos contextuais ou situacionais (Nicholson, Fenton-O'creevy, Soane & Willman, 2002). Um construto na literatura tradicionalmente estudado nesse escopo tem sido o de Busca de sensações, *Sensation seeking* (Nicholson et al., 2002), havendo existência de pesquisas confirmando seu poder preditivo frente a variados tipos de risco (e.g., jogo compulsivo, engajamento em atividades de alto risco; Zuckerman & Kuhlman, 2000). Ademais, os estudos também comprovaram a herdabilidade de tal traço a partir de evidências das origens genéticas dos níveis de receptores da dopamina (Derringer et al., 2010) com um grau de influência variando de 40% a 60% (Koopmans, Boomsma, Heath, & van Doornen, 1995). Desse modo, tais questões podem ser estendidas à TROS, por ser um traço de personalidade, admitindo-se a influência de fatores genéticos (Penke, Denissen & Miller, 2007).

Ainda, ressalta-se que a TROS diferencia-se do construto da Busca de sensações, bem como da tomada de risco geral. Conforme apontam Ashton et al. (2010), a TROS é pensada como um meio para um fim, mais especificamente, motivada e direcionada unicamente para a perspectiva de ganhos monetários, poder ou prestígio. Adicionalmente, os autores reiteram que a TROS difere dos dois conceitos supracitados,

na medida em que, a tomada de risco geral ou a busca de sensações são motivadas em grande parte pelo valor intrínseco da aventura ou experiência sensorial derivada do comportamento de risco em si (e.g., *bungee jumping*, mergulhos de profundidade, etc.). Tendo sido tecidas as considerações teóricas acerca do construto da TROS, a seguir, tratar-se-á do processo de operacionalização do referido objeto.

1.6.2. Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS): operacionalização e correlatos com personalidade

O construto da TROS foi operacionalizado por Ashton et al. (2010) através da denominada Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS). Os itens foram derivados tendo como base a definição operacional da TROS exposta anteriormente. Os itens da escala ETROS foram redigidos de acordo com um conjunto de postulados relacionados ao desenvolvimento de instrumento para a mensuração da personalidade, proposto por Jackson (1971). Alguns desses princípios correspondem, por exemplo, à importância da teoria (o instrumento de personalidade somente é válido na medida em que é derivado explicitamente a partir da definição operacional teórica do traço latente mensurado); a criação de um conjunto de itens que mensurem um dado construto, *pool of items* (adequação e representatividade do instrumento, em termos de conteúdo, de modo a abranger todos os elementos possíveis da definição do mesmo), etc.

Concretamente, a partir da definição operacional anteriormente apresentada, os autores redigiram um conjunto de declarações/itens de autorrelato que descrevem níveis ou magnitudes mais altos e inferiores deste traço latente, manifestando-se em várias situações hipotéticas e em uma visão geral ou visão de mundo. Ressalta-se que a expressão “status”, referente à TROS, segundo Ashton et al. (2010), abrange elementos relacionados à riqueza, prestígio e poder. Os mesmos autores explicam que embora seja possível conceber que nem todas as situações haverá uma relação positiva, ou na mesma

direção, entre alcançar riqueza e atingir status, acredita-se que esses objetivos são vistos como amplamente relacionados, de modo que as pessoas que desejam fortemente riqueza, geralmente desejam na mesma intensidade posições de alto status social.

Dos 14 itens redigidos, cinco consistiam em itens invertidos. Quanto à escala de resposta do instrumento, todos os itens foram administrados usando uma escala de resposta do tipo likert, variando de 1 a 5 (1 = discorda totalmente; 5 = concorda totalmente). Alguns exemplos de itens são: *Item 6. Gostaria de viver em um país onde as pessoas que assumissem grandes riscos tivessem a chance de conquistar maior status social; Item. 8. Por um emprego de status social elevado, eu estaria disposto(a) a viver em um lugar com taxa alta de criminalidade.* Quanto aos itens invertidos, mensurando o construto na magnitude inversa, alguns exemplos consistem nos itens a seguir: *Item. 7 Não gostaria de ter um emprego que colocasse minha vida em risco (e.g., espião), mesmo recebendo um bom salário e outros benefícios; Item 12. Ser um(a) chefe do crime organizado seria perigoso demais para mim.*

Quanto à construção dos itens, todo o processo de elaboração dos mesmos baseou-se em adaptações de dilemas, mais especificamente cenários, desenvolvidos por Wilson, Daly e Gordon (1998). Tais dilemas consistem, concretamente, em inúmeras situações hipotéticas de cenários de escolha de emprego (*job-choice dilemmas*). Abaixo, segue um exemplo desses cenários, em que os autores manipulam as variáveis: sexo, a magnitude do incentivo e do impacto ambiental nos riscos à saúde:

“Imagine que você atualmente mora em uma cidade do meio do sul de Ontário com uma população de 300 mil habitantes, onde você nasceu e onde a maioria de sua família e amigos ainda residem. Você procurou um trabalho e, de repente, você se encontra com duas ofertas de trabalho para escolher. Se você aceitar a oferta de emprego da empresa *Baylor & Wilson* com um salário de \$30,000 por ano, você pode

continuar a viver e trabalhar na sua cidade natal. Por outro lado, se você aceitar a oferta de \$35,000 [\$50,000] da empresa *Smithers & Company*, você será deslocado para uma cidade de 600,000 pessoas em outra cidade. Pelo que você ouviu, esta cidade parece ser um lugar interessante e lindo para viver, mas os níveis de poluição do ar e as taxas de doenças respiratórias são duas vezes [dez vezes] o que são na cidade onde você vive agora. Qual oferta você aceita? *Baylor & Wilson* ou *Smithers & Company*?” (Wilson, Daly e Gordon, 1998, p. 509).

Dessa forma, os itens da ETROS consistem em versões breves de tais cenários. Adicionalmente, ressalta-se que em estudo conduzido por Daly e Wilson (2001), o construto da Busca de sensações (Zuckerman, 1994) não foi capaz de discriminar entre participantes que eram ou não persuadidos, em um cenário hipotético de decisão, por riscos de saúde física associados a uma lucrativa oportunidade de trabalho. Nesse sentido, tais evidências ratificam que a Busca de sensações não explica tal fenômeno, indicando a pertinência de outra variável capaz de explicar situações de riscos físicos associadas a chances de emprego com alto retorno monetário, isto é, a TROS.

Quanto às propriedades psicométricas da ETROS, Ashton et al. (2010), utilizando-se de uma amostra total de 871 estudantes universitários oriundos do Canadá e aplicando o método de eixos principais (*principal axis factoring*), observaram que os valores próprios para os quatro primeiros fatores foram: 5,2, 1,2, 1,0 e 0,9, sugerindo-se, dessa forma, um único fator preponderante. As cargas fatoriais para os 14 itens da ETROS, saturando no primeiro fator, variaram de 0,42 a 0,73. Em relação à consistência interna do instrumento (alpha de *Cronbach*), o índice para a amostra total foi 0,86, apresentando valores de 0,88 e 0,83, quando considerando as subamostras por homens e mulheres, respectivamente. Ademais, os autores sugeriram uma versão reduzida da medida, composta por 8 itens (ETROS-8), em razão da similaridade de conteúdo entre

certos pares de itens. Em síntese, a ETROS apresentou índices satisfatórios de validade e precisão em seu contexto de origem, sendo tais resultados preliminares, na medida em que os procedimentos estatísticos empregados foram de natureza exploratória.

Ademais, nos estudos de Ashton et al. (2010) e Visser et al. (2014) foram investigadas as relações das TROS com os principais traços de personalidade. Especificamente, quanto aos fatores do *Big Five* (i.e., Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade, Neuroticismo e Abertura a experiências), observou-se correlação significativa apenas com as dimensões de Neuroticismo e Amabilidade, sendo negativas. Ainda, os autores supracitados, atestaram que a TROS se correlaciona negativamente com a dimensão de Honestidade-Humildade, oriunda do modelo de personalidade HEXACO (Ashton & Lee, 2007; 2009). Alguns dos descritores que descrevem esse fator são: sincero, honesto, modesto *versus* ganancioso, astuto e pretensioso (Ashton et al., 2014). Concretamente, tal fator tem se relacionado de forma consistente com fenômenos e características individuais socialmente aversivas (e.g., psicopatia, maquiavelismo e narcisismo; Lee & Ashton, 2005), fato que motivou a proposição de que a TROS também consiste em um traço aversivo de personalidade (Visser et al., 2014).

Finalmente, tendo em vista a exposição dos elementos teóricos, em termos de definição e especificidade do construto da TROS, assim como de seu processo de mensuração, no que tange à operacionalização e correlatos de personalidade, a seguir tratar-se-á do construto dos valores humanos, isto é, uma variável de natureza psicossocial em detrimento da personalidade, de caráter constitutivamente biológico. Nesta oportunidade, o referencial teórico adotado partirá dos pressupostos da Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, apresentada a seguir.

CAPÍTULO 2. A TEORIA FUNCIONALISTA DOS VALORES HUMANOS

O objetivo do presente capítulo consiste na apresentação do modelo teórico dos valores humanos adotado nesta ocasião, mais especificamente, a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH). Para tanto, inicialmente, um breve histórico do campo dos valores humanos será delineado, ressaltando os principais modelos teóricos, nos níveis individual e cultural. Em seguida, acerca da TFVH, serão abordados seu contexto de surgimento, pressupostos teóricos, características centrais do modelo, hipóteses principais e agenda de estudos futuros. Finalmente, o construto da TROS será situado no universo do presente modelo teórico dos valores humanos.

3.1. A temática dos Valores Humanos: breve histórico e principais modelos teóricos

Os valores humanos são apreendidos sob diferentes enfoques, identificando-se alusões na literatura sobre tal tema em inúmeras áreas do conhecimento, tais como na filosofia, antropologia, sociologia e psicologia (Ros, 2006). Ademais, tal variável denota sua importância, na medida em que apresenta alta relevância no entendimento de inúmeros fenômenos sociopsicológicos (Bardi & Schwartz, 2003), constituindo um campo fértil para pesquisadores interessados em processos psicossociais (Gouveia, Fonsêca, Milfont, & Fischer, 2011). Tendo em vista a importância dos valores no âmbito da cultura e sociedade como um mecanismo que confere sentido para os seres humanos, bem como às suas vidas, não é surpresa que tal construto tenha recebido especial atenção no campo da Psicologia Social (Seligman, Olson, & Zanna, 1996).

Conceitualmente, algumas das definições acerca desse construto e suas principais características com as quais há convergência apontam que: os valores são tidos como crenças, referindo-se a metas desejáveis (e.g., igualdade); transcendem situações específicas (e.g., obediência é importante no trabalho, na escola, etc.); valores consistem em um padrão de seleção e avaliação de comportamentos e/ou situações; valores são distribuídos em ordem de importância, formando um sistema de prioridades

valorativas que pode caracterizar uma dada cultura ou indivíduo (Schwartz & Bilsky, 1987). Outro fator conceitual diz respeito ao elemento motivacional. Este opera enquanto um mecanismo que explica o porquê alguns valores são mais preponderantes que outros; basicamente é a importância atribuída a cada valor humano que distingue as pessoas em termos de prioridades valorativas (Bilsky & Schwartz, 1994).

Ademais, é importante diferenciar os valores humanos dos traços de personalidade. Efetivamente, os traços são dimensões individuais que diferenciam os sujeitos nas tendências para mostrar padrões consistentes de pensamentos, sentimentos e ações (Roberts, Wood, & Caspi, 2008). Depreende-se, portanto, que tal construto apresenta-se como mais estável ao longo do tempo, sendo uma disposição duradoura. Já os valores humanos são concebidos enquanto metas duradouras (Rokeach, 1973). Dessa forma, os traços descrevem “como as pessoas são” em vez das intenções subjacentes ao seu comportamento, ao passo que os valores se referem a “o que as pessoas consideram importante” (Roccas, Sagiv, Schwartz, & Knafo, 2002). Assim, os traços variam na frequência/intensidade de sua ocorrência, enquanto os valores variam em importância como princípios orientadores. Ademais, assim como no caso dos traços de personalidade, admite-se influência genética dos valores humanos (Roccas et al., 2002).

Já em relação ao aspecto histórico, é fundamental destacar o papel decisivo de Milton Rokeach no estudo dos valores em psicologia, no nível individual de análise, sendo denominado o pai da temática, uma vez que possibilitou a vitalidade aos valores como um construto legítimo (Gouveia, 2013). Na obra *The Nature of Human Values*, Rokeach (1973) renovou os interesses nos valores entre psicólogos, em razão da proposição de um conceito claro, assumindo-os como sendo princípios-guia do comportamento (Smith & Schwartz, 1997). A teoria de Rokeach sobre os valores humanos apresentou contribuições que são reunidas em quatro eixos: (1) sugere uma

abordagem transdisciplinar, abrangendo áreas como Antropologia, Filosofia, Sociologia e Psicologia; (2) diferencia conceitualmente valores, atitudes e traços; (3) propõe um instrumento para medir os valores humanos e; (4) atesta a centralidade dos valores no sistema cognitivo (Gouveia, Martinez, Meira & Milfont, 2001).

Ademais, supondo que alguns valores prevalecem em algumas sociedades, mas não em outras, alguns autores buscaram identificar dimensões valorativas críticas para fins de comparação entre países (Smith & Schwartz, 1997). A suposição para tal cenário reside na ideia de que dimensões valorativas culturais refletem ou expressam os problemas que as sociedades enfrentam com a finalidade de regular as atividades humanas coletivas (Hofstede, 1980). Nesse cenário, dois autores trouxeram contribuições consistentes no âmbito dos valores, são eles Geert Hofstede e Ronald Inglehart (Gouveia, 1998), ambos em um nível cultural de análise.

Hofstede (1984), ao investigar os valores de pessoas em mais de 50 países do mundo, encontrou quatro dimensões de valores culturais (Distância de poder, Coletivismo vs. Individualismo, Masculinidade vs. Feminilidade e Evitação da incerteza) que formam um modelo que diferencia as culturas nacionais, na medida em que cada país é caracterizado pela pontuação em cada uma dessas dimensões (Hofstede, Hofstede & Minkov, 2010). Recentemente, admitiu-se uma quinta dimensão cultural, denominada orientação de longo *versus* curto prazo, referindo-se à extensão em que uma dada sociedade exhibe um padrão pragmático orientado ao futuro ou apresenta, ou padrão histórico convencional, abordando problemáticas com estratégias de curto prazo (Hofstede & Hofstede, 2005). Uma vantagem do modelo cultural de Hofstede, indicado na literatura, reside na simplicidade de suas dimensões facilmente aplicáveis no campo de pesquisa acadêmica e áreas correlatas (De Mooij & Hofstede, 2010).

Outro modelo cultural dos valores humanos é representado por Ronald Inglehart (1977) que, além de partir de uma base teórica assentada na hierarquia de necessidades (Maslow, 1954), possivelmente, apresentou a primeira teoria específica sobre os valores (Gouveia, 2013). Na obra, *The Silent Revolution* (Inglehart, 1977), o autor busca explicar as causas dos movimentos sociais e novas políticas emergentes entre as gerações mais jovens na América do Norte e na Europa Ocidental, abrangendo a ascensão dos movimentos ambientais, grupos de contracultura, dentre outros (Inglehart & Norris, 2003). Para tanto, aponta duas dimensões para indicar mudanças geracionais e comparar culturas nacionais, denominadas de materialismo (necessidades mais básicas e de segurança) e pós-materialismo (necessidades de autoestima, estética, etc.). De fato, sua principal contribuição no estudo dos valores foi hipotetizar ainda na década de 1970 (Inglehart, 1971) que os valores podem mudar ao longo do tempo, fornecendo evidências recentes sobre esse processo (e.g., Inglehart, 2008), em que tais mudanças intergeracionais estão associadas a níveis crescentes de segurança existencial.

Menciona-se, ainda, a denominada Abordagem Societal dos Valores (Lima & Camino, 1995), desenvolvido no Brasil, que consiste na integração da perspectiva psicológica elaborada por Schwartz (1992), sobre os tipos motivacionais, com a perspectiva sociológica proposta por Inglehart (1990), sobre os valores materialistas e pós-materialistas. Conceitualmente, nesta abordagem, os valores expressam os conflitos ideológicos e orientam os comportamentos, ancorando-se nas identidades dos grupos sociais e nos posicionamentos ideológicos derivados dessas identidades. Este modelo é operacionalizado através do Questionário de Valores Psicossociais (QVP-24), mensurando quatro sistemas de valores: religioso (e.g., adesão à religiosidade), hedonista (e.g., importância atribuída ao prazer), materialista (e.g., adesão à autoridade)

e pós-materialista (e.g., importância atribuída aos valores do bem-estar social) (Estramiana, Pereira, Monter, & Zlobina, 2013).

No que tange aos modelos de valores humanos em um nível individual de análise, além de Milton Rokeach (1973), as contribuições de Shalom H. Schwartz são destacáveis, culminando na legitimação da temática dos valores enquanto tópico da Psicologia Transcultural (Smith & Schwartz, 1997). A formulação inicial do modelo dos Tipos Motivacionais de Schwartz foi apresentada por Schwartz e Bilsky (1987) com a finalidade de fornecer uma tipologia universal dos valores humanos (Gouveia, 2013). O modelo de Schwartz (1992), com 10 tipos motivacionais (e.g., autodireção, hedonismo), é o mais conhecido e tem gerado centenas de estudos durante as duas últimas décadas, em sua maioria, examinando como os dez valores básicos ou os quatro valores de ordem superior (e.g., autopromoção) correlacionam-se com atitudes, opiniões, comportamentos e personalidade, por exemplo (Schwartz et al., 2012).

Finalmente, também no nível individual de análise, existe a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH), proposta por Gouveia (1998) no final dos anos 1990, apresentando-se como um modelo teórico parcimonioso e integrador, na medida em que não se contrapõe, mas articula contribuições teóricas de modelos já citados, tais como os de Ronald Inglehart e Shalom Schwartz, com a finalidade de propor uma abordagem sistemática de entendimento do referido construto. Tendo em vista que a TFVH, como relatado inicialmente, constitui o referencial teórico dos valores humanos empregado na presente ocasião, a seguir dar-se-á ênfase ao seu contexto de surgimento, principais pressupostos, evidências empíricas de sua adequação, dentre outros aspectos inerentes.

3.2. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: elementos introdutórios e definições

A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos (TFVH) foi inicialmente testada no final da década de 1990, mais especificamente, no Brasil e Espanha, por Valdiney

Gouveia (1998). O referido autor, durante o período de doutoramento, trabalhou na Espanha com María Ros, uma colaboradora de Shalom Schwartz (Modelo dos Tipos Motivacionais dos Valores), ocasião na qual houve a oportunidade da discussão de diferentes abordagens dessa temática. María Ros demonstrava abertura no debate de novas perspectivas dos valores humanos. Como resultado disso e associado à revisão da literatura da área, Gouveia (1998) identificou um cenário propício para a proposição de uma nova abordagem sobre o construto (Gouveia et al., 2014a).

Quanto às limitações identificadas, nos modelos de valores de Geert Hofstede e Ronald Inglehart, não existem estudos acerca da testagem de hipóteses de estrutura e conteúdo de suas proposições. De fato, nesse quesito, o modelo de Schwartz (1992) reuniu respeitáveis contribuições (Gouveia, 2013). Por outro lado, o modelo dos Tipos Motivacionais dos Valores (Schwartz, 1992) apresenta limitações importantes, tais como: carece de base teórica substancial, refletindo na indeterminação do número de tipos motivações (existindo versões com 7 e 11, além da mais conhecida composta por 10); imprecisão conceitual sobre compatibilidade e congruência de valores; indefinição dos valores mistos; não diferenciação dos valores em relação às crenças e; omissão de princípio axiológico fundamental, tal como o de existência na TFBVH (Gouveia, 2013). Mais precisamente, do levantamento sistemático e investigação de tais questões, é que surge a perspectiva funcional dos valores humanos (Gouveia et al., 2014b).

A primeira publicação no Brasil no âmbito da abordagem funcionalista dos valores consiste no estudo denominado: *A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia*, no ano de 2003 (Gouveia, 2003). Concretamente, tal estudo apontou a compatibilidade dessa abordagem com a proposta de Schwartz, em razão da natureza motivacional dos valores humanos. Para tanto, o autor reuniu evidências acerca da adequação da estrutura interna dos valores básicos, de

sua convergência com a teoria proposta por Shalom H. Schwartz e levantou evidências da relação dos valores com o grau de religiosidade das pessoas (aspectos investigados em estudos precedentes). Efetivamente, tal estudo forneceu evidências empíricas baseadas em um sistema teórico específico para os valores, objetivando contribuir para atenuar a lacuna observada por Bilsky e Peters (1999) de que a literatura nessa área apresenta carência de uma orientação teórica e de taxonomia.

Quanto à definição dos valores humanos na TFBVH, estes são concebidos como aspectos psicológicos que guiam as ações humanas e representam cognitivamente suas necessidades (Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011), transcendendo situações específicas, sendo desejáveis e relativamente estáveis (Gouveia, 2013). Em definição mais recente, o autor define tal construto como “categorias de orientação pautadas nas necessidades humanas, que servem como guias do comportamento das pessoas e explicam como pensam, sentem e agem no dia a dia” (Gouveia, 2016, p. 19), denotando claramente a perspectiva individual de análise do referido modelo. Assim, após tal introdução acerca da TFBVH, a seguir seus pressupostos teóricos centrais são expostos.

3.3. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: pressupostos teóricos

Outro ponto fundamental passível de ser explicitamente identificado da TFBVH refere-se à apresentação de pressupostos básicos inerentes. Tais pressupostos teóricos, segundo Gouveia (2013), representam o núcleo rígido da teoria, com função de estruturar seu modelo teórico, de modo a possibilitar a derivação de hipóteses coerentes e empiricamente testáveis, permitindo conhecer a natureza dos valores humanos. Os cinco pressupostos básicos são descritos abaixo (Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011):

1) *Natureza humana*: tem em conta a natureza benévola dos seres humanos, isto é, apenas valores positivos são admitidos e, embora alguns valores possuam uma aceção negativa para algumas pessoas (e.g., poder, prazer), sua essência é positiva. Tal

pressuposto, ao considerar a natureza humana benévola, evita e contrapõe a ideia da existência dos denominados valores negativos ou contra-valores (Molpeceres, 1994);

2) *Princípios-guia individuais*: os valores são princípios-guia dos indivíduos e são, aqui, considerados individuais; tal nível de análise é justificável na medida em que abordagens culturais dos valores têm como referência respostas de pessoas, individualmente. Desse modo, abordar os valores culturais implicaria diretamente em assumir outros tipos de fontes (e.g., livros, músicas, filmes, etc.);

3) *Base motivacional*: os valores possuem uma base motivacional representando as necessidades humanas, portanto representam pré-condições para o alcance de metas, isto é, culminam na efetivação das necessidades individuais (Maslow, 1954), atenuando impulsos pessoais para assegurar um ambiente social com estabilidade e segurança;

4) *Caráter terminal*: os valores instrumentais representam modos de condutas (e.g., ambicioso, honesto, responsável, etc.) e os terminais referem-se a estados finais de existência (e.g., igualdade, felicidade, etc.), isto é, exprimem um propósito em si mesmos. Na TFBVH, apenas os valores terminais são considerados, pois são em menor número que os instrumentais, sendo, portanto, parcimoniosos e por refletirem uma orientação geral que é coerente com a concepção do desejável. Por fim, a maioria dos valores instrumentais possuem seus correspondentes terminais;

5) *Condição perene*: os valores são os mesmos de sempre, mudam apenas as prioridades atribuídas por indivíduos ou culturas. Esta posição teórica adquire sentido na TFBVH porque esta se assenta na perspectiva temporal cíclica da História (Šubr, 2001) não se admitindo um padrão fixo de sociedade a ser irremediavelmente alcançado. Assim, diante da exposição dos pressupostos teóricos da TFBVH, em seguida, as duas funções básicas dos valores humanos e seus conteúdos são apresentados.

3.4. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: as funções dos valores e seus conteúdos

Além dos pressupostos teóricos, é válido enfatizar que a ênfase principal da TFBVH recai sobre as funções que têm os valores (Gouveia, 2016). Assim, seguindo os pressupostos do funcionalismo na psicologia e outros campos do saber (e.g., sociologia, Durkheim, 1893/1982; Parsons, 1959/1976; e antropologia, Malinowski, 1922/1976; Radcliffe-Brown, 1952/1973) que enfatiza, de fato, a função do comportamento/mente e não sua estrutura (e.g., Katz, 1960), esta teoria orienta-se a partir da seguinte pergunta “para que servem os valores?”. Ademais, ressalta-se que desde sua gênese, a TFBVH assume explicitamente seu núcleo funcionalista, postura até então não sustentada por modelos anteriores acerca dos valores humanos (Gouveia et al., 2014b).

Quanto às funções dos valores que têm sido recorrentes em modelos de valores humanos já existentes, duas são principais: expressar cognitivamente as necessidades humanas e guiar o comportamento humano (Gouveia, 2013). Ainda, ressalta-se que a originalidade da TFBVH decorre do fato de que esta foi a primeira teoria que assumiu conjunta e explicitamente ambas funções dos valores, de modo a alcançar um plano conceitual inédito nessa área do conhecimento (Gouveia et al., 2014b), isto é, na Psicologia Social dos Valores Humanos.

Dessa forma, a TFBVH se estrutura a partir de duas dimensões funcionais dos valores: *tipo de orientação* (social, central e pessoal), referente à função de guiar o comportamento humano e *tipo de motivador* (materialista e idealista), relacionada à função de expressar cognitivamente as necessidades humanas. Ao cruzar as referidas dimensões, surgem seis subfunções valorativas, cada uma representada por três marcadores ou valores específicos (Gouveia, Milfont, Fischer, & Santos, 2008). Tais elementos estão dispostos na Figura 1.

		Valores como padrão-guia de comportamentos (Tipos de Orientação)		
		Metas pessoais (o indivíduo por si mesmo)	Metas centrais (o propósito geral da vida)	Metas sociais (o indivíduo na comunidade)
Valores como expressão de necessidades (Tipo de motivador)	Necessidades idealistas (a vida como fonte de oportunidades)	Experimentação Emoção Sexualidade Prazer	Suprapessoal Beleza Conhecimento Maturidade	Interativa Afetividade Apoio Social Convivência
	Necessidades materialistas (a vida como fonte de ameaça)	Realização Êxito Poder Prestígio	Existência Estabilidade Saúde Sobrevivência	Normativa Obediência Religiosidade Tradição

Figura 1. Funções, subfunções e valores específicos.

Considerando a Figura 1, na dimensão horizontal (círculo de metas), estão representados os tipos de orientação *pessoal*, *central* e *social*. Sujeitos que endossam valores sociais centram-se na sociedade. Já aqueles indivíduos orientados por valores pessoais tendem a ser egocêntricos. Ainda, na TFBVH, há o tipo de orientação central. No modelo de Schwartz (1992), estes valores recebem a denominação de “mistos” e assevera-se que inexistente justificativa explícita para situá-los entre os sociais e pessoais. No presente modelo, estes são propostos claramente como constituindo a base estrutural ou espinha dorsal da organização dos demais (Gouveia et al., 2011), sendo uma dimensão compatível com as demais (Gouveia, 2013).

Já a dimensão vertical (nível de necessidades) refere-se aos valores que expressam cognitivamente as necessidades humanas, subdividindo-se em *idealista*, relacionados a uma orientação mais universal, baseada em ideias e princípios mais abstratos, sem um foco imediato e, *materialista*, relacionado a ideias práticas, onde sujeitos que a priorizam orientam-se a metas mais específicas e regras normativas

(Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011; Medeiros et al., 2012). A seguir, são descritas as seis subfunções valorativas que surgem a partir do cruzamento das dimensões supracitadas, mais especificamente, as subfunções experimentação e realização (metas pessoais), suprapessoal e existência (metas centrais) e interativa e normativa (metas sociais) (Gouveia, 2013):

Subfunção Experimentação (emoção, sexualidade e prazer). Caracterizada pela busca de satisfação, especificamente sexo e gratificação, tais valores que formam esta subfunção promovem uma maior facilidade de mudança e inovação nas estruturas sociais. Destaca-se, ainda, que os sujeitos que endossam tal orientação dificilmente se conformam com normas sociais.

Subfunção Realização (êxito, poder e prestígio). As pessoas que seguem esses valores têm como meta realizações materiais e buscam a praticidade em decisões e comportamentos. Destaca-se que os valores de realização são mais aderidos por jovens adultos em fase produtiva, ou indivíduos educados em contextos disciplinares e formais.

Subfunção Suprapessoal (beleza, conhecimento e maturidade). Seus valores demonstram as necessidades estéticas, de cognição e de autorrealização. Esses valores mostram a relevância atribuída a ideias abstratas, eles são endossados por indivíduos que pensam de maneira mais generalizada, e que tomam decisão e se comportam baseados em critérios universais.

Subfunção Existência (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência). O propósito principal de seus valores é garantir as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo. As pessoas que foram socializadas ou habitam contextos de escassez econômica, mais comumente endossam esse valor.

Subfunção Interativa (afetividade, apoio social e convivência). Representam as necessidades de pertença, amor e afiliação, proporcionando o estabelecimento e a

manutenção das relações interpessoais por parte da pessoa. Salienta-se que esta subfunção é típica de sujeitos mais jovens, orientados a terem relações íntimas estáveis.

Subfunção Normativa (obediência, religiosidade e tradição). Tais valores refletem a importância de preservar a cultura e as normas sociais, onde a obediência é valorizada acima de qualquer coisa. Comumente, a população mais velha pauta-se por valores desta subfunção.

Como exposto até o presente momento, foram enfatizados elementos eminentemente teóricos acerca da TFBVH. Nesse sentido, a seguir a ênfase residirá em questões empíricas, mais especificamente, no que se refere à testagem empírica das principais hipóteses derivadas da teoria.

3.5. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: testagem de suas hipóteses principais

As hipóteses descritas a seguir correspondem diretamente às suposições principais da TFBVH, tais como a natureza humana ora assumida, as respectivas dimensões, a forma de distribuição estrutural do espaço axiológico e sistema de valores dos indivíduos. A ordem de apresentação das hipóteses seguirá, conforme em Gouveia (2016), os critérios de proximidade ou interdependência entre elas. Assim, apresentar-se-ão as hipóteses de conteúdo e estrutura e, em seguida, as hipóteses de congruência e compatibilidade.

3.5.1. Hipóteses de conteúdo e estrutura

Concretamente, a hipótese de conteúdo, tendo em vista o instrumento que operacionaliza a TFBVH, o Questionário dos Valores Básicos (QVB), composto por 18 itens, sustenta que tais marcadores representarão adequadamente as seis subfunções valorativas. Tal hipótese desdobra-se ainda em outro pressuposto que aponta que o modelo hexafatorial (experimentação, realização, suprapessoal, existência, interativa e

normativa) é o mais adequado quando comparado com as soluções unifatorial, bifatorial, trifatorial e pentafatorial.

Quanto à hipótese de conteúdo, esta tem sido comprovada por meio de análise fatorial confirmatória. Especificamente, alguns estudos têm levantado tais evidências. A testagem mais sistemática desta hipótese foi fornecida por Gouveia et al. (2010) no contexto espanhol, utilizando-se a versão do QVB com 18 itens. Em suma, o modelo hexafatorial foi superior aos demais (e.g., bifatorial, estrutura representada pelas dimensões do tipo de motivador materialista e idealista; trifatorial, estrutura representada pelos três tipos de orientação, pessoal, central e social, etc.). No Brasil, Medeiros (2011) comprovou tal hipótese a partir de uma amostra de 34.000 brasileiros indicando a superioridade do modelo hexafatorial. O mesmo autor encontrou os mesmos resultados em amostras de 11 países (Alemanha, Argentina, Colômbia, Espanha, Filipinas, Honduras, Inglaterra, Israel, México, Nova Zelândia e Peru).

A hipótese de estrutura tem sido testada através de outra técnica estatística, denominada de Escalonamento Multidimensional. Tal técnica permite avaliar a representação espacial dos valores, isto é, verificar as áreas correspondentes aos dois eixos da teoria: tipo de orientação e tipo de motivador. Tal hipótese foi testada pela primeira vez, de igual modo, por Gouveia et al. (2010), com uma amostra de estudantes universitários espanhóis, corroborando a adequação da estrutura das subfunções valorativas. Medeiros (2011) também testou tal hipótese nas cinco regiões brasileiras, comprovando-se, novamente, a distribuição dos valores nos dois eixos hipotetizados. Para fins ilustrativos do emprego da técnica e dos resultados, a Figura 2 ilustra tal hipótese com os dados da região Centro-Oeste do Brasil.

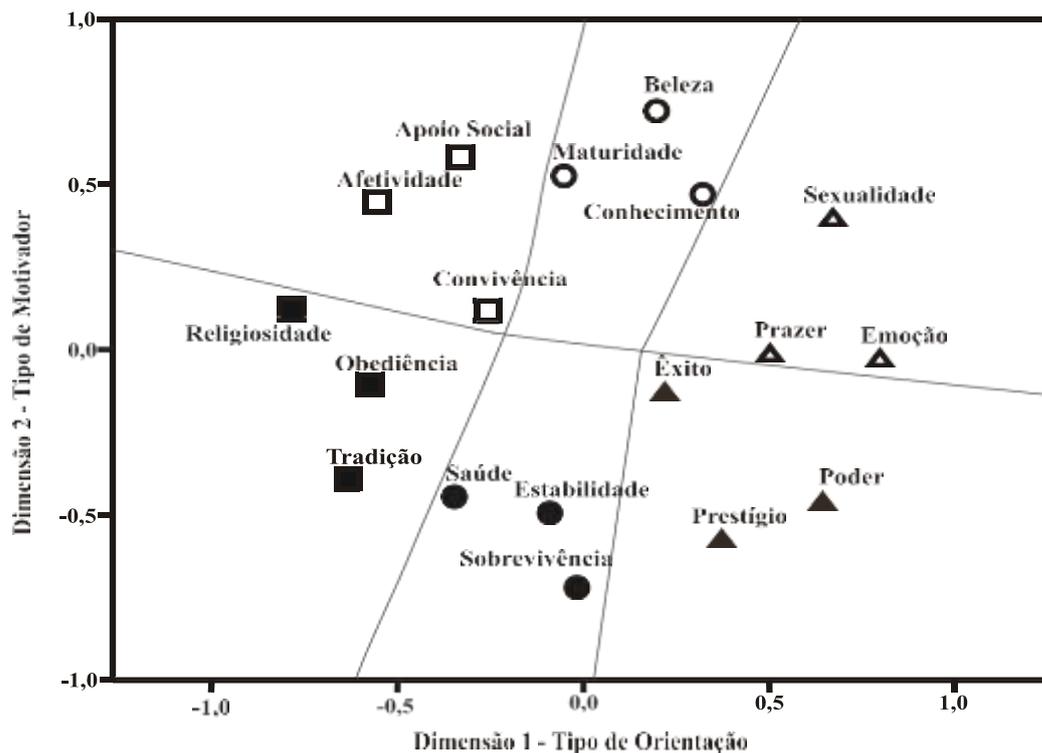


Figura 2. Representação espacial dos valores na região Centro-Oeste - Brasil

Como é possível observar na Figura 2, os marcadores valorativos de natureza materialista localizaram-se na parte inferior do espaço dimensional (correspondentes às subfunções normativa, existência e realização), ao passo que os idealistas se encontraram na parte superior (experimentação, suprapessoal e interativa). Ainda, em termos de tipo de orientação, os valores centrais ocupam a porção central da figura, estando os valores pessoais e sociais em suas extremidades. Ademais, ressalta-se que tal hipótese foi corroborada, de igual modo, para as amostras dos 11 países citados anteriormente. Uma vez conhecidas as evidências acerca das hipóteses de conteúdo e estrutura, segue-se com a descrição das hipóteses de congruência e compatibilidade.

3.5.2. Hipóteses de congruência e compatibilidade

De acordo com Gouveia (2016), a congruência não é sinônimo de compatibilidade. O primeiro termo refere-se ao padrão interno ou sistema de valores

apresentado por um dado sujeito, ao passo que o segundo consiste na relação dos valores com variáveis externas (e.g., antecedentes e consequentes). Nesse sentido, tendo em vista que ambos os conceitos são interdependentes, espera-se que o padrão de correlação dos valores com uma variável externa oscile conforme o grau de congruência esperado entre as subfunções valorativas.

Concretamente, em relação à hipótese de congruência na TFVH, não há razão para admitir conflito entre os valores, exceto em situações específicas, como por exemplo em certas fases da vida (Gouveia, 1998, 2001, 2003). Por exemplo, como ilustra Gouveia (2013), no caso dos adolescentes, prevê-se incongruência axiológica, por questões diretamente relacionadas a essa fase do desenvolvimento humano, isto é, o processo de construção de identidade. Em termos valorativos, isso pode ser expresso na dicotomia de ora assumir as regras de seu grupo/comunidade (valores sociais) ora priorizar valores que reforcem sua identidade e interesses próprios (valores pessoais). De todo modo, na presente perspectiva teórica, tais incongruências são concebidas mais enquanto uma exceção produzida por vivências específicas. A Figura 3, representada por um hexágono, ilustra os níveis de congruência valorativa no âmbito da TFVH.

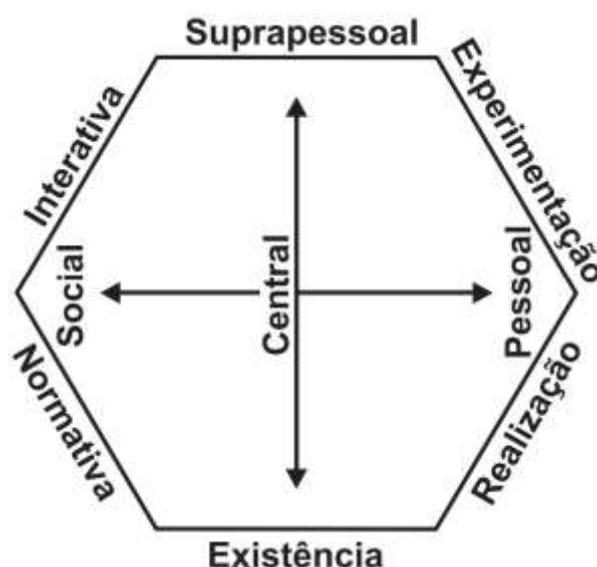


Figura 3. Congruência das subfunções dos valores básicos.

A partir da Figura 3, depreendem-se três níveis de congruência: (a) *congruência baixa*: localizada em partes opostas da figura, retratando subfunções de diferentes tipos de motivadores e orientações, por exemplo, interativa-realização e normativa-experimentação; (b) *congruência moderada*: concentra subfunções do mesmo tipo de motivador, no entanto com tipos de orientações distintos, representada pelos pares de subfunções dos valores de realização-normativa (metas extrínsecas) e experimentação-interativa (metas intrínsecas); e (c) *congruência alta*: reúne as subfunções que compartilham o mesmo tipo de orientação, porém expressam tipos distintos de motivador, representados pelos pares das subfunções experimentação-realização e normativa-interativa. Por fim, ressalta-se que a ausência das subfunções existência e suprapessoal quanto aos níveis de congruência, baseia-se no pressuposto teórico de que as mesmas, correspondendo ao tipo de orientação central, são compatíveis com todas as outras subfunções, sendo a base estrutural dos demais valores (Gouveia et al., 2008).

Quanto às evidências empíricas, a hipótese de congruência foi formalmente testada por Gouveia (2012) com amostras oriundas do Brasil e de vinte países. Coerentemente, testando o efeito do critério de idade cronológica, os resultados mostraram que, além das correlações positivas entre as subfunções valorativas, estas apresentaram magnitudes maiores de acordo com o estágio de desenvolvimento adolescente (12 a 18 anos; $r = 0,29$), adulto jovem (19 a 34 anos; $r = 0,30$) e adulto maduro (35 a 65 anos; $r = 0,34$). Ainda, em ambas as amostras os graus de congruência foram confirmados, segundo a magnitude das correlações: baixa (interativa-realização e normativa-experimentação), moderada (normativa-realização e interativa-experimentação) e alta (realização-experimentação e interativa-normativa). Assim, na TFVH, contrariamente ao modelo proposto por Schwartz (1992), pondera-se ser mais adequado pensar em graus de congruência em detrimento de conflitos valorativos.

Já em relação às evidências acerca da hipótese de compatibilidade, estas podem ser ilustradas por inúmeros estudos desenvolvidos sob a perspectiva da TFBVH. Por exemplo, estudos têm demonstrado que pessoas que endossam mais fortemente valores de realização e experimentação tendem a apresentar atitudes mais favoráveis frente ao sexo pré-marital (Guerra, Gouveia, Sousa, Lima, & Freires, 2012). Quanto aos valores centrais, a importância dada à subfunção suprapessoal relaciona-se com a satisfação com a vida (Marques, Silva, & Taveira, 2017), ao passo que alta priorização de valores de existência associa-se a maior estabilidade e segurança em relacionamentos íntimos (Lopes, Sela, & Shackelford, 2017). Finalmente, quanto aos valores sociais, pessoas que pouco priorizam os valores normativos têm maior probabilidade de engajar-se em comportamentos antissociais (Medeiros, Sá, Monteiro, Santos, & Gusmão, 2017), enquanto que a alta priorização de valores da subfunção interativa mostra-se como elemento relevante na intenção de constituir família (Milfont, Gouveia, & Costa, 2006). Em resumo, os padrões de relação entre as seis subfunções valorativas e as variáveis mencionadas demonstram evidências favoráveis para a hipótese de compatibilidade.

Por fim, além da soma expressiva de estudos (e.g., em todas as regiões do Brasil e em mais de 50 países do mundo) que atestam a adequação da TFBVH, ressalta-se que a mesma tem adentrado o cenário internacional com publicações que tratam diretamente da teoria. Inicialmente, na *Revista Latinoamericana de Psicología*, corroboraram-se suas hipóteses de conteúdo e estrutura no contexto colombiano (Ardila, Gouveia, & Medeiros, 2012) e, em seguida, no jornal norte-americano *Personality and Individual Differences*, em que Gouveia et al. (2014a) apresentaram formalmente tal modelo teórico. Esta última, motivou uma réplica por parte de um eminente pesquisador no campo dos valores humanos, Schwartz (2014), intitulado: *Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra (2014)*. Efetivamente, tal ocasião

denotou o primeiro reconhecimento da TFBV, por parte de Schwartz, em que se discute questões elementares de ambos os modelos teóricos dos valores humanos. Ademais, mais recentemente, a TFBV foi considerada em importante obra nesse campo, oriunda do contexto europeu, *The psychology of human values*, de autoria do pesquisador Gregory Maio (2016). A seguir, a agenda de estudos futuros da teoria é contemplada.

3.6. A Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: direções futuras

Tendo em vista o percurso anteriormente exposto acerca da TFBV, isto é, seus elementos históricos, pressupostos teóricos, hipóteses principais e evidências empíricas já evidenciadas na literatura (e.g., Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011; Gouveia et al., 2014a, 2014b), não se questiona mais a comprovação e aceitação do referido modelo teórico. Nessa direção, em obra recente organizada por Gouveia (2016), a ênfase direcionou-se, entre outros aspectos, aos possíveis direcionamentos futuros que podem consistir em importantes linhas de pesquisa da teoria, sendo estas sumarizadas abaixo:

1) *Modificação de valores*: a primeira linha possível de pesquisa centra-se na ideia de que os valores dos indivíduos são passíveis de mudança (Sheldon, 2005). Um procedimento conhecido na literatura refere-se ao método de autoconfrontação, proposto por Rokeach (1973); porém concentram todo o processo no próprio sujeito. Nesse sentido, além de potenciais revisões na referida técnica, pode-se investigar a efetividade de outras vias de mudanças valorativas que podem envolver o uso de atividades dramatúrgicas, filmes, desenhos, músicas, etc., de modo a promover configurações valorativas específicas, por exemplo, em contextos tais como o escolar. Ademais, é conveniente entender o impacto de mecanismos subjacentes às mudanças (e.g., *priming*, adaptação a novas situações, processos de identificação, manutenção de consistência valorativa e persuasão direta), tendo em vista que tais investigações são escassas nesse campo (Bardi & Goodwin, 2011).

2) *Bases neurológicas dos valores*: uma segunda linha de concentração de estudos na TFBVH tem por base o campo das neurociências. No âmbito desse modelo teórico, já há evidências disponíveis envolvendo os valores humanos e neuromodulação (Athayde, 2015). Os passos seguintes podem concentrar-se no mapeamento de áreas cerebrais específicas para cada subfunção valorativa.

3) *Análise do discurso*: de fato, o estudo dos valores apresenta forte ênfase na utilização de instrumentos objetivos para a mensuração do construto (e.g., escalas de natureza ordinal e intervalar; Maio, 2010), de modo que o acesso a outras formas/qualidade de dados não tem sido comumente estimulado, como por exemplo, o próprio discurso das pessoas que são veiculados no cotidiano em diferentes meios de comunicação (e.g., jornais, revistas, etc.). Ademais, a análise do discurso já tem sido empregada para mapear quais valores são disseminados em jornais em que se discute o papel de mídias digitais nesse processo (e.g., Hazaea, Ibrahim, & Nor, 2013).

4) *Redes sociais*: finalmente, uma proposta proeminente de possíveis direcionamentos de pesquisa refere-se ao estudo dos valores no âmbito das redes sociais. Especificamente no caso da TFBVH, algumas vantagens podem auxiliar no processo de operacionalização das pesquisas. Concretamente, as subfunções valorativas podem ser pensadas como categorias prévias para fins de classificação dos perfis valorativos das pessoas, tendo como indicadores as postagens e os tipos de materiais acessados na rede (e.g., mensurados através de “curtidas”, tipos de reações às postagens, etc.). Fatalmente, tal linha de pesquisa mostra-se promissora, na medida em que se pode investigar as redes sociais a partir do panorama da Psicologia Social, bem como fenômenos sociopsicológicos no contexto das redes digitais (Kende, Ujhelyi, Joinson, & Greitemeyer, 2015), diferentemente de estudos com focos mais restritos, por exemplo,

aqueles com ênfase unicamente clínica, abordando comportamentos compulsivos na internet, solidão, etc.

Finalmente, na próxima seção, tendo em vista os objetivos previstos na presente dissertação, serão traçadas as potenciais relações do construto da TROS frente aos valores humanos, resguardando-se as questões teóricas de ambos os construtos.

3.7. Valores Humanos: relações com a Tomada de Risco Orientada ao Status

No âmbito da literatura do fenômeno da tomada de risco, uma orientação teórico-metodológica recentemente observada assume um interesse crescente, por parte da psicologia, na ênfase ou consideração de fatores sociais e culturais que se relacionam a tal objeto (Taylor-Gooby, & Zinn, 2006). Nessa direção, como indicado, tendo em vista seu componente intersubjetivo (Gouveia, 2013), é plausível pensar no construto dos valores humanos e, por conseguinte, nas potenciais relações frente à TROS.

Na presente ocasião, os correlatos valorativos da TROS são pensados dentro do modelo teórico dos valores humanos da TFSVH. Diante da inexistência de estudos que contemplem tal relação, serão aqui traçadas relações teoricamente esperadas. Ressalta-se que tais relações frente aos valores humanos serão delineadas tanto a partir da definição operacional da TROS, quanto de sua faceta “sombria” (Visser et al., 2014). É importante ressaltar que o lado “sombrio” da TROS, nesse caso, é diferente de um quadro patológico. Este último indica um sentido de desajustamento pessoal, ao passo que o primeiro diz respeito a um quadro de má adaptabilidade social, isto é, desajustamento interpessoal (Paulhus & Jones, 2014), no qual a TROS se insere.

Nesse sentido, a partir do componente autocentrado da TROS, é possível vislumbrar que sujeitos com altas pontuações nesse traço priorizam fortemente os valores do tipo de orientação pessoal, realização e experimentação, sendo a relação mais fraca no que se refere a este último, uma vez que tal construto é distinto do traço de

buscas de sensações (e.g., Hoyle, Stephenson, Palmgreen, Lorch, & Donohew, 2002). Coerentemente, tal padrão de associação é contrário quanto aos valores sociais, interativo e normativo, implicando baixas necessidades de pertença grupais e relações íntimas estáveis, bem como a não importância da preservação de normas sociais estabelecidas. Finalmente, de igual modo, deduz-se uma associação negativa quanto aos valores centrais, suprapessoal (em razão da motivação materialista e pragmática da TROS) e existência, uma vez que a TROS envolve uma tendência a correr riscos (representado pelo valor de saúde) sem ênfase no alcance de uma situação geral de estabilidade na vida (e.g., segurança).

Por fim, apresentou-se o modelo teórico de valores humanos adotado, a TFBVH, abrangendo suas características elementares, bem como seu eminente potencial de relações com inúmeros fenômenos e construtos psicológicos, assim como suas potenciais direções futuras. Ainda, situou-se o construto da TROS, conjecturando seus correlatos valorativos, estimando-se, portanto, a contribuição de fatores eminentemente psicossociais na compreensão desse fenômeno. Nesse sentido, a seguir, no Capítulo III, apresentar-se-á o paradigma da História de Vida, *Life History Theory* (LHT), tendo em vista as implicações evolutivas do construto da TROS, bem como a proeminência de teorias evolutivas na explicação de traços de personalidade, admitindo-se, de igual modo, a plausibilidade de abordar os valores humanos sob tal perspectiva.

CAPÍTULO 3. A TEORIA DA HISTÓRIA DE VIDA

O objetivo do presente capítulo consiste, inicialmente, na apresentação de modelo teórico evolutivo, denominado de Teoria da História de Vida (LHT), que tem ganhado destaque no âmbito da psicologia evolutiva. Em seguida, demonstra-se a plausibilidade do emprego deste referencial para explicar as diferenças individuais em personalidade, abrangendo traços normais de personalidade, assim como aqueles considerados socialmente aversivos, categoria na qual a TROS é situada. Finalmente, baseando-se nas funções adaptativas que os valores humanos cumprem e na possibilidade de integração entre a psicologia social e a psicologia evolutiva, discorrer-se-á sobre a proposição de que os valores humanos podem constituir um mecanismo psicológico subjacente na relação entre TROS e estratégias de história de vida (*Life History Strategies - LHS*).

4.1. A Teoria da História de Vida

A teoria da História de Vida (*Life History Theory - LHT*) tem ganhado proeminência dentro da psicologia evolutiva, disponibilizando ferramentas analíticas para esta disciplina, assim como apontando potenciais futuros direcionamentos (Buss, 2016). Concretamente, a teoria da evolução, através do mecanismo da seleção natural, implicou em revoluções no entendimento da configuração da mente humana e do cérebro, como o próprio Charles Darwin já a priori reconhecia (Tooby & Cosmides, 2015). De fato, as ideias evolutivas mais relevantes para a psicologia social são aquelas que se relacionam direta ou indiretamente com os mecanismos envolvidos na seleção sexual, estratégias de acasalamento e investimento parental diferencial (Ross, Lepper, & Ward, 2010), que permitiram enfrentar os desafios evolutivos e que, mesmo no atual estágio da espécie humana, persistem e continuam a exercer sua influência (Buss, 1994).

Apesar da marginalização do darwinismo dentro das ciências comportamentais e sociais durante o século XX, uma minoria diversificada de pesquisadores buscou articular como *insights* darwinistas poderiam ser aplicados ao comportamento (Tooby & Cosmides, 2015). De fato, uma maneira promissora de entender o significado evolutivo das diferenças individuais consiste no estudo da variação de estratégias de sobrevivência (Hagen & Hammerstein, 2005). Assim, diferentes fenótipos podem ser conceituados como a manifestação de diferentes estratégias adaptativas, isto é, maneiras de um organismo equilibrar custos e benefícios, a fim de maximizar sua aptidão. Tais elementos são abordados pela LHT.

Assim, a LHT possibilita entender como, em situações de dilemas (*trade-offs*), os organismos devem alocar tempo e energia para tarefas que maximizem sua aptidão ao meio em que estão inseridos (Roff, 1992). Os desafios e dilemas dos contextos socioecológicos da história de vida dos organismos têm ramificações profundas, afetando virtualmente todos os aspectos do desenvolvimento e comportamento de um organismo. A seguir, descreve-se um estudo oriundo do campo de um dos ramos da biologia com a finalidade de ilustrar o funcionamento da LHT, antes de partir para explicação de seus pressupostos.

O estudo mencionado refere-se ao experimento realizado por Stearns, Ackermann, Doebeli e Kaiser (2000), buscando testar a LHT, através de um estudo experimental do impacto de manipulações de condições de mortalidade extrínseca na expectativa de vida, crescimento e reprodução em amostras de moscas de frutas, *fruitflies*. Como inicialmente previsto, comprovou-se que taxas mais altas de mortalidade extrínseca levaram à evolução de taxas de mortalidade intrínseca mais altas, tempos de vida mais curtos e à diminuição da idade e do tamanho na eclosão das moscas. De igual modo, o pico de fecundidade também modificou-se, ocorrendo de

forma mais precoce no ciclo de vida das moscas, tendo em vistas a condições explícitas do meio.

Operacionalmente para alcançar tais resultados, Stearns et al. (2000) utilizaram uma população de moscas da fruta (*D. melanogaster*), estabelecendo dois conjuntos de linhas de “evolução experimental” replicadas: três grupos foram expostas a um tratamento de alta mortalidade adulta (AMA; matando aleatoriamente 90% das moscas duas vezes por semana) e três grupos para um tratamento de baixa mortalidade de adultos (BMA; matando 10% das moscas duas vezes por semana). Após quatro anos de evolução experimental, sob essas condições no laboratório, Stearns e colaboradores mediram os fenótipos da história de vida de todas as linhas em ambos os tratamentos, para examinar as respostas evolutivas das moscas à mortalidade extrínseca alta *versus* baixa.

Em suma, os resultados deste experimento de longo prazo, confirmaram as previsões teóricas: moscas-das-frutas que evoluíram sob condições de AMA desenvolveram-se mais rapidamente quando as larvas, eclodidas mais cedo e em menor tamanho quando adultas, tiveram maior pico inicial de fecundidade, assim como mostraram uma vida útil mais curta do que as moscas da BMA que evoluíram o conjunto oposto de adaptações.

Dito de outro modo, isso implica que moscas evoluindo em um ambiente altamente perigoso, responderam evolutivamente acelerando seu desenvolvimento, diminuindo sua idade e tamanho na maturidade, depositando mais ovos mais cedo e vivendo mais rápido: estas se adaptaram a altos níveis de mortalidade aleatória, mudando seus esforços reprodutivos para idades anteriores e comprimindo toda a sua história de vida em uma vida útil mais curta. Desse modo, na mesma direção do estudo de Reznick et al. (1990), realizado com a espécie de peixes *guppies*, estes resultados

confirmam as principais previsões da LHT, sobretudo o papel principal pela mortalidade adulta extrínseca na formação da evolução do crescimento, maturação, reprodução e envelhecimento. Após a breve introdução à LHT, em seguida, são apresentados os principais dilemas que as espécies de modo geral enfrentam ao longo do ciclo de vida, de acordo com tal teoria.

4.1.1. Principais dilemas segundo a Teoria da História de Vida

De modo geral, podem ser citados três dilemas abrangentes e fundamentais, no que se refere à espécie humana e seus percursos de história de vida: *reprodução atual versus futura*, *qualidade versus quantidade de descendentes* e *esforços de acasalamento versus parentalidade* (Del Giudice, Gangestad, & Kaplan, 2015). Tais dilemas são descritos separadamente, a seguir.

No que tange ao dilema da *reprodução atual versus futura*, ao extraírem os recursos do meio, os indivíduos “gastam” tal montante em três diferentes atividades (Gadgil & Bossert, 1970): 1) crescimento: os organismos, ao aumentarem a quantidade de energia do meio, podem aumentar sua fertilidade futura; 2) manutenção: os organismos preservam suas condições somáticas, alocando energia para a função imunológica; 3) reprodução: implica em que os organismos replicam os genes. A maneira como os organismos resolvem esse dilema energético molda suas histórias de vida. Em síntese, conseqüentemente o ato de alocar energia para oportunidades futuras, dificulta o empreendimento de esforços para se reproduzir mais urgentemente e vice-versa (Del Giudice et al., 2015).

Um segundo grande dilema da história de vida (Lack, 1968), diz respeito a uma divisão dentro dos recursos alocados à reprodução atual: alocação para o aumento da qualidade da prole ou para aumento da quantidade de descendentes. Tal dilema ocorre em razão de que os genitores possuem recursos limitados para investir na reprodução e,

portanto, para os filhos adicionais, deve-se reduzir o investimento médio por filho em termos de cuidado parental, provisão de recursos, etc. Segundo Del Giudice et al. (2015), a relação qualidade-quantidade é inferida a partir de diferentes modelos. De modo geral, tal indicador é expresso através da sobrevivência da prole (e.g., Fischer, Taborsky, & Kokko, 2011). Já os modelos multigeracionais consideram não apenas a sobrevivência da prole, mas também a fertilidade adulta da mesma, que pode ser mensurada através de elementos como o tamanho corporal, a saúde, habilidades, status, etc. que são interpretados como resultado do investimento parental (Kaplan, 1996).

No dilema *acasalamento versus parentalidade*, entende-se que o processo de reprodução sexual implica em outro nível de complexidade às alocações de recursos de história de vida. Concretamente, para reproduzir, os indivíduos precisam selecionar parceiros em potencial; significa escolher e ser escolhido por um parceiro específico, a fim de garantir a copulação. Todas essas etapas não são simples, podendo envolver gastos substanciais de energia (e.g., exibição social, competição com rivais), bem como exposição ao perigo (e.g., maior exposição ao risco de predação) (Del Giudice et al., 2015).

De um ponto de vista prático, este dilema é responsável na evolução das diferenças entre os sexos nos padrões de competição de acasalamento e cuidados parentais (Kokko & Jennions, 2008). Nesse sentido, quando se estabelece um conflito entre o acasalamento e a parentalidade, o sexo que experimenta maior seleção sexual e uma mortalidade mais alta passa a investir mais na competição de acasalamento, enquanto, no caso contrário, o outro sexo fornece mais cuidados parentais, aumentando seu grau de seletividade quanto a potenciais parceiros (Del Giudice et al., 2015).

O entendimento dos principais dilemas referentes à espécie humana, acima descritos, são cruciais para o que se denomina, no âmbito da LHT, de Estratégias de

História de Vida (*Life History Strategies* - LHS). Num primeiro momento, cabe explicitar que as LHS, vistas de um ponto de vista mais amplo, são o resultado de combinações simultâneas de características morfológicas, fisiológicas e comportamentais co-adaptadas (Braendle, Heyland, & Flatt, 2011) que podem ser inferidas e interpretadas através de diferentes padrões de alocação de recursos por parte dos seres vivos, como descritas a seguir.

4.1.2. Teoria da História de Vida: Estratégias de História de Vida

Como suposto, a evolução pela seleção natural apresenta forte influência nas ciências naturais e, mais recentemente, tem permeado o campo da psicologia. Psicólogos evolucionistas passaram a apreciar o fato de que a seleção natural pode ser aplicada a mecanismos psicológicos (e.g., sistemas cognitivos e características físicas) que evoluem culminando na resolução de problemas específicos de sobrevivência e reprodução (Machluf & Bjorklund, 2015). A partir da LHT, tais mecanismos podem evoluir em dois níveis principais: o populacional e o individual.

Existem fatores ecológicos, como por exemplo o suprimento de alimentos, riscos de mortalidade) que se transfiguram em diferentes estratégias de alocação de energia, que são responsáveis por variações entre e dentro as espécies, em termos de LHS (Del Giudice et al., 2015). No que tange ao primeiro nível, o populacional, dois elementos do meio são importantes: os conceitos de morbimortalidade extrínseca e imprevisibilidade das condições ambientais (Ellis et al., 2009). O primeiro inclui causas inevitáveis de deterioração física (e.g., consequências a longo prazo das lesões e doenças não-letais) que limitam a capacidade de potencial reprodutivo. Já o segundo fator, representa o grau de variação imprevisível das condições do meio que podem afetar os indivíduos. Finalmente, não se pode esquecer, que a disponibilidade de recursos configura a linha de base para todos os tipos de problemas de alocação (Del Giudice et al., 2015).

Possivelmente, o modelo mais promissor para a discussão evolucionária das diferenças individuais com a mais ampla aplicabilidade, é a LHT, também conhecida como ecologia evolutiva do desenvolvimento (Buss, 2010). Nesta perspectiva, como se pode supor do exposto anteriormente, as LHS refletem a combinação de elementos genotípicos, plasticidade em resposta a variações e processos aleatórios oriundos do meio (Del Giudice et al., 2015). Para entender a constituição das LHS, de igual modo, deve-se considerar o padrão de resposta dos indivíduos frente aos dilemas anteriormente citados. Em termos práticos, as diferenças individuais de LHS apresentam importantes implicações em relação à probabilidade de sobrevivência, sucesso no acasalamento, reprodução da prole, bem como no nível de investimento parental (Buss, 2009).

Dessa forma, um dado conjunto ou padrão comportamental dos indivíduos pode aumentar ou diminuir suas chances de adaptação em um dado contexto (MacDonald, 1998). De modo geral, as LHS de diferentes espécies podem ser organizadas em um *continuum* que varia de uma “estratégia rápida de sobrevivência” (e.g., maturação precoce e reprodução, crescimento rápido, tamanho corporal pequeno, alta fertilidade, baixa expectativa de vida e baixo investimento na qualidade da prole), LHS rápidas, a uma “estratégia de sobrevivência lenta” (e.g., maturação e reprodução tardia, crescimento lento, grande tamanho corporal, baixa fertilidade, alta expectativa de vida útil e alto investimento na prole; Promislow & Harvey, 1990), LHS lentas. Em outras palavras, as LHS consistem em soluções adaptativas, considerando os dilemas de alocação de recursos das espécies, isto é, a partir de restrições impostas pelas leis da física, história filogenética e mecanismos de desenvolvimento (Del Giudice, 2014).

O contraste entre estratégias dentro do *continuum* mencionado servem, assim, a partir da LHT, como uma ferramenta para a operacionalizar e ilustrar a variabilidade entre as espécies no que tange à alocação de energia. Apesar desta teoria ter sido

inicialmente desenvolvida para explicar o comportamento animal, esta tornou-se gradualmente útil para a compreensão do comportamento humano (Kawamoto, 2015). Assim, a LHT possibilitou a construção de inúmeras hipóteses acerca da saúde geral das pessoas, relações sociais ou variáveis demográficas, podendo estes serem considerados indicadores de LHS (Kawamoto, 2015). Ademais, tal teoria provou ser uma fonte frutífera de hipóteses sobre as diferenças individuais humanas, sobretudo quanto à variação da personalidade (Rushton, 1985). Assim, tais pressupostos podem ser aplicados à TROS. Entretanto, primeiramente relacionar-se-á este modelo teórico frente às principais dimensões de personalidade consideradas normais identificadas na literatura.

4.2. A Teoria da História de Vida: diferenças individuais nas principais dimensões de personalidade

A ideia de que os traços estáveis de personalidade refletem, em parte, as diferenças individuais nas LHS, tem sido um terreno que gradualmente tem ocupado espaço nos campos da biologia e da psicologia (Del Giudice et al., 2015). Tal fato tem levado alguns autores a defender que a personalidade humana seja mais bem conceitualizada dentro da estrutura da psicologia evolutiva (Barkow, Cosmides, & Tooby, 1992). Dessa forma, assume-se, a partir desse referencial, que a maneira como as pessoas pensam, sentem e se comportam atualmente podem ser compreendidas considerando quais foram os pensamentos, sentimentos e comportamentos que aumentaram as chances de sobrevivência e de reprodução de seus ancestrais (Michalski, & Shackelford, 2010). Ademais, o estudo de tais diferenças tem importantes implicações teóricas e metodológicas.

Tais implicações teórico-metodológicas se organizam em torno de três eixos principais (Buss, 2009): 1) diferenças individuais profundas têm sido extensivamente

documentadas na literatura (e.g., dominância vs. submissão, agradabilidade vs. agressividade; habilidades específicas, atitudes políticas; religiosidade, etc.; 2) as pesquisas mostram que a maioria dessas diferenças individuais tem um componente hereditário e estabilidade ao longo do tempo e; 3) tais diferenças individuais estáveis mostraram ter importantes consequências em questões evolutivamente relevantes, tais como sobrevivência, sucesso na reprodução e criação da prole.

Tendo em vista o exposto, é possível então estabelecer associações robustas e previsíveis dos traços de personalidade, situando-os dentro do *continuum* rápida-lenta de LHS (Del Giudice, 2014). Para tanto, inicialmente, situar-se-á o modelo do *Big Five* no referido *continuum*, isto é, as cinco dimensões básicas de personalidade: Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade, Neuroticismo e Abertura a experiências (McCrae, & John, 1992).

Concretamente, as associações mais fortes com indicadores de LHS lentas são encontradas, no modelo do *Big Five* para os fatores de personalidade de Amabilidade e Conscienciosidade (Del Giudice, 2014). Exemplos de indicadores que se relacionam com as dimensões mencionadas são a sociosexualidade restrita, o estabelecimento de relacionamentos com maior duração, aversão ao risco e um forte comportamento pró-social (Holtzman & Strube, 2013). Ainda, o traço de Conscienciosidade é um preditor consistente de longevidade, devido a seus efeitos sobre o comportamento relacionado a questões de saúde (Bogg & Roberts, 2004).

Já em relação à dimensão Honestidade-Humildade, oriunda do modelo HEXACO, esta se relaciona claramente com a redução de mortalidade (e.g., alta expectativa de vida), alto investimento em processos parentais (e.g., estabilidade de relacionamento e investimento na qualidade da criação da prole), investimento de energia reduzido em situações de acasalamento/reprodução (e.g., sociosexualidade

restrita e quantidade menor de parceiros sexuais), e altas tendências para exibir comportamentos pró-sociais (e.g., cooperação) (Del Giudice et al., 2015).

No que tange às dimensões de personalidade de Extroversão, Abertura à Experiência e Neuroticismo (isto é, baixa estabilidade emocional), estas são caracterizadas por apresentar relações com indicadores de LHS rápidas. Nesse sentido, estes se correlacionam em diferentes graus com a sociosexualidade irrestrita, busca por relações sexuais casuais, a instabilidade do relacionamento (isto é, relacionamentos de curta duração) e a tomada de risco; agressividade, comportamento disruptivo e antissocial são outros indicadores associados a tais dimensões da personalidade (Del Giudice, 2014).

Entretanto, como ressalta Del Giudice (2014), deve-se notar que, no âmbito da perspectiva da LHT, os traços de Extroversão e Abertura a experiências são concebidos como “híbridos”, isto é, podem implicar tanto LHS rápidas, quanto lentas. De fato, tal situação tem sido interpretada na literatura como um problema ainda sem solução (Manson, 2017). A Extroversão é composta por algumas facetas, tais como a assertividade e dominância, assim como entusiasmo e sociabilidade. De um ponto de vista teórico, as duas primeiras facetas constituem LHS rápidas, enquanto as restantes são caracterizadas por LHS lentas (Lucas, Deiner, Grob, Suh, & Shao, 2000).

Para a dimensão de Abertura a experiências, mencionam-se as facetas de Imaginação e Intelecto. Concretamente, a primeira está associada a uma LHS rápida, enquanto a segunda, associa-se a um padrão de sobrevivência lento. A primeira relaciona-se com elementos, tais como a fantasias e devaneios, culminado em uma relação positiva com a sociosexualidade irrestrita (Del Giudice, 2014). Já a faceta Intelecto relaciona-se à inteligência, rapidez mental e habilidades verbais (DeYoung, Quilty, & Peterson, 2007). Assim, um envolvimento intelectual reflete motivação,

interesse e prazer em atividades intelectuais (DeYoung, Shamosh, Green, Braver, & Gray, 2009), convergindo para o fato de que tal faceta tenha sido a mais consistentemente associada a pontuações em testes de inteligência (DeYoung et al., 2005). De fato, a LHT prevê uma relação positiva entre a estratégia de LHS lenta e os indicadores de inteligência geral (Rushton, 2004).

No entanto, a LHT tem sido, de igual modo, utilizada para prever associações para além do *Big Five*, isto é, exorbitando os limites de modelos clássicos de personalidade que tratam de variações normais não oriundos de sujeitos clínicos, ou seja, características consideradas totalmente adaptativas do ponto de vista social (Schultz & Schultz, 2011). Nesse sentido, estudos têm empregado a LHT para o entendimento da denominada Tríade Sombria da personalidade (*Dark Triad of personality*; TSB), formada conjuntamente pelos traços de maquiavelismo, psicopatia e narcisismo (Paulhus & Williams 2002). Embora tais traços sejam concebidos como socialmente aversivos, compõem uma faixa normal de funcionamento da personalidade (Huang & Liang, 2015). Tal modelo de personalidade é apresentado e discutido a seguir no âmbito da LHT.

4.3. A Teoria da História de Vida: interseção com a Tríade Sombria da personalidade

Como exposto, a TSB refere-se aos traços de personalidade de maquiavelismo, narcisismo e psicopatia que representam variações de diferenças individuais em populações não clínicas, mas que por outro lado se associam, de forma consistente com comportamentos problemáticos (Paulhus & Williams, 2002). Este modelo ganhou alta visibilidade no campo da personalidade gerando um vasta quantidade de pesquisas (Marcus & Zeigler-Hill, 2015), inclusive apontando, para além dos prejuízos destes traços, as características adaptativas de tais traços sombrios (Jonason, Li, & Buss, 2010). Dessa forma, abaixo tais traços de personalidade são descritos.

O Maquiavelismo, assim chamado por Christie e Geis (1970) é concebido a partir dos escritos de Nicolau Maquiavel, mais especificamente sua obra clássica, *O Príncipe*. Esta característica individual refere-se a um estilo interpessoal frio, com altas tendências à manipulação e com uma “cosmovisão”, visão de mundo, cínica. Ademais, expressam falta de moralidade frente aos ditames sociais vigentes (Christie & Geis, 1970). Mais recentemente, tal traço foi interpretado a partir de uma importante figura histórica, o filósofo e estrategista militar do primeiro século, Sun Tzu (Jones & Paulhus, 2009). Assim, foi possível descrever, de forma mais representativa, as características de planejamento, formação de coalizões e construção de reputação que se transfigura em elementos, tais como o planejamento estratégico de longo prazo, motivação pela busca de objetivos e auto-benéficos (e.g., poder, dinheiro, etc.; Jones & Paulhus, 2014).

Quanto ao Narcisismo, a literatura recente sobre este traço aumentou substancialmente, tanto em estudos oriundos da psicologia social e personalidade, assim como no campo da psicologia clínica (Ackerman, Hands, Donnellan, Hopwood, & Witt, 2017). Em razão de ser entendida como uma característica patológica, o Narcisismo encontra-se na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), categorizado como Transtorno de Personalidade Narcisista (APA, 2013). Em suma, as características deste traço são representadas por um autoconceito irrealisticamente positivo (senso de grandiosidade), fantasias grandiosas, exibicionismo, comportamentos exploradores, bem como sentimentos de inferioridade, tendência à vergonha, déficits de empatia e raiva (Ackerman et al., 2017).

Por fim, o traço de Psicopatia, através do trabalho seminal de Cleckley (1941), *The Mask of Sanity*, passou a ser mais abordado nos campos clínicos e de pesquisa. Concretamente, o traço de personalidade de Psicopatia refere-se a tendências de falta de remorso e empatia, tal como a um estilo de vida irresponsável e antissocial (Hare,

2003). Os traços de déficit de autocontrole, juntamente com a insensibilidade, permanecem central, desde às concepções clássicas do trabalho de Cleckley, tanto para as visões criminosas (Hare & Neumann, 2008), bem como para aqueles que não concebem a psicopatia como uma tendência criminosa (Hall & Benning, 2006). Por outro lado, a Psicopatia em sua versão subclínica envolve elementos como: comportamento manipulador, baixa expressão emocional, falta de remorso e empatia, comportamentos impulsivos e irresponsáveis (LeBreton, Binning, & Adorno, 2006).

Ainda, é válido ressaltar que atualmente se concebe que tanto a Psicopatia (Walters, Brinkley, Magaletta, & Diamond, 2008) quanto o Narcisismo (Miller & Campbell, 2008) sejam fenômenos psicológicos de natureza dimensional. Em termos práticos, este fato implica que os indivíduos podem ser situados e/ou classificados ao longo de um *continuum*, tendo como critério a quantidade de traço latente que expressam cotidianamente. Conseqüentemente, as pessoas, então, não são unicamente classificadas como psicopatas ou não psicopatas, ou narcisistas ou não narcisistas. Dessa forma, contrariamente à classificação categórica (e.g., psicopata versus não psicopata), os sujeitos podem expressar níveis leves até quantidades mais altas de um dado traço latente. Tais concepções, de igual modo, aplicam-se ao construto da TROS, como previamente indicado (Ashton et al., 2010; Visser et al., 2014).

Nesse sentido, tendo em vista as descrições dos principais componentes dos traços que compõem a TSB, é possível situar tais traços no âmbito da LHT. De fato, a interpretação dessa constelação de traços a partir deste referencial teórico foi importante para superar as críticas de que este modelo de personalidade implica em uma abordagem atórica e, principalmente, descritiva (Jonason, Koenig, & Tost, 2010). Isto foi possível em razão da aceitação do pressuposto de que as diferenças individuais na

personalidade podem ser associadas a estratégias evolutivas que aumentam o sucesso reprodutivo individual em determinado contexto ambiental (MacDonald, 1998).

Efetivamente, quanto às predições via LHT considerando o fato de que, conjuntamente, as personalidades sombrias podem implicar em vantagens em alguns cenários, como por exemplo frente a estratégias de acasalamento de curto prazo, assim como pelo foco na satisfação imediata de recompensas (Jonason et al., 2008), é plausível, inicialmente presumir que os mesmos podem ser caracterizados por LHS rápidas (Figueredo & Wolf, 2009). No entanto, partindo das especificidades de cada traço, estimaram-se diferentes padrões de LHS para os mesmos, tendo em vista, de igual modo, o critério do sucesso reprodutivo (Jones & Weiser, 2014).

Dessa forma, hipotetizou-se que a Psicopatia, em particular, representaria uma LHS rápida (Jonason et al., 2010). Já o Narcisismo estaria associado a traços de história de vida rápidos (e.g., origens em LHS rápidas de acasalamento, mensuradas através de facetas de ordem inferior) e lentos (e.g., proporciona aos narcisistas os tipos de conexões sociais que possuem utilidade a longo prazo). Por fim, o Maquiavelismo, embora possa ser interpretado por ter uma LHS rápida (e.g., orientação antigrupal), este tem sido consistentemente relacionado a uma LHS lenta, em razão das características de planejamento de longo prazo (Jones & Paulhus, 2009).

Recentemente, Jonason et al. (2017) testaram empiricamente tais suposições em um estudo transcultural. Para tanto investigaram as relações da TSB frente a duas medidas de diferenças individuais: o Mini-K (altas pontuações indicam uma LHS lenta) e Escala de Consideração de Consequências Futuras (altas pontuações indicam uma LHS lenta). Quanto à Psicopatia, os resultados indicaram LHS rápida, uma vez que se associou a falhas em considerar as consequências futuras. O traço de Narcisismo apresentou um padrão de LHS lento, tendo em vista as pontuações mais altas no Mini-K

e na tendência de consideração de consequências futuras. Por fim, o Maquiavelismo, de forma menos consistente que a Psicopatia, apresentou uma LHS rápida. Finalmente, estima-se a possibilidade aplicar tal modelo teórico evolutivo frente ao fenômeno da tomada de risco e, mais especificamente, ao traço socialmente aversivo da TROS, como tratado a seguir.

4.4. A Teoria da História de Vida: interseção com a Tomada de Risco Orientada ao Status

A propensão ao risco, de modo geral, dentre as teorias biológicas, é concebida como uma estratégia de natureza comportamental que pode cumprir dois objetivos básicos: a adaptação ao ambiente e o sucesso reprodutivo (Mishra, 2014). Outro importante elemento consiste no fato de que a tomada de riscos, na condição de função adaptativa, varia ao longo da vida. A partir do campo da ecologia comportamental, entende-se que na idade adulta jovem, os comportamentos de risco podem ser fundamentais para obter acesso a potenciais parceiros de acasalamento por meio do controle e do status dos recursos (Josef et al., 2016).

Ademais, a variável idade apresenta importante interação com a variável sexo frente às tendências aos riscos. Dito de outro modo, os comportamentos de risco e as respostas de competitividade podem ser mais prevalentes entre os jovens do sexo masculino do que entre as mulheres e indivíduos mais velhos (Daly & Wilson, 1997). Em termos práticos, em períodos posteriores do ciclo de vida, espera-se que os indivíduos valorizem mais os objetivos de proteger suas próprias vidas, em razão de que a sobrevivência de seus descendentes depende dos cuidados parentais e, em particular, materno e de defesa da prole (Campbell, 1999). Assim, embora os comportamentos de risco possam implicar em custos, de igual modo, podem ser benéficos para determinados fins evolutivos em um dado meio (Machluf, & Bjorklund, 2015).

Mais especificamente, em relação ao fenômeno da tomada de risco enquanto uma característica estável de personalidade, isto é a TROS, esta pode apresentar-se como uma solução adaptativa para certos cenários. Nesse sentido, tendo em vista que a TROS apresenta correlações moderadas com a TSB, sendo a magnitude similar ao observado entre os próprios traços da TSB (Visser et al., 2014), é possível supor que tal construto compartilhe traços de história de vida consistentemente associados a uma LHS rápida.

Ademais, a faceta sombria da TROS foi ratificada, como já ressaltado, por outros critérios empíricos. Por exemplo, Visser et al. (2014) demonstraram que essa tendência atende aos critérios socialmente aversivos de baixa Amabilidade no âmbito do *Big Five* (Jakobwitz & Egan, 2006) e baixa Honestidade-Humildade no modelo HEXACO (Lee & Ashton, 2005), apresentando importantes impactos no cotidiano. Por exemplo, na vida cotidiana, esse perfil de personalidade descreve indivíduos predispostos a se colocarem em situações de risco e, até mesmo, as pessoas ao seu redor, sendo caracterizados pela frieza e insensibilidade nas relações interpessoais (Lee & Ashton, 2012; Visser et al., 2014). Assim, considerando os elementos previamente apresentados, é congruente a visão de que tal construto manifeste uma tendência para uma LHS rápida versus lenta (isto é, alta ênfase no acasalamento versus investimento parental; Ellis et al., 2009). Feitas tais considerações, a seguir, insere-se o construto dos valores humanos no cenário da LHT.

4.5. As relações entre Teoria da História de Vida, Tomada de Risco Orientada Status e Valores humanos

Como já delineado acima, a TROS, por suas características operacionais e em razão de seus correlatos frente às principais dimensões de personalidade, assim como em relação à TSB, apresenta-se enquanto um traço de LHS rápida. Na mesma direção, em termos de correlatos psicossociais, estimou-se teoricamente (TFVH) que tal

construto apresenta uma orientação valorativa autocentrada (*versus* pró-social). Considerando tais variáveis, é possível, ainda, estabelecer relações dos valores humanos no âmbito da LHT, tendo em vista que recentemente, observam-se esforços que buscam promover a integração da psicologia social e da psicologia evolutiva (Welling, Zeigler-Hill, & Shackelford, 2015).

Desse modo, embora a psicologia evolucionista tenha se concentrado, sobretudo, na explicação de mecanismos psicológicos humanos universais, o tópico das diferenças individuais, que constitui interesse clássico dos psicólogos sociais, também tem sido abordado a partir de referenciais evolucionistas (Welling et al., 2015). Neste cenário de pesquisa, um ponto chave tem sido as diferenças individuais da personalidade. Embora os traços de personalidade apresentem variações entre os indivíduos no nível de comportamentos específicos, por outro lado, apresentam semelhanças entre os indivíduos, em termos de traços gerais (e.g., dimensões básicas de personalidade: *Big Five*, HEXACO, TSB) (Sefcek, Black, & Wolf, 2015). Tal entendimento levou a um papel crescente da teoria evolutiva na personalidade e na psicologia social (Webster, 2007), portanto sendo passível aplicar tais suposições para explicar as diferenças individuais dos valores endossados pelas pessoas, isto é, diferenças individuais de prioridades axiológicas/valorativas.

As suposições acima indicadas mostram a plausibilidade de situar tanto a TROS quanto os valores humanos a partir de um referencial da psicologia evolutiva, sobretudo pelo fato de que as prioridades axiológicas podem ser pensadas como respostas adaptativas a certas condições (Gouveia et al., 2014a). Nesse sentido, é possível supor, então, que a orientação valorativa ou prioridade axiológica pode ser um mecanismo subjacente, mais especificamente mediador, passível de elucidar como a TROS está associada às LHS rápidas.

Como já indicado anteriormente, os valores humanos preservam relações com as dimensões da personalidade (Olver & Mooradian, 2003). De um ponto de vista hierárquico (traços → valores), postula-se, então, que os traços podem afetar valores através de uma relação congruente entre o comportamento traço-expressivo e endosso de valor, levando a metas compatíveis (Caprara, Schwartz, Capanna, Vecchione e Barbaranelli, 2006). Por sua vez, estes últimos, por expressarem cognitivamente metas desejáveis e abstratas (e.g., segurança, justiça), cumprem a função de orientar os comportamentos (Rohan, 2000), o que pode ser expresso através de LHS.

Nesse sentido, congruente com a TFBVH, é possível estabelecer certas relações sobre a direção da relação entre as subfunções valorativas e a medida de LHS ora adotada (Mini-K; Figueredo et al., 2006). Como em tal medida as altas pontuações indicam uma LHS lenta, espera-se que as subfunções de orientação pessoal, Experimentação (emoção, sexualidade e prazer) e Realização (êxito, poder e prestígio), sejam caracterizadas por uma LHS rápida (relação negativa). Por outro lado, as subfunções de orientação central, por indicarem o propósito geral da vida, Suprapessoal (beleza, conhecimento e maturidade) e Subfunção Existência (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência), representariam LHS lentas (relação positiva). Por fim, de igual modo, as subfunções de orientação social, Interativa (afetividade, apoio social e convivência) e Normativa (obediência, religiosidade e tradição) caracterizariam-se por LHS lentas (relação positiva).

Em suma, nesta ocasião, apresentou-se a LHT que, como referido, tem sido ancorada no âmbito dos pressupostos da psicologia evolucionista. Ademais, demonstrou-se a ampla aplicabilidade desta teoria no entendimento dos traços de personalidade, situando a TROS nesse cenário, assim como frente aos valores humanos (TFVH), em razão da crescente utilização de referenciais evolutivos para abordar

objetos de estudo da psicologia social. Por fim, os três construtos foram relacionados em conjunto, demonstrando ser plausível supor que os valores humanos podem atuar como variáveis mediadoras na relação entre TROS e LHS.

PARTE II - ESTUDOS EMPÍRICOS

5. ESTUDO 1. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS PRELIMINARES DA ESCALA DE TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS

5.1. Método

5.1.1. Delineamento

Trata-se de um estudo não experimental (correlacional) do tipo *ex-post facto* com enfoque psicométrico, objetivando reunir evidências preliminares de validade fatorial e precisão da ETROS-8, para fins de adaptação do referido instrumento para o contexto brasileiro, através da investigação de seus parâmetros psicométricos, via Teoria Clássica dos Testes (TCT) e Teoria de Resposta ao Item (TRI).

5.1.2. Participantes

Para este estudo, contou-se com uma amostra de conveniência (não probabilística) de 233 estudantes universitários. Estes tinham idades variando entre 18 e 52 anos ($M = 23,7$; $DP = 5,77$), sendo a maioria do sexo feminino (65,2%), heterossexual (79,4%), solteiros (83,3%) e protestantes (33,5%).

5.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam a um questionário que, além de perguntas com características sociodemográficas (como idade, sexo, orientação sexual, religião e estado civil), continha a seguinte medida descrita a seguir:

Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS). Originalmente desenvolvida por Ashton et al. (2010), a escala em sua versão inicial é composta por 14 itens, que descrevem diferenças individuais na disposição em aceitar a submissão a riscos físicos na busca por riqueza e poder (e.g., *Item 3. Estaria disposto(a) a trabalhar com materiais extremamente explosivos, desde que me pagassem bem pelo serviço.*). De igual modo, os autores propuseram uma versão reduzida do instrumento, composta por 8 itens (ETROS-8), baseada na magnitude de suas respectivas cargas fatoriais, bem como na eliminação de itens que apresentavam similaridade de conteúdo entre si. Esta

última versão foi empregada no presente estudo, em que os participantes indicaram o seu grau de concordância com cada item, utilizando-se de uma escala de resposta, variando de **1** (discorda totalmente) a **5** (concorda totalmente). Anteriormente à análise dos dados, procedeu-se à recodificação da escala de resposta dos itens invertidos (itens 1, 7 e 8).

5.1.4. Procedimentos

5.1.4.1. Tradução da Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS)

Os processos de tradução e adaptação da ETROS-8 foram realizados conforme as diretrizes da *International Test Commission* (ITC, 2010), no que tange à utilização de testes e outros instrumentos de avaliação aplicados em contexto de investigação científica, recentemente padronizadas para a língua portuguesa (Borsa, Damásio & Bandeira, 2012). Inicialmente, considerando o idioma original da ETROS, dois tradutores independentes procederam à tradução dos 8 itens da medida do inglês para o português. A partir dessas duas versões, dois juízes *experts*, psicólogos com experiência em psicometria, confeccionaram uma versão síntese do instrumento.

Posteriormente, de posse de tal versão da medida, realizou-se o processo de validação semântica junto à população-alvo (Pasquali, 2011), composta por 8 universitários. Essa etapa consistiu na verificação da compreensão dos itens, das instruções do instrumento e escala de resposta adotada. Cada item foi apresentado, solicitando aos integrantes do grupo que os reproduzissem com suas próprias palavras. Nessa ocasião, averiguou-se a correspondência entre o que era esperado da redação do item com a reprodução dos sujeitos, numa situação de entrevista em grupo (*brainstorming*). Como desfecho dessa fase, nenhum item foi modificado quanto à redação, resultando na versão apresentada no Anexo II.

5.1.4.2. Coleta de dados

A coleta dos dados foi realizada *online* (via *Survey*). Os sujeitos foram contatados previamente e solicitados a participarem da pesquisa através da utilização do computador, celulares, etc. e/ou *tablets* com acesso à *internet* para responder ao questionário, estando esta versão disponível por meio do *website* de ferramentas *Google Formulários*. Todos os instrumentos eram autoaplicáveis, contendo as instruções necessárias para proceder às respostas. Os pesquisadores envolvidos se colocaram à disposição em endereço eletrônico para esclarecer quaisquer possíveis dúvidas que surgirem quanto à forma de responder. Os participantes foram informados que a participação era voluntária e que suas respostas completamente anônimas.

5.1.4.3. Aspectos éticos

Por fim, respeitaram-se todas as prerrogativas dispostas nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos, tendo o participante declarado seu consentimento assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em média, as pessoas levaram cerca de 10 minutos para concluir sua participação no estudo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal da Paraíba (**Número do Parecer: 2.513.598**).

5.1.5. Análise dos dados

Para a análise de dados, inicialmente utilizou-se o software R (versão 3.3.2; *R Development Core Team, 2015*), calculando-se as estatísticas descritivas com o intuito de descrever as características da amostra estudada através do pacote *Rcommander* (Fox, 2017). Em seguida, a estrutura fatorial da ETROS-8 foi investigada através da Análise Fatorial Exploratória (AFE) via extração *Exploratory Robust Maximum Likelihood* (RML) por meio do *software Factor* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2013) em sua versão 10.8.01 (2018). Para tanto, buscou-se primeiramente avaliar a possibilidade

de se utilizar uma AFE no conjunto de dados, considerando dois critérios prévios: *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e o Teste de Esfericidade de *Bartlett*. O primeiro opera com bases nas correlações parciais das variáveis, aceitando-se valores do KMO iguais ou superiores a 0,60. O segundo critério testa a hipótese de que a matriz de covariâncias é uma matriz identidade, isto é, apresenta 1 (uns) na diagonal e 0 (zeros) no restante da matriz. Valores significativos indicam a rejeição de tal hipótese, sustentando a fatorabilidade de um dado conjunto de dados (Tabachnick & Fidell, 2013).

Para fins da verificação da quantidade de fatores a serem retidos, utilizou-se o método *Hull, Comparative Fit Index* (CFI; Lorenzo-Seva, Timmerman, & Kiers, 2011), admitindo-se como carga fatorial mínima para a retenção do item no fator o valor de $|0,30|$. Quanto à consistência interna, checaram-se os índices de alfa de *Cronbach* e ômega de *McDonald*, via correlações de *Pearson*. Finalmente, efetuou-se a análise dos parâmetros individuais dos itens da ETROS-8, via Teoria de Resposta ao Item (TRI), pelo pacote estatístico *mirt* (Chalmers, 2012), calculando-se os seus índices de discriminação, dificuldades e curva de informação do teste, a partir do Modelo de Resposta Graduada (Samejima, 1969), tendo em vista a natureza politômica da escala.

5.2. Resultados

Esta sessão estrutura-se em dois subtópicos. Inicialmente, os resultados acerca da estrutura fatorial da ETROS-8 são apresentados (evidências de validade fatorial e precisão). Em seguida, relatam-se os parâmetros de discriminação e dificuldade dos itens do instrumento, bem como a curva de informação do teste.

5.2.1. Análise fatorial exploratória

Inicialmente, verificou-se a possibilidade de fatoração do presente conjunto de dados. Efetivamente, os resultados suportaram a possibilidade de se empregar uma AFE, tal como se segue: $KMO = 0,90$ (*Bootstrap* IC95%: 0,88-0,92) e Teste de

esfericidade de *Bartlett*, $\chi^2 (28) = 771,4$, $p < 0,001$]. Em seguida, em relação à quantidade de fatores para retenção para a ETROS-8, os dados foram submetidos ao denominado método *Hull*. Concretamente, os dados apontaram para uma solução unidimensional com um índice de ajuste *Global Fit Index* (GFI) = 0,99. O único fator retido (*eigenvalue* = 4,24) explicou 53,0% da variância total (Tabela 2).

Tabela 2. Estrutura fatorial da ETROS-8

Itens	Fator I	<i>h</i>²
1. Prefiro viver como uma pessoa comum num lugar seguro do que como uma pessoa rica e poderosa em um lugar perigoso. (R)	0,57 (0,41-0,69)	0,33
2. Gostaria de ser uma pessoa famosa e poderosa, mesmo que isso acarretasse alto risco de assassinato.	0,64 (0,50-0,74)	0,42
3. Estaria disposto(a) a trabalhar com materiais extremamente explosivos, desde que me pagassem bem pelo serviço.	0,77 (0,66-0,83)	0,59
4. Arriscaria minha vida por uma boa chance de encontrar um tesouro.	0,80 (0,71-0,86)	0,65
5. Estaria disposto(a) a arriscar a minha própria vida para vencer uma competição cujo prêmio me deixasse rico(a) e famoso(a).	0,83 (0,75-0,89)	0,70
6. Gostaria de viver em um país onde as pessoas que assumissem grandes riscos tivessem a chance de conquistar maior status social.	0,60 (0,48-0,70)	0,36
7. Não gostaria de ter um emprego que colocasse minha vida em risco (e.g., espião), mesmo recebendo um bom salário e outros benefícios. (R)	0,45 (0,31-0,58)	0,20
8. Prefiro uma vida segura como uma pessoa comum do que arriscar tudo para estar “no topo”. (R)	0,68 (0,54-0,77)	0,46
Número de itens	8	
Valor próprio	4,24	
Variância explicada (%)	53	
α de Cronbach	0,86	
Ω de McDonald	0,87	

Nota: (R) = Itens com pontuação invertida. *h*² = comunalidade. Entre parênteses, intervalos de confiança (95%) para as cargas fatoriais, via método *bias-corrected and accelerated (bcA) bootstrap*

Tal como se observa na Tabela 2, os itens da solução unifatorial da ETROS-8 apresentaram saturações superiores a 0,30, variando de 0,45 (Item 07. “Não gostaria de

ter um emprego que colocasse minha vida em risco (e.g., espião), mesmo recebendo um bom salário e outros benefícios.”) a 0,83 (Item 05. “Estaria disposto(a) a arriscar a minha própria vida para vencer uma competição cujo prêmio me deixasse rico(a) e famoso(a)”). Ademais, ressalta-se que nenhum dos itens da ETROS-8 apresentou carga fatorial abaixo de 0,30 no limite inferior do intervalo de confiança (Tabela 2). Finalmente, quanto aos índices de consistência interna do instrumento, os valores observados foram superiores a 0,70 (alfa de *Cronbach* = 0,86 e ômega de *McDonald* = 0,87). Dessa forma, a seguir, a ETROS-8 é analisada via TRI.

5.2.2. Parâmetros dos itens da ETROS-8

Uma vez conhecida a dimensionalidade da ETROS-8, prosseguiu-se com a investigação dos parâmetros de seus itens, ancorando-se na TRI, mais especificamente, no Modelo de Resposta Gradual de Samejima (1969), tratando-se de um modelo para instrumentos com respostas de natureza politômica.

Ademais, ressalta-se que uma das suposições para o emprego de modelos da TRI é a unidimensionalidade do instrumento, condição atestada anteriormente. Outro pressuposto é a independência local, de igual modo, satisfeito, uma vez que a unidimensionalidade de um dado instrumento implica independência local das respostas do sujeito ao mesmo (Pasquali, 2011), assegurando que a resposta para qualquer item não se relaciona à resposta do item anterior e que todos os itens de um dado instrumento representam um traço latente comum (Baker, 2001; Embretson & Reise, 2000). Os parâmetros individuais dos itens da ETROS-8, seus índices de discriminação (parâmetro a) e de dificuldade (parâmetro b) são expostos na Tabela 3.

Tabela 3. Parâmetros dos itens da ETROS-8 (Modelo de Resposta Gradual).

Itens	a	b_1	b_2	b_3	b_4
Item 1	1,50	-0,15	1,49	2,44	3,34
Item 2	2,04	0,27	1,39	1,91	3,01
Item 3	2,70	0,10	0,77	1,27	2,24
Item 4	3,39	-0,03	0,85	1,49	2,13
Item 5	3,87	0,10	1,12	1,74	2,44
Item 6	1,68	-0,26	0,69	1,65	2,66
Item 7	1,07	-0,97	0,50	1,49	2,50
Item 8	2,27	-0,20	1,12	1,74	2,57

Nota. a = parâmetro de discriminação; b_{1-4} = parâmetro de dificuldade

A partir da classificação proposta por Baker (2001), observa-se que os itens, em conjunto, apresentaram discriminação muito alta ($M = 2,31$; $DP = 0,95$). Quanto à classificação de cada item, os itens 2, 3, 4, 5 e 8 apresentaram classificação muito alta ($a > 1,70$), enquanto que os itens 1 e 6 corresponderam à alta faixa de discriminação ($a > 1,35$) e, por fim, o item 7, discriminação moderada ($a < 1,34$).

Já em relação ao parâmetro de dificuldade, considerando as orientações de Pasquali (2007), os itens 1, 2, 5 e 8 apresentaram maiores níveis de dificuldade, com as médias do parâmetro b variando entre 1,30 e 1,78. Já os itens com menor índice de dificuldade, isto é, com maior probabilidade de serem endossados pelos sujeitos, foram os itens 7 ($b = 0,88$), 3 ($b = 1,09$), 4 ($b = 1,11$) e 6 ($b = 1,18$). Ademais, ressalta-se que a ETROS-8 (Figura 4) demonstrou-se informativa em um amplo intervalo de traço latente ($\approx -1,90$ a $4,30$), sendo mais precisa na avaliação de sujeitos com níveis de TROS por volta do nível de traço latente 1,30. Dessa forma, a seguir os dados são discutidos parcialmente.

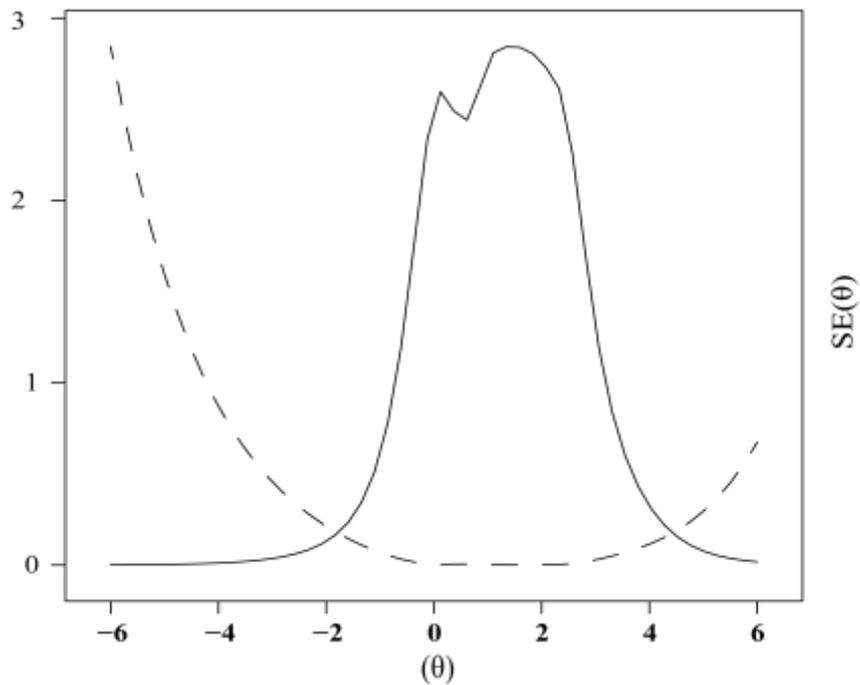


Figura 4. Curva de Informação do Teste: ETROS-8

5.3. Discussão parcial

Como previamente indicado, o presente estudo objetivou precipuamente reunir evidências preliminares de validade fatorial e precisão para o contexto brasileiro da medida que operacionaliza o construto da TROS, isto é, a ETROS. Para tanto, nessa ocasião tais evidências foram investigadas a partir de paradigmas psicométricos tanto clássicos, representado pela TCT, quanto por paradigmas em ascensão na área da psicometria, como é o caso da TRI. Nesse sentido, tais resultados são parcialmente discutidos a seguir.

Em um primeiro momento, tendo em vista a complexidade dos procedimentos de adaptação de instrumentos psicológicos para outros contextos (Cassepp-Borges, Balbinotti, & Teodoro, 2010), buscou-se contemplar etapas importantes desse processo. Efetivamente, seguiram-se as etapas de tradução do instrumento do idioma de origem para o idioma-alvo, confecção da síntese das versões inicialmente traduzidas, apreciação da versão sintetizada por juízes *experts* e avaliação do instrumento sob a ótica do público-alvo (Sireci, Yang, Harter, & Ehrlich, 2006). O cumprimento de tais etapas

objetivou, sobretudo, avaliar a pertinência do instrumento considerando elementos tais como, a estrutura do instrumento, adequação da semântica de seus itens, compreensão das instruções de preenchimento, garantindo dessa forma um maior ajuste da medida, antes de submetê-la à prova empírica.

Uma vez finalizadas as etapas de tradução da ETROS acima mencionadas, procedeu-se às análises estatísticas, buscando conhecer seus parâmetros psicométricos. Inicialmente, no que tange aos procedimentos estatísticos ancorados na TCT, os dados foram submetidos à AFE. Concretamente, observou-se que na mesma direção do estudo original que propôs o presente instrumento (Ashton et al., 2010), verificou-se uma estrutura unifatorial para ETROS-8, em que seus itens apresentaram saturações aceitáveis, ressaltando-se que estas foram superiores aos pontos de corte que são, em geral, recomendados pela literatura (Pasquali, 2010), atestando de fato que tais itens refletem e contribuem significativamente para o único construto latente estimado.

Quanto à consistência interna, os índices mostraram-se adequados, tanto para o alfa de *Cronbach* ($\alpha = 0,86$), assim como para o índice de precisão alternativo ora empregado, ômega de *McDonald* ($\Omega = 0,87$) (Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014). A utilização deste último justifica-se pelo fato de apresentar uma estimativa de maior acurácia da confiabilidade de uma medida em contraposição ao alfa de *Cronbach* que, em certas condições, pode subestimar a consistência interna de instrumentos (Sijtsma, 2009). Portanto, o índice de ômega de *McDonald* consiste em uma alternativa prática de precisão de instrumentos psicológicos (Dunn, Baguley, & Brunsten, 2014), permitindo resguardar o pesquisador de atestar com maior segurança tais tipos de evidências das medidas psicológicas, utilizando-se de ambos os indicadores conjuntamente.

Por outro lado, em relação aos procedimentos estatísticos ancorados na TRI, efetivamente, calculou-se para a ETROS-8 um modelo de dois parâmetros (Modelo de

Resposta Graduada), índices de discriminação e dificuldade, bem como sua curva de informação do teste. No que tange à discriminação de seus itens, a maior parte dos itens apresentou índices de discriminação considerados alto e muito alto ($a > 1,35$ e $1,70$, respectivamente; Baker, 2001), indicando que os mesmos diferenciam adequadamente sujeitos com pontuações similares ao longo do traço latente mensurado.

Em relação ao parâmetro de dificuldade, os itens 1, 2, 5 e 8 situaram-se acima de 1,30 (parâmetro b), sendo os itens considerados mais severos, ou melhor, mais dificilmente endossados pelos sujeitos. Em termos semânticos, tais itens envolvem atos de assumir riscos direcionados, sobretudo, ao alcance de elementos não materiais, tais como status social, poder e prestígio. Por outro lado, os itens 7, 3, 4 e 6 mostraram índices de dificuldades abaixo de 1,30, apresentando assim, maior probabilidade de serem aceitos pelos sujeitos. Contrariamente ao primeiro conjunto de itens, estes associam o ato de aceitar riscos a elementos estritamente materiais (e.g., salário, benefícios materiais, tesouro), com exceção do item 6, que enfatiza a conquista de status social. Em suma, a maior probabilidade de aceitação destes itens pode ser explicada pela origem da presente amostra, especificamente do contexto brasileiro, caracterizado por elevado índice de desigualdade de renda (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017; *Human Development Report*, 2016) fato que se associa ao maior engajamento em situações de risco (e.g., comportamento de risco; Payne, Brown-Iannuzzi, & Hannay, 2017).

Ainda, investigou-se a curva de informação da ETROS-8. Concretamente, a curva de informação tem por objetivo ilustrar em que pontos/intervalos do traço latente avaliado há maior acurácia de mensuração dos itens do instrumento, sendo, portanto, um indicador da qualidade da precisão do teste para cada nível específico do traço latente (Embretson & Reise, 2000). Como já reportado, a ETROS-8 mostrou-se

informativa e precisa em um amplo intervalo de traço latente ($\approx -1,90$ a $4,30$). Ademais, conforme aponta a Figura 4, é possível observar que a maior taxa de informação é capturada na parcela superior do traço latente, quando os sujeitos pontuam acima da média na TROS, fato previamente esperado, em função da amostra ser constituída por estudantes universitários com média de idade referente à faixa etária de adultos jovens, portanto com maior propensão de apresentar níveis mais elevados de TROS (Ashton et al., 2010).

Finalmente, tendo em vista o panorama dos resultados acima expostos, confia-se que o objetivo do presente estudo tenha sido alcançado, isto é, corroboraram-se as evidências preliminares de validade fatorial e precisão da ETROS-8 para o contexto brasileiro. Entretanto, em razão da natureza exploratória dos procedimentos adotados quanto à estrutura fatorial do referido instrumento, buscou-se no estudo seguinte investigar a validação cruzada do modelo exploratório ora encontrado, através de uma análise fatorial confirmatória (AFC), testando a invariância do modelo frente ao sexo dos participantes, bem como evidências de validade convergente, precisão e estabilidade temporal.

6. ESTUDO 2. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS COMPLEMENTARES DA ESCALA DE TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS

6.1. Método

6.1.1. Delineamento

Trata-se de um estudo não experimental (correlacional) do tipo *ex-post facto* com enfoque psicométrico, objetivando reunir evidências mais robustas de validade de construto (validade fatorial e invariância) da ETROS-8 via Modelagem por Equações Estruturais (MEE), de estabilidade temporal (teste-reteste) e precisão, bem como de validade de critério, considerando os traços de personalidade, *Big Six factors of personality* (BSFP).

6.1.2. Participantes

Para este estudo, contou-se com três amostras de conveniência (não probabilísticas): **a) amostra 1:** composta por 202 estudantes universitários. Estes tinham idades variando entre 18 e 57 anos ($M = 23,5$; $DP = 6,07$), sendo 57,4% do sexo feminino e 42,6% do sexo masculino. Quanto às demais variáveis demográficas, estes em sua maioria eram heterossexuais (81,2%), solteiros (86,1%) e católicos (48,0%); **b) amostra 2:** composta por 435 estudantes universitários ($M_{idade} = 23,1$; $DP = 6,80$, 60% do sexo feminino), que consiste na soma da amostra 1 do presente estudo com os participantes do Estudo 1 ($n = 233$) e, **c) amostra 3:** composta por 43 participantes independentes ($M_{idade} = 26,5$, $DP = 7,76$; 60,5% do sexo feminino).

6.1.3. Instrumentos

Os participantes, além de um questionário com perguntas relacionadas a características sociodemográficas (como idade, sexo, orientação sexual, religião e estado civil), responderam às medidas descritas a seguir:

Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS-8). Conforme descrito no Estudo 1, a ETROS (Ashton et al., 2010) mensura diferenças individuais na disposição em aceitar a submissão a riscos físicos na busca por riqueza e poder (e.g., *Item 3. Estaria disposto(a) a trabalhar com materiais extremamente explosivos, desde que me pagassem bem pelo serviço.*). Os participantes responderam a versão ETROS-8 (amostras 1, 2 e 3), indicando o grau de concordância com cada item, utilizando-se de uma escala de resposta variando de **1** (discordo totalmente) a **5** (concordo totalmente). Anteriormente à análise dos dados, procedeu-se à recodificação da escala de resposta dos itens que mensuram o construto na magnitude inversa (itens 1, 7 e 8). No presente estudo, observou-se um valor do alfa de *Cronbach* de 0,81 para a ETROS-8.

The Big Six Factors of Personality (BSFP). Este instrumento mensura os seis grandes fatores de personalidade (Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade, Neuroticismo, Abertura a experiências e Honestidade-Humildade) sendo validado para o contexto da Nova Zelândia por Sibley et al. (2011), constituindo-se por 24 itens distribuídos igualmente nos seis fatores mencionados. Os participantes (**amostra 1**, n = 202) foram solicitados a indicar o grau de precisão com que cada item da escala os descrevem (e.g., *Item 1. Eu sou a alma da festa.*), em uma escala do tipo *Likert* de 7 pontos (variando de **1** = muito impreciso a **7** = muito preciso). Especificamente, nesse estudo, os seguintes coeficientes de consistência interna foram observados: Extroversão, $\alpha = 0,62$, Amabilidade, $\alpha = 0,67$, Conscienciosidade, $\alpha = 0,59$, Neuroticismo, $\alpha = 0,67$, Abertura a experiências, $\alpha = 0,61$ e Honestidade-Humildade, $\alpha = 0,64$.

6.1.4. Procedimentos

A coleta dos dados foi realizada *online* (via *Survey*). Ademais, os procedimentos empregados foram semelhantes ao Estudo 1, sendo todos os instrumentos autoaplicáveis, bem como respeitando-se todas as prerrogativas dispostas nas resoluções

466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos. Em média, as pessoas levaram cerca de 25 minutos para concluir sua participação no estudo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal da Paraíba (**Número do Parecer: 2.513.598**).

6.1.5. Análise dos dados

Para análise dos dados, utilizou-se o programa *R* (versão 3.3.2; *R Development Core Team*, 2015). No caso da análise fatorial confirmatória (AFC), realizada na **amostra 1** ($n = 202$), utilizou-se o pacote *Lavaan* (Rosseel, 2012), utilizando como entrada a matriz de covariância e adotando o estimador *Robust Maximum Likelihood*.

Os seguintes indicadores de ajuste foram considerados (Tabachnick, & Fidell, 2013): (a) razão qui-quadrado por graus de liberdade (χ^2/gl), admitindo como recomendáveis valores entre 2 e 3, admitindo-se até 5; (b) *Comparative Fit Index (CFI)* e *Tucker-Lewis Index (TLI)*, aceitando-se valores iguais ou superiores a 0,90, (c) *Standardized Root Mean Square Residual (SRMR)*, admitindo-se como ajustado modelo com valor abaixo de 0,08, e *Root Mean Square Error Approximation (RMSEA)*, cujos valores recomendados se situam entre 0,05 e 0,08, admitindo-se até 0,10, em que os intervalos de confiança (90%) não incluam um valor maior que 0,10 (Schreiber, Stage, King, Nora, & Barlow, 2006). Quanto à consistência interna, checkou-se além do alfa de *Cronbach*, a confiabilidade composta (CC) da medida, recomendando-se como valores aceitáveis aqueles iguais ou superiores a 0,70 (Škerlavaj & Dimovski, 2009).

Ademais, com o fim de testar a invariância fatorial da ETROS-8 quanto ao sexo dos participantes, realizou-se uma análise fatorial confirmatória multigrupo (AFCMG), empregada na **amostra 2** ($n = 435$), através do pacote *semTools* (*semTools Contributors*, 2016). O modelo de invariância foi testado de forma hierárquica,

considerando os seguintes critérios de invariância: (1) *configural*: testa se o modelo fatorial (unidimensional) é igual para os grupos; (2) *métrica*: verifica se as cargas fatoriais (λ) entre as variáveis observáveis e variáveis latentes são equivalentes entre os grupos e (3) *escalar*: avalia se os interceptos (*thresholds*) são iguais entre os grupos. Para avaliar a invariância foi considerada a diferença dos indicadores ΔCFI (se menor ou igual do que 0,01, modelo invariante; Cheung & Rensvold, 2002) e $\Delta RMSEA$ (se menor ou igual a 0,015, modelo invariante; Chen, 2007).

Ainda, com o intuito de levantar evidências de validade de critério para a ETROS-8 (**amostra 1**, $n = 202$), calcularam-se as correlações de *Pearson* frente aos traços de personalidade (BSFP). Finalmente, buscando atestar as evidências de estabilidade temporal do construto, realizou-se o procedimento de teste-reteste da medida (**amostra 3**, $n = 43$), considerando um intervalo de 30 dias para a administração do instrumento. Tais análises foram realizadas através do pacote *wCorr* (Emad & Bailey, 2017).

6.2. Resultados

Esta sessão é estruturada em três subtópicos. Inicialmente, são apresentados os resultados do modelo confirmatório e de invariância da ETROS-8. Em um segundo momento, relatam-se os dados acerca da estabilidade temporal do construto, via procedimento de teste-reteste. Finalmente, são descritos os resultados de validade convergente, a partir das correlações com os traços de personalidade.

6.2.1. Análise fatorial confirmatória e invariância fatorial

Para avaliar os índices de ajuste dos dados ao modelo unifatorial da ETROS-8, uma AFC (**amostra 1**, $n = 202$), com o estimador *Robust Maximum Likelihood*, foi realizada. Os resultados indicaram índices de ajuste satisfatórios, como se segue: $\chi^2(20) = 31,90$, $\chi^2/gl = 1,59$; $p < 0,05$, CFI = 0,97, TLI = 0,96, e RMSEA = 0,05 (IC90% =

0,000-0,079). Ressalta-se que todos os pesos fatoriais (*lambdas*) foram diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $z > 1,96$, $p < 0,05$), variando entre 0,42 (item 7) e 0,78 (item 4). Quanto à invariância fatorial do modelo unifatorial, inicialmente, buscou-se atestar o efeito da variável sexo na pontuação dos participantes no construto da TROS. Concretamente, como esperado, os homens ($M = 2,18$, $DP = 0,70$) apresentaram maior pontuação do que as mulheres ($M = 1,80$, $DP = 0,62$), sendo tal diferença significativa [$t(200) = 4,04$, $p < 0,001$].

Uma vez atestado o efeito da variável de interesse na pontuação da ETROS-8, testou-se a invariância fatorial do instrumento. Especificamente, conforme se observa na Tabela 4, o modelo unidimensional da medida mostrou-se plenamente invariante quanto ao sexo dos participantes (ΔCFI menor do que 0,01 e $\Delta RMSEA$ menor ou igual a 0,015), conforme é possível observar na Tabela 4. A estrutura fatorial da ETROS-8 é apresentada na Figura 5.

Tabela 4. Modelo de invariância fatorial da ETROS-8 quanto ao sexo dos participantes

	Modelos de invariância	CFI	RMSEA	ΔCFI	$\Delta RMSEA$
ETROS-8	Configural	0,95	0,06	--	--
	Métrica	0,94	0,06	0,003	0,003
	Escalar	0,93	0,06	0,005	0,004

Nota. Δ = diferença/comparação entre os modelos de invariância

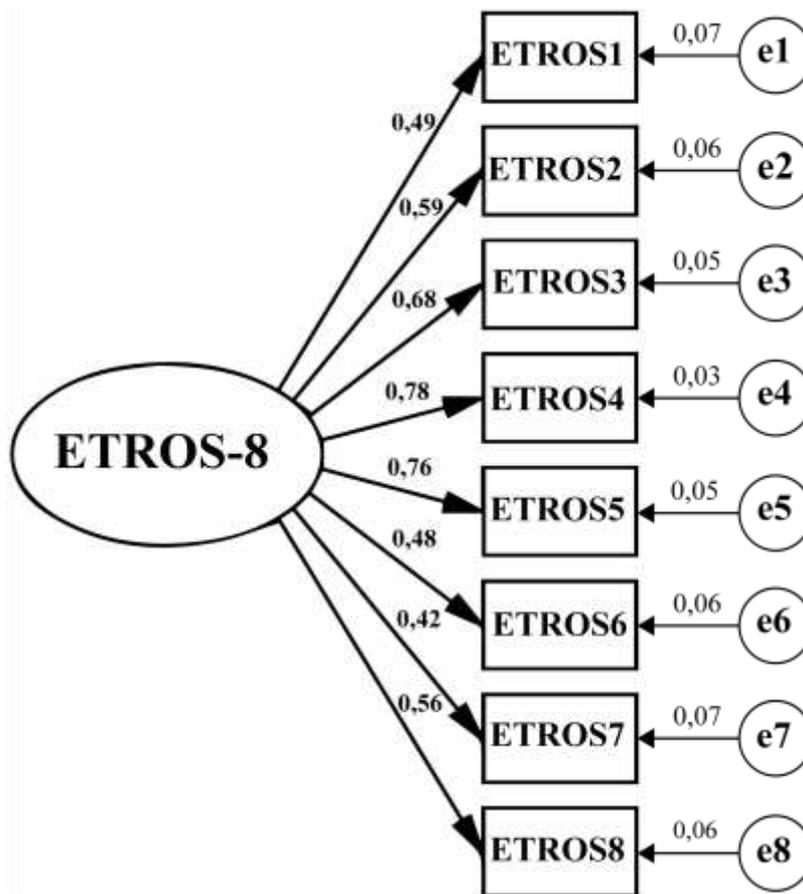


Figura 5. Estrutura fatorial da ETROS-8

6.2.2. *Consistência interna e estabilidade-temporal*

Quanto à consistência do modelo confirmatório do instrumento testado anteriormente para a ETROS-8, calcularam-se dois índices específicos (**amostra 1**, $n = 202$). Concretamente, para ambos os indicadores de precisão ora adotados, alfa de *Cronbach* e *CC*, observou-se um valor de 0,81.

Ademais, com a finalidade de reunir evidências de estabilidade temporal da ETROS-8, realizou-se o procedimento de teste-reteste (**amostra 3**, $n = 43$). Os resultados acerca da estabilidade temporal, com o intervalo de 30 dias entre as administrações do instrumento, indicaram um coeficiente de estabilidade de 0,81 ($p < 0,001$) para ambas as pontuações da ETROS-8. Adicionalmente, os escores dos dois momentos, t_1 e t_2 , foram comparados. Os resultados (teste *t* para amostras

emparelhadas) mostraram, como esperado, que não há diferenças significativas entre tais escores [$t(42) = -1,68, p > 0,05$].

6.2.3. Correlatos entre TROS e traços de personalidade

Como previamente indicado, buscando levantar evidências de validade convergente para o construto da TROS (**amostra 1**, $n = 202$), calcularam-se correlações de *Pearson* entre o fator geral de tomada de risco e os seis grandes traços de personalidade (BSFP), mais especificamente, Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade, Neuroticismo, Abertura a experiências e Honestidade-Humildade.

Tais resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Correlação entre ETROS-8 com personalidade

	1	2	3	4	5	6
1. ETROS-8	-					
2. Neuroticismo	0,07	-				
3. Extroversão	0,08	0,01	-			
4. Abertura a experiências	0,11	-0,05	0,24**	-		
5. Conscienciosidade	-0,06	-0,12	-0,10	0,01	-	
6. Amabilidade	-0,24**	0,05	0,19**	0,20**	0,01	-
7. Honestidade-Humildade	-0,46**	-0,09	-0,20**	-0,06	0,08	0,15*

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

De acordo com a Tabela 5, é possível observar que a ETROS-8 relacionou-se significativamente apenas com os fatores Amabilidade e Honestidade-Humildade, sendo tais relações negativas e mais fortes com este último fator ($r = -0,24, p < 0,01$ e $r = -0,46, p < 0,01$, respectivamente). Em relação aos demais fatores, relações significativas não foram observadas nesta amostra (Neuroticismo, $r = 0,09, p > 0,05$; Extroversão, $r = 0,10, p > 0,05$; Abertura a experiências, $r = 0,11, p > 0,05$; Conscienciosidade, $r = -0,06, p > 0,05$).

6.3. Discussão parcial

Como anteriormente apontado, o presente estudo objetivou comprovar a adequação da estrutura fatorial da ETROS-8, via MEE, reunindo evidências de validade de construto (fatorial e convergente), invariância fatorial, bem como de confiabilidade da medida, através de dois tipos de indicadores/procedimentos: consistência interna e estabilidade temporal. Efetivamente, confia-se que o objetivo mencionado tenha sido alcançado. A seguir, os principais resultados encontrados são parcialmente discutidos.

Em um primeiro momento, testou-se o modelo confirmatório da ETROS-8. Nessa ocasião, tal processo foi realizado através da MEE. Em síntese, tal técnica apresenta como vantagem, além do exame simultâneo de uma série de relações de dependência, a possibilidade de avaliação de modelos estruturais que combinam variáveis observáveis associadas a construtos latentes, não observáveis (Hair et al., 2014). Por meio de tal técnica, testou-se a adequação unifatorial da ETROS-8, proveniente dos achados do Estudo 1. Concretamente, os resultados da análise confirmatória ratificaram a estrutura unifatorial da medida, suportando a saturação dos seus oito itens em um único fator, considerando o conjunto de indicadores de ajustes supracitados (Hair et al., 2014; Tabachnick & Fidell, 2013).

Uma vez confirmada a estrutura da ETROS-8, os esforços voltaram-se para a testagem da invariância fatorial frente ao sexo dos participantes, dado que a população masculina apresenta tendências mais elevadas, tanto frente ao ato de assumir riscos, quanto a ações de competição orientada para o alcance de status (Ashton et al., 2010). A ETROS-8, mostrou-se plenamente invariante frente ao sexo dos participantes a partir dos critérios comumente adotados (Chen, 2007; Cheung & Rensvold, 2002), atestando que o significado dos itens é semelhante para homens e mulheres, uma vez que os

parâmetros da escala (e.g., estrutura, cargas fatoriais e resíduos) permanecem equivalentes entre os grupos.

No que tange aos índices de precisão da ETROS-8 neste segundo estudo, além do alfa de *Cronbach*, calculou-se também o índice de Confiabilidade Composta (CC) da medida, uma vez que os parâmetros estimados foram extraídos via MEE. Basicamente, decidiu-se calcular a CC em função de que seu cálculo apresenta vantagens frente ao alfa de *Cronbach*. Este último, em sua fórmula, aplica a restrição de que as cargas fatoriais dos itens são equivalentes ou iguais, ao passo que a estimação dos resultados da CC possibilita que as cargas fatoriais oscilem (Peterson & Kim, 2013).

Dessa forma, a MEE pode fornecer estimativas empíricas com maior acurácia da consistência interna de instrumentos, uma vez que supera as limitações do coeficiente alfa (Raykov, 2001). Concretamente, para ambos os indicadores, os resultados foram superiores ao ponto de corte estabelecido pela literatura ($\alpha > 0,70$, Cohen, Swerdlik, & Sturman, 2014; $CC > 0,70$, Škerlavaj & Dimovski, 2009). Assim, na mesma direção do Estudo 1, a utilização de dois indicadores de confiabilidade diferentes, possibilitou conhecer com maior controle estatístico, a precisão da ETROS-8, sobretudo, pelo fato de que, contrariamente ao alfa de *Cronbach*, o cálculo da CC é menos sensível à quantidade de itens que compõem um dado fator (Chin, 1998).

Ainda, evidências de confiabilidade teste-reteste foram investigadas. Mais especificamente calculou-se o coeficiente de estabilidade (Cronbach, 1947), que estima em que medida os escores de uma mesma forma de um instrumento se mantêm estáveis em um dado intervalo, quando aplicado em dois momentos distintos do tempo (duas ocasiões). Os resultados apontaram um coeficiente de 0,81 entre as pontuações do instrumento, dentro de um intervalo de 30 dias, sugerindo que o construto da TROS pode ser concebido enquanto um traço, portanto mais estável, do que tão somente um

estado psicológico (Ashton et al., 2010; Visser, et al., 2014). Ademais, não se observou diferença estatística significativa entre as pontuações, evidenciando-se a baixa variabilidade dos escores, isto é, a estabilidade das respostas (Watson, 2004).

Além disso, como foi pontuado anteriormente, a TROS é concebida como um construto que possui natureza socialmente aversiva, fato que motivou a investigação de evidências de validade de critério da ETROS-8 frente aos seis grandes traços de personalidade, representado pelo BSFP. Efetivamente, os dados mostraram o padrão de correlação esperado: correlações significativas e negativas com os traços de Amabilidade e Honestidade-Humildade, apresentando maior magnitude em relação a este último, da mesma forma que no estudo realizado por Ashton et al. (2010). A única exceção referiu-se ao fator Neuroticismo, esperando-se uma correlação negativa; resultado não observado, porém compreensível, na medida em que, diferentemente do fator Neuroticismo do modelo HEXACO, que enfatiza traços de insensibilidade emocional, tal fator no modelo *Big Five* é caracterizado mais propriamente por traços de afetos negativos (e.g., baixos padrões de ajustamento emocional; Ashton & Lee, 2009). De todo modo, os baixos níveis de Amabilidade e Honestidade-Humildade evidenciam sua natureza “sombria” (Lee & Ashton, 2005; Paulhus & Williams, 2002).

Finalmente, em função dos resultados discutidos acima, confia-se que os objetivos do presente estudo tenham sido satisfatoriamente atingidos. Efetivamente, via procedimentos estatísticos robustos, MEE, ratificou-se o modelo unifatorial da ETROS-8 e adicionalmente forneceu-se um instrumento invariante em termos de estrutura fatorial frente ao sexo dos participantes. Ademais, a partir de diferentes indicadores de precisão, atestou-se a confiabilidade da medida, bem como evidências da estabilidade temporal do construto. Por fim, ao se investigar a validade de critério do construto, os

dados suportaram, ao menos no que tange às relações com os traços de personalidade, a natureza socialmente aversiva do traço da TROS.

Nesse sentido, no estudo seguinte introduzir-se-á variáveis de cunho psicossocial, mais especificamente os valores humanos. Concretamente, será investigada a relação da TROS e os valores humanos, buscando identificar perfis latentes entre tais variáveis, a partir das relações entre diferentes padrões de adesão aos princípios valorativos dos sujeitos, associados aos seus respectivos níveis de traço latente em relação à TROS.

7. ESTUDO 3. TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E VALORES HUMANOS: INVESTIGANDO PERFIS LATENTES

7.1. Método

7.1.1. Delineamento e Hipóteses

Trata-se de um estudo não experimental do tipo *ex-post facto* com enfoque correlacional, objetivando investigar as relações entre a TROS e os valores humanos, aqui representados pelos três tipos de orientação valorativa (pessoal, central e social).

Efetivamente, além de análises bivariadas (i.e., correlações de *Pearson*) entre as referidas variáveis, verificou-se a existência de perfis latentes, via Análise de Perfis Latentes (*Latent Profile Analysis*, LPA). Justifica-se o emprego de ambos os procedimentos analíticos, na medida em que, como já mencionado, assume-se que os traços de personalidade e os valores humanos são características adaptativas e respondem às condições do meio (Fischer, 2017). Portanto, espera-se encontrar subgrupos amostrais nas relações entre níveis de TROS e prioridades valorativas, isto é, subgrupos de indivíduos que podem diferir quantitativa ou qualitativamente frente às relações entre tais variáveis (Morin, Morizot, Boudrias, & Madore, 2011).

Em suma, a LPA analisa as relações entre variáveis, entretanto possui uma abordagem centrada nos indivíduos (*Person-centred approach*), isto é, em um nível intraindividual. A análise de correlação clássica é centrada nas variáveis e assume, portanto, que toda a população é homogênea, sendo os resultados uma estimativa das relações médias de toda a amostra. Em contraste, as abordagens centradas no indivíduo consideram que uma dada população é considerada heterogênea, podendo revelar diversas subpopulações (i.e., perfis latentes, não observados diretamente; Little, 2013) nas quais as pessoas apresentam padrões específicos de correlação entre os indicadores contínuos em análises (e.g., um grupo com indivíduos com emoções positivas altas e

emoções negativas baixas e outro com indivíduos que apresentem altas pontuações em emoções positivas e negativas).

Dessa forma, considerando que análises correlacionais de abordagens centradas no indivíduo (*Person-centred approach*) podem derivar tipologias, isto é, subpopulações, testou-se estaticamente via LPA a existência de subgrupos amostrais para as relações entre as variáveis da TROS e orientações valorativas (pessoais, centrais e sociais). Para tanto, três hipóteses foram delineadas:

Hipótese 1.1. Identificar-se-á um perfil latente denominado de perfil autocentrado (PA), caracterizado por maior escore na TROS e nos valores pessoais e menor nos valores centrais e sociais, quando comparado ao perfil latente pró-social (PPS), descrito na hipótese seguinte;

Hipótese 1.2. Identificar-se-á um perfil latente denominado de perfil pró-social (PPS), caracterizado por menor pontuação na TROS nos valores pessoais e maior escore nos valores centrais e sociais, quando comparado ao perfil autocentrado (PA);

As hipóteses 1.1 e 1.2 são justificadas na medida em que uma das vias de relação entre personalidade e valores humanos baseia-se no pressuposto da herança biológica, gerando uma relação paralela de traços e valores (Roccas et al., 2002), isto é, uma relação congruente entre o comportamento traço-expressivo e endosso de valor, levando a metas compatíveis (Caprara et al., 2006). Em outras palavras, pela natureza autocentrada da TROS, espera-se que pontuações altas no construto predisponham a maior priorização dos valores pessoais em detrimento dos valores centrais e sociais e vice-versa.

Hipótese 1.3. Identificar-se-á um ou mais perfis latentes, denominado(s) de perfil(s) adaptativo(s) (PAD) que poderá(ão) apresentar diferentes

magnitudes/combinções de pontuações entre os três tipos de orientação valorativa (pessoal, central e social) e níveis de traço latente na TROS.

A hipótese 1.3 é sustentada pela premissa da psicologia evolucionista de que o desenvolvimento de sistemas psicológicos é condicionado tanto por fatores genéticos, quanto por fatores associados ao meio (Machluf & Bjorklund, 2015). Assim, a relação entre personalidade e valores humanos pode apresentar diferentes padrões de correlação em razão de questões não biológicas (e.g., adaptação às circunstâncias de vida; Schwartz, & Bardi, 1997; expectativas acerca de papéis sociais, amadurecimento ao longo da vida; Elder, 1995), podendo referir-se à plasticidade adaptativa; respostas a determinados contextos (Fischer, 2017).

7.1.2. Participantes

Para este estudo, contou-se com uma amostra não probabilística (de conveniência) de 225 sujeitos da população geral com idade média de 28,6 anos de idade (variando entre 18 e 66 anos; $DP = 9,39$), sendo distribuídos em termos de escolaridade em ensino superior completo (39,6%), pós-graduados (39,9%) e ensino médio (20,5%). Em sua maioria, a amostra caracterizou-se por ser composta pelo sexo feminino (63,1%), heterossexual (87,6%), solteiros (62,7%) e católica (32,9%).

7.1.3. Instrumentos

Os participantes, além de um questionário com perguntas relacionadas a características sociodemográficas (como idade, sexo, orientação sexual, religião e estado civil), responderam as medidas descritas a seguir:

Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS). Conforme descrito no Estudo 1, a ETROS (Ashton et al., 2010) mensura diferenças individuais na disposição em aceitar a submissão a riscos físicos na busca por riqueza e poder (e.g., *Item 3. Estaria disposto(a) a trabalhar com materiais extremamente explosivos, desde*

que me pagassem bem pelo serviço.). Os participantes responderam a ETROS-8 indicando o seu grau de concordância com cada item utilizando-se de uma escala de resposta variando de **1** (Discordo totalmente) a **5** (Concordo totalmente). Ressalta-se que, anteriormente ao processo de análise dos dados, procedeu-se à recodificação da escala de resposta dos itens que mensuram o construto na magnitude inversa (itens 1, 7 e 8). Observou-se um valor do alfa de *Cronbach* de 0,80 para a medida.

Questionário dos Valores Básicos. A versão ora empregada é composta por 18 itens ou valores específicos (Gouveia et al., 2008), distribuídos em seis fatores ou subfunções valorativas, no qual os participantes indicam o grau de importância (1 = Totalmente não importante; 7 = Extremamente importante) que tais valores assumem como um princípio guia de suas vidas (e.g., “*Sexualidade. Ter relações sexuais; obter prazer sexual*”; “*Tradição. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições.*”). No que tange à fidedignidade, verificaram-se os seguintes alfas de *Cronbach* para os três conjuntos de seis itens que compõem cada tipo de orientação valorativa: valores pessoais ($\alpha = 0,61$), centrais ($\alpha = 0,66$) e sociais ($\alpha = 0,64$).

7.1.4. Procedimentos

A coleta dos dados foi realizada *online* (via *Survey*). Ademais, os procedimentos empregados foram semelhantes aos Estudos 1 e 2, sendo todos os instrumentos autoaplicáveis, bem como respeitando-se todas as prerrogativas dispostas nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos. Em média, as pessoas levaram cerca de 15 minutos para concluir sua participação no estudo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal da Paraíba (**Número do Parecer: 2.513.598**).

7.1.5. Análise dos dados

Para realizar a Análise de Perfis Latentes (*Latent Profile Analysis*, LPA) utilizou-se o *software R* (versão 3.3.2; *R Development Core Team*, 2015), através do pacote *mclust-5* (Scrucca, Fop, Murphy & Raftery, 2016). Efetivamente, a LPA identifica, a partir de indicadores contínuos em amostras transversais, classes latentes ou subgrupos de indivíduos (Lazerfeld & Henry, 1968). A denominação de “perfis latentes” deriva do fato de que tais grupos não são diretamente observáveis, mas tão somente inferidos a partir do exame de certos padrões de correlação entre os indicadores (Lazerfeld & Henry, 1968; Collins & Lanza, 2009). Nesta ocasião, os indicadores contínuos consistiram nas pontuações totais da ETROS-8 e dos três tipos de orientação valorativa (pessoal, central e social).

Operacionalmente, a estimação dos perfis latentes ocorre com a adição das classes iterativamente para determinar qual o modelo que melhor se ajusta aos dados. Nesta ocasião, para determinar a solução ideal para os perfis, cada modelo foi avaliado a partir da utilização de três critérios. O primeiro consistiu no teste de razão de verossimilhança via *Bootstrap* (BLRT, *Bootstrapped Likelihood Ratio Test*; Arminger, Stein & Wittenberg, 1999; McLachlan & Peel, 2000). O BLRT compara o ajuste do modelo base (e.g., modelo com um perfil) com um modelo subsequente (e.g., modelo com dois perfis). O valor-p gerado dentre tais comparações indica se a solução com perfis adicionais apresenta ajuste satisfatório aos dados.

O segundo critério é o valor da entropia dos dados; valores mais próximos de 1 representam ajuste mais satisfatório. Tal critério tem função de indicar a magnitude da distância real entre possíveis classes latentes; em sua versão padronizada, valores de entropia maiores que 0,80 indicam que os perfis latentes são suficientemente discriminativos (Tein, Coxe, & Cham, 2013). Finalmente, o terceiro critério consistiu

no indicador Bayesiano de Informação, (*Bayesian Information Criterion*, BIC; Schwarz, 1978). Concretamente, quanto menor os índices de BIC, mais satisfatório é o ajuste dos dados ao modelo. Por fim, os perfis latentes foram comparados quanto às suas médias nas variáveis aqui consideradas, via Análise Multivariada de Variância (Manova).

7.2. Resultados

Esta seção é estruturada em dois subtópicos. Inicialmente, são apresentados os resultados das correlações de *Pearson* entre a TROS e os valores humanos. Em seguida, relatam-se os resultados acerca dos perfis latentes envolvendo as variáveis supracitadas.

Anteriormente à realização das análises, computou-se tanto o escore total dos oito itens da ETROS, bem como os escores para os três tipos de orientação valorativa, isto é, valores pessoais (formados pelos itens das subfunções experimentação e realização), centrais (formados pelos itens das subfunções suprapessoal e existência) e sociais (formados pelos itens das subfunções interativa e normativa).

7.2.1. Correlações entre a TROS e os tipos de orientação valorativa

Como previamente indicado, buscou-se levantar evidências acerca das relações da TROS com os valores humanos, mais especificamente, os tipos de orientação pessoal, central e social. Tais relações, em um primeiro momento, foram investigadas a partir de correlações bivariadas entre as variáveis.

Quanto aos resultados das correlações de *Pearson*, os dados apontaram para uma relação positiva da ETROS-8 com os valores pessoais ($r = 0,19$, $p < 0,01$) e negativa frente aos valores centrais ($r = -0,18$, $p < 0,01$) e sociais ($r = -0,17$, $p < 0,01$), sendo todas estatisticamente significativas. Uma vez conhecida as relações entre a TROS e os tipos de orientação valorativa, em seguida são apresentados os resultados da LPA considerando tal conjunto de variáveis.

7.2.2. TROS e os tipos de orientação pessoal, central e social: investigando perfis latentes

Nesta ocasião, objetivou-se levantar evidências empíricas acerca das relações entre a TROS e os tipos de orientação valorativos para além das correlações bivariadas. Para tanto, estimaram-se os perfis latentes para a presente amostra. Para a estimação do modelo da LPA, consideraram-se soluções a partir de três perfis latentes, uma vez que se esperava no mínimo uma solução com três subgrupos latentes.

Na estimação do modelo de perfis latentes da amostra, o teste de razão de verossimilhança (BLRT) indicou ajuste satisfatório para uma solução com três perfis latentes, na medida em que o modelo composto por quatro perfis não se mostrou significativo no ajuste dos dados (3 perfis versus 4 perfis, $p = 0,139$). Ademais, a solução com três perfis latentes apresentou um valor de entropia superior a 0,80 (Entropia = 0,88) e o menor valor para o BIC quando comparados com soluções com um número maior de perfis (3 perfis, BIC = 2018,07; 4 perfis, BIC = 2033,20; 5 perfis, BIC = 2022,45). Assim, as comparações entre os modelos indicaram que a solução com três subgrupos latentes é mais adequada. Na Tabela 6 são apresentadas as comparações das médias dos três perfis latentes para as variáveis consideradas na análise.

Tabela 6. Comparações das médias dos indicadores contínuos dos perfis latentes (TROS e valores humanos)

	Perfil autocentrado (PA)	Perfil pró-social (PPS)	Perfil adaptativo (PAD)	Comparações múltiplas (Valor-p)		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	PA vs. PPS	PA vs. PAD	PPS vs. PAD
TROS	3,01 (0,46)	1,43 (0,39)	1,69 (0,56)	< 0,001	< 0,001	0,001
Pessoais	4,76 (0,75)	3,85 (0,54)	5,08 (0,64)	< 0,001	0,029	0,001
Centrais	4,96 (0,68)	5,18 (0,54)	6,11 (0,45)	0,06	< 0,001	< 0,001
Sociais	4,78 (0,97)	4,99 (0,72)	5,73 (0,68)	0,254	< 0,001	< 0,001

Nota. M = Média; DP = desvio padrão

De acordo com a Tabela 6, observando-se as comparações de médias entre os perfis, não foi possível confirmar por completo as hipóteses 1.1 e 1.2. Os sujeitos dos perfis PA e PPS diferiram em todos os indicadores contínuos nas direções esperadas: o PA apresentou maiores níveis de TROS e valores pessoais e menores pontuações nos valores centrais do que o PPS). A exceção ocorreu para os valores sociais. Embora, o PPS tenha apresentado maior pontuação do que o PA nessa dimensão, como suposto, tal diferença não foi estatisticamente significativa.

Quanto à hipótese 1.3, esta foi confirmada ao emergir um terceiro perfil latente, aqui denominado de PAD (n = 144). Concretamente, embora o PAD tenha apresentado um nível médio de TROS (i.e., menor pontuação na TROS que o PA e maior que o PPS; ver Tabela 6), este priorizou em maior magnitude tanto os valores pessoais, comparado ao PA, quanto os valores centrais e sociais, comparado PPS, sendo tais diferenças significativas (Tabela 6). A Figura 6 ilustra as médias padronizadas para a TROS e valores humanos para cada um dos três perfis latentes.

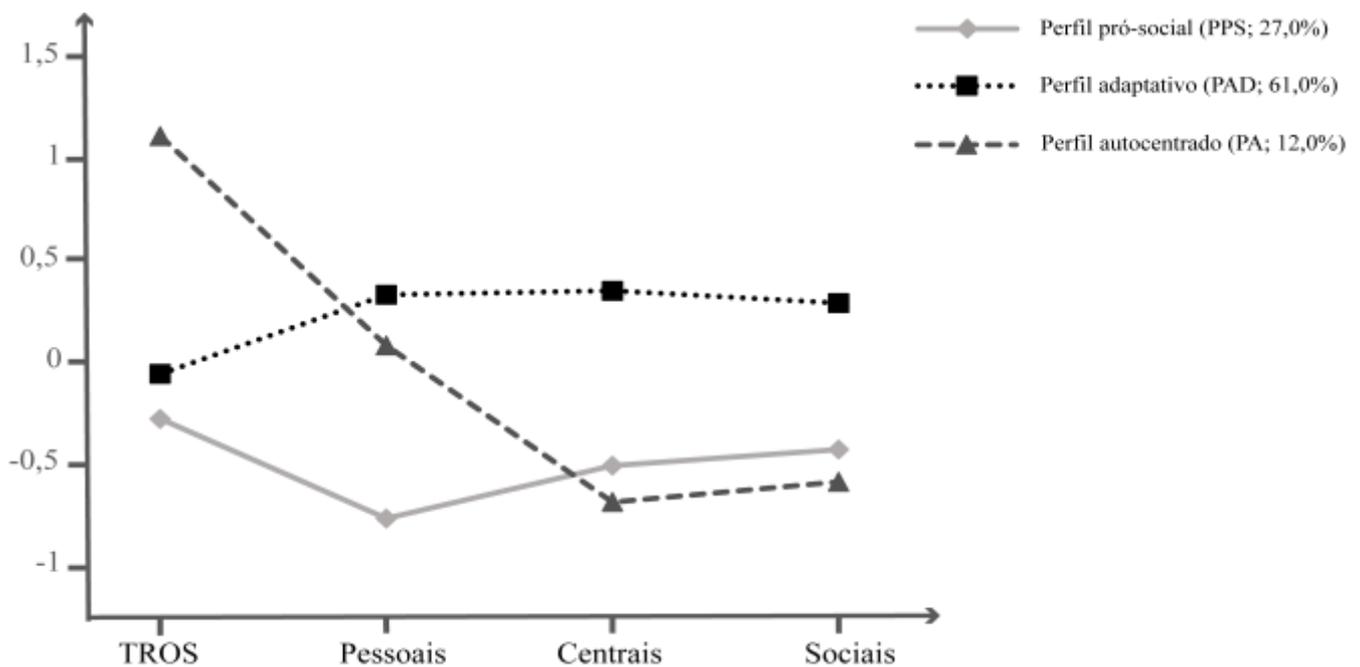


Figura 6. Médias padronizadas dos escores da TROS e Valores Humanos para os três perfis latentes

Conforme é possível observar na Figura 6, o perfil com maior variância explicada (61,0%), isto é, com maior representatividade dos perfis latentes estimados é o PAD, que apresenta um nível médio de TROS, seguido do perfil com o menor nível de TROS, o PPS, representando 27,0% da variância. Finalmente, o PA, aquele com a maior magnitude de nível de TROS, foi responsável pelo menor percentual dos dados, explicando 12,0% da variância total do modelo latente.

7.3. Discussão parcial

Como já indicado, o presente estudo objetivou conhecer as relações entre a TROS e os valores humanos (três tipos de orientação valorativa: pessoal, central e social). Inicialmente, as associações entre tais variáveis foram investigadas via correlações bivariadas. Em seguida, levantaram-se evidências acerca de possíveis perfis latentes a partir de padrões de correlações específicos entre subgrupos de sujeitos. Estimando-se que os objetivos apresentados tenham sido alcançados, a seguir são discutidas as hipóteses previamente levantadas e os principais resultados.

Inicialmente, quanto às análises bivariadas, foi possível observar um padrão explícito de correlações entre tais variáveis, isto é, altos níveis de TROS associam-se à maior priorização de valores pessoais e menor importância frente aos valores centrais e sociais, ao passo que, por sua vez, baixos níveis de TROS associam-se à menor priorização de valores pessoais, porém, maior ênfase aos valores centrais e sociais.

Em suma, tais evidências suportam que a TROS consiste em um traço de natureza autocentrada. Em outras palavras, isso implica que pessoas com altos níveis de TROS, se veem como a unidade principal de sobrevivência, apresentando, portanto, uma orientação pessoal em termos de guia de comportamentos (Gouveia, Andrade, Milfont, Queiroga & Santos, 2003; Mueller & Wornhoof, 1990). Nesse sentido, o construto da TROS se assemelha à denominada tríade sombria da personalidade, *the*

dark side of personality (psicopatia, maquiavelismo e narcisismo) no que tange ao elevado senso de autopromoção, sendo este um elemento compartilhado por estes traços com ênfase intrapessoal (Kowalski, Vernon, & Schermer, 2016; Paulhus & Williams, 2002).

Quanto aos correlatos com os valores centrais, observou-se que a TROS apresentou uma relação negativa, indicando algumas direções importantes. Por exemplo, tal cenário aponta para uma menor ênfase em ter uma vida organizada e planejada (Levy, 1990), na medida em que esse padrão valorativo associa-se, dentre outras situações, a ambientes instáveis e ameaçadores (Schwartz, 1992). Em termos práticos, tal padrão valorativo torna plausível a explicação do componente de risco da TROS, tendo em vista a menor aversão ao risco; maior disposição em engajar-se em situações com potenciais riscos à saúde física do indivíduo.

De igual modo, quanto aos valores sociais, os dados reforçam a natureza intrapessoal da TROS, na medida em que se observou uma relação negativa. Tal fato sugere uma preocupação precária com o estabelecimento, regulação e manutenção das relações interpessoais (Gouveia, 2013) e, conseqüentemente, desinteresse por relações íntimas, sobretudo aquelas que sejam estáveis (e.g., desejo de constituir família; Milfont, et al., 2006). Ainda, tendo em vista o componente normativo que engloba os valores sociais, depreende-se um elemento antissocial da TROS, uma vez que uma baixa priorização de tais valores associa-se à maior probabilidade de engajamento em comportamentos antissociais (Benda & Corwyn, 2000; Santos, 2008; Sussman, Dent & McCullar, 2000). No entanto, tais ações antissociais seriam mais características de situações que sugiram a possibilidade do sujeito obter alguma espécie de vantagem (e.g., dinheiro, poder ou status; Visser et al., 2014), portanto, envolve um cenário com motivações específicas.

Já em relação aos perfis latentes, as hipóteses 1.1 e 1.2 não foram corroboradas em sua totalidade, como já reportado. De todo modo, os dois perfis inicialmente deduzidos foram encontrados (Hipóteses 1.1 e 1.2), constatando-se relações teoricamente lineares, na medida em que os níveis estimados para os perfis latentes da TROS (alto e baixo), possíveis via LPA, convergiram com o grau esperado de adesão aos valores pessoais, centrais e sociais (e.g., alta pontuação na TROS associou-se à maior priorização de valores pessoais em detrimento de valores centrais e sociais); padrões já sugeridos no âmbito das análises bivariadas.

Dessa forma, basicamente, o primeiro perfil, PA, pôde ser classificado como um perfil de ênfase intrapessoal (o indivíduo por si mesmo), ao passo que o PPS caracterizou-se por uma orientação voltada ao outro (o indivíduo na comunidade), como anteriormente discutido (Gouveia, 2013). De fato, estudos já têm demonstrado que os construtos dos valores humanos e personalidade compartilham variância genética (Zacharopoulos, Lancaster, Maio, & Linden, 2016), apresentando um forte componente hereditário (Schermer, Vernon, Maio, & Jang, 2011), fato que possibilitou levantar hipóteses acerca dos PA e PPS (e.g., pessoas nascidas com alta necessidade de excitação são susceptíveis de desenvolver o traço de busca de sensação e, conseqüentemente, valorizar a estimulação e desvalorizar a segurança; Roccas et al., 2002).

Por outro lado, como esperado, emergiu um terceiro perfil latente, denominado de PAD (Hipótese 1.3) que apresentou nível médio de TROS, porém atribui alta importância aos valores pessoais, superior ao PA, bem como maior adesão aos valores centrais e sociais, superior ao PPS. Nesse caso, não se observou uma relação teoricamente linear para tal perfil, tendo em vista a magnitude de traço latente na TROS e o padrão valorativo observado, quando comparado aos padrões de relação entre as variáveis dos dois primeiros perfis.

Nota-se, ainda, que o PAD prioriza em magnitudes semelhantes os valores pessoais centrais e sociais, sugerindo um sistema valorativo equilibrado, isto é, denotando a importância exercida por cada grupo de valores. Tal fato pode evidenciar em tal grupo um maior ajuste do padrão valorativo, independentemente do nível de traço latente na TROS, como resposta às demandas do ambiente, facilitando, conseqüentemente, a satisfação de suas necessidades e metas (Mishra, 2014). Assim, os resultados aqui observados podem sugerir que o construto dos valores humanos pode operar enquanto solução adaptativa, em termos de estratégias, em contextos/ambientes (McAdams & Pals, 2006).

Em síntese, no presente estudo, levantaram-se os correlatos valorativos da TROS, mais especificamente sob a perspectiva da TFVH, apontando-se possíveis associações entre os níveis de traço latente na TROS e o grau de adesão aos valores humanos. Em suma, tendo em vista os padrões de relações entre os construtos, foi possível estimar o impacto tanto de elementos biológicos, quanto daqueles sociais/contextuais na interação entre os mesmos, conforme já pressupunha a literatura (Hopwood et al., 2011).

Finalmente, como já relatado, a partir das potenciais questões evolutivas implicadas na TROS e valores humanos conforme demonstrado no presente estudo, a seguir os esforços direcionam-se à investigação de tal construto sob a perspectiva da Psicologia Evolucionista, dentro do paradigma da LHT, levantando ainda evidências do papel mediador dos valores humanos, frente às denominadas LHS.

8. ESTUDO 4. TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS E ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA DE VIDA: PAPEL MEDIADOR DOS VALORES HUMANOS

8.1. Método

8.1.1. Delineamento e Hipótese

Igualmente aos anteriores, o presente estudo é do tipo correlacional (*ex-post facto*) e busca testar a hipótese de que os valores humanos apresentam papel mediador na relação entre a TROS e as LSH. Como indicado no Estudo 3, os dados suportaram diferentes padrões de associações possíveis entre os traços de personalidade e os valores humanos, podendo tais resultados serem inferidos como a expressão de soluções adaptativas, que respondem às condições do meio (MacDonald, 1998; Fischer, 2017).

Dessa forma, uma vez indicada a plausibilidade de abordar tais variáveis via um referencial evolutivo, nesta oportunidade, decidiu-se avançar buscando indicar como tais construtos se conjugam na predição de indicadores evolutivos de LHS lentas, mensurados via o instrumento Mini-K. Assevera-se que a sequência ora adotada (i.e., TROS → Valores humanos → LHS lentas) baseia-se em um elemento hierárquico, isto é, a TROS por ser um traço de personalidade, antecede os valores humanos em razão de sua maior determinação genética (Bilsky & Schwartz, 1994). Em outras palavras, embora os valores humanos e a personalidade resultem da interação de elementos disposicionais/biológicos e contextuais (McAdams & Pals, 2006), estes últimos são menos sensíveis às variações do meio, implicando maior estabilidade ao longo do ciclo de vida (Vukasović & Bratko, 2015).

Em suma, através de análise de mediação múltipla buscou-se responder ao seguinte problema: como a TROS e os valores humanos explicam as LHS? Presume-se, nesta ocasião, que “o que as pessoas consideram importante em suas vidas”, isto é, suas prioridades axiológicas exerçam função mediadora neste cenário.

8.1.2. Participantes

Para este estudo, contou-se com uma amostra de 230 sujeitos (93 estudantes universitários e 137 participantes da população geral) com idade média de 30,3 anos de idade (variando entre 18 e 59 anos; $DP = 9,22$), sendo a maioria do sexo feminino (67,0%), heterossexual (85,7%), solteiros (65,7%), com ensino superior incompleto (40,4%) e sem religião (34,8%).

8.1.3. Instrumentos

Os participantes, além de um questionário com perguntas relacionadas a características sociodemográficas (como idade, sexo, orientação sexual, religião e estado civil), responderam as medidas descritas a seguir:

Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS-8). Os participantes responderam a ETROS-8 oriunda do *Estudo 2*, indicando o seu grau de concordância com cada item, utilizando-se de uma escala de resposta variando de **1** (Discordo totalmente) a **5** (Concordo totalmente). Ressalta-se que, anteriormente ao processo de análise dos dados, procedeu-se à recodificação da escala de resposta dos itens que mensuram o construto na magnitude inversa (itens 1, 7 e 8). No presente estudo, observou-se um valor do alfa de *Cronbach* de 0,77 para a presente medida.

Questionário dos Valores Básicos. A versão ora empregada é composta por 18 itens ou valores específicos (Gouveia et al., 2008), distribuídos em seis fatores ou subfunções valorativas, no qual os participantes indicam o grau de importância (1 = Totalmente não importante; 7 = Extremamente importante) que tais valores assumem como um princípio guia de suas vidas (e.g., “*Sexualidade. Ter relações sexuais; obter prazer sexual*”; “*Tradição. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições.*”). No que tange à fidedignidade, verificaram-se os seguintes alfas:

experimentação ($\alpha = 0,55$), realização ($\alpha = 0,51$), suprapessoal ($\alpha = 0,63$), existência ($\alpha = 0,42$), interativa ($\alpha = 0,62$) e normativa ($\alpha = 0,71$).

Mini-K. Esta medida consiste em um instrumento de mensuração das LHS proposta por Figueredo et al. (2006), composta por 20 itens (e.g., *Muitas vezes faço planos antecipadamente; eu evito correr riscos*, etc.) em que os sujeitos são demandados a responder em uma escala de respostas variando de -3 (discordo totalmente) a +3 (concordo totalmente). O instrumento permite determinar um índice geral de estratégia de vida por parte dos respondentes em que altas pontuações no fator geral correspondem às LHS lentas. No presente estudo, observou-se um valor do alfa de *Cronbach* de 0,81 para a presente medida.

8.1.4. Procedimentos

A coleta dos dados foi realizada *online* (via *Survey*). Ademais, os procedimentos empregados foram semelhantes aos *Estudos 1, 2 e 3*, sendo todos os instrumentos autoaplicáveis, bem como respeitando-se todas as prerrogativas dispostas nas resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos. Em média, as pessoas levaram cerca de 15 minutos para concluir sua participação no estudo. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal da Paraíba (**Número do Parecer: 2.513.598**).

8.1.5. Análise dos dados

Para análise dos dados, utilizou-se o *software R* (versão 3.3.2; *R Development Core Team*, 2015). No caso das análises de correlação de *Pearson* entre as variáveis supracitadas, empregou-se o pacote *wCorr* (Emad & Bailey, 2017). A análise de mediação múltipla, via *Path Analysis*, foi realizada através do pacote *Lavaan* (Rosseel, 2012), utilizando como entrada a matriz de covariância e adotando o estimador *Robust*

Maximum Likelihood. Quanto ao teste inferencial para os efeitos diretos e indiretos nos modelos de mediação, utilizou-se o procedimento de *Bootstrap Confidence Intervals* com 10,000 re-amostragens (Hayes, 2017) em que os efeitos são considerados significativos quando o intervalo de confiança não inclui o zero.

8.2. Resultados

Esta seção é estruturada em dois subtópicos. Inicialmente, são apresentados os resultados das correlações de *Pearson* entre a TROS, os valores humanos e as LHS lentas. Em um segundo momento, são descritos os resultados do modelo de mediação múltipla tendo a TROS como variável preditora, as seis subfunções valorativas como mediadoras e o Mini-K (LHS lentas) representando a variável critério.

8.2.1. Correlatos entre TROS, valores humanos e estratégias de história de vida

Como previamente indicado, buscou-se levantar evidências acerca das relações da TROS com os valores humanos e as LHS lentas (Mini-K). Tais relações são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7. Correlações da TROS com os valores humanos e estratégias de história de vida

	1	2	3	4	5	6	7
1. ETROS-8	-						
2. <i>Mini-k</i>	-0,18**	-					
3. Interativa	-0,31**	0,37**	-				
4. Normativa	-0,16*	0,51**	0,33**	-			
5. Suprapessoal	-0,07	0,19**	0,49**	0,23**	-		
6. Existência	-0,26**	0,27**	0,46**	0,32**	0,41**	-	
7. Experimentação	0,17**	-0,01	0,31**	-0,03	0,40**	0,22**	-
8. Realização	0,19**	0,14*	0,21**	0,22**	0,39**	0,32**	0,40**

Nota. ** $p < 0,01$.

Conforme aponta a Tabela 7, quanto às correlações significativas entre a ETROS-8 e as subfunções valorativas, observou-se uma associação positiva com as subfunções

experimentação ($r = 0,17, p < 0,01$) e realização ($r = 0,19, p < 0,01$), bem como relações negativas com os valores interativos ($r = -0,31, p < 0,01$), normativos ($r = -0,16, p < 0,01$) e de existência ($r = -0,26, p < 0,01$). No que tange à subfunção suprapessoal, não se observou relação estatisticamente significativa.

Na relação entre a ETROS-8 e as LHS lentas, identificou-se uma correlação negativa ($r = -0,18, p < 0,01$). Nas associações entre os valores humanos e as LHS lentas, observaram-se correlações positivas para as subfunções interativa ($r = 0,37, p < 0,01$), normativa ($r = 0,51, p < 0,01$), suprapessoal ($r = 0,19, p < 0,01$), existência ($r = 0,27, p < 0,01$) e realização ($r = 0,14, p < 0,01$). Finalmente, quanto à subfunção experimentação, não se identificou relação de significância frente ao Mini-K. Nesse sentido, a seguir, testa-se o modelo de mediação múltipla entre o presente conjunto de variáveis.

8.2.2. TROS e estratégias de história de vida: valores humanos como variáveis mediadoras

Após a investigação das relações identificadas anteriormente entre TROS, valores humanos e as LHS lentas, procedeu-se à análise de mediação múltipla para investigar o efeito mediador das subfunções valorativas na relação mencionada. Ressalta-se que os processos inferenciais para os efeitos diretos e indiretos foram estimados através do método de simulações *Bootstrap* (10,000 re-amostragens; IC 95%), sendo tais resultados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Testes dos efeitos diretos e indiretos: modelo de mediação múltipla

Caminhos/ <i>paths</i>	Efeitos diretos e indiretos via <i>Bias-corrected bootstrap</i>				
	Intervalos de confiança (95%)				
	Limite inferior	Limite superior	B	EP	β
Efeitos diretos	-	-	-	-	-
ETROS-8 → Interativa	-0,62	-0,24	-0,49	0,09	-0,31
ETROS-8 → Experimentação	0,08	0,51	0,30	0,11	0,18
ETROS-8 → Suprapessoal	-0,25	0,15	-0,06	0,09	-0,04
ETROS-8 → Existência	-0,43	-0,13	-0,28	0,07	-0,23
ETROS-8 → Realização	0,13	0,52	0,32	0,09	0,20
ETROS-8 → Normativa	-0,52	-0,19	-0,29	0,11	-0,14
Interativa → Mini-K	0,07	0,30	0,24	0,05	0,19
Experimentação → Mini-K	-0,14	3,44	-0,06	0,04	-0,04
Suprapessoal → Mini-K	-0,13	0,09	-0,02	0,06	-0,01
Existência → Mini-K	-0,09	0,18	0,04	0,07	0,03
Realização → Mini-K	-0,08	0,12	0,02	0,05	0,01
Normativa → Mini-K	0,17	0,31	0,41	0,03	0,24
ETROS-8 → Mini-K	-0,17	0,13	-0,03	0,07	-0,02
Efeitos indiretos	-	-	-	-	-
ETROS-8 → Interativa → Mini-K	-0,17	-0,02	-0,07	0,03	-0,06
ETROS-8 → Experimentação → Mini-K	-0,07	-0,01	-0,010	0,02	-0,007
ETROS-8 → Suprapessoal → Mini-K	-0,01	-0,02	0,006	0,01	0,001
ETROS-8 → Existência → Mini-K	-0,06	0,01	-0,006	0,02	-0,006
ETROS-8 → Realização → Mini-K	-0,03	0,04	0,003	0,02	0,002
ETROS-8 → Normativa → Mini-K	-0,14	-0,02	-0,06	0,03	-0,03

Nota. EP = Erro padrão; B = coeficientes de regressão não padronizados; β = coeficientes de regressão padronizados.

Inicialmente, na ausência das variáveis mediadoras, constatou-se uma predição significativa e negativa da TROS frente às LHS lentas [$\beta = -0,17$, IC95% = - 0,37/-0,05; $p = 0,001$]. Em seguida, testou-se o modelo de mediação múltipla incluindo simultaneamente as seis subfunções valorativas como variáveis mediadoras. Quanto aos efeitos diretos (Tabela 8), observa-se que a TROS predisse, com associações negativas, as subfunções interativa, normativa e existência e, com associações positivas, as subfunções experimentação e realização. Não se observou poder preditivo frente à subfunção suprapessoal. Quanto à predição dos valores humanos frente às LHS lentas, apenas as subfunções interativa e normativa predisseram a variável critério, verificando-se uma associação positiva.

Na avaliação dos efeitos indiretos, constatou-se que apenas as subfunções

interativa e normativa apresentaram efeitos mediadores significativos. Ademais, quando comparados tais efeitos, não se observou diferença significativa entre os mesmos [$\beta = -0,02$, IC95% = 0,04/-0,11; $p = 0,098$], indicando que ambos contribuem de modo semelhante no modelo de mediação. Finalmente, após a testagem do modelo de mediação, isto é, com a inclusão dos mediadores, a relação ETROS-8 \rightarrow Mini-K não se manteve significativa (Tabela 8). A Figura 7 mostra os valores padronizados correspondentes ao modelo de mediação múltipla ora testado.



* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Figura 7. Modelo de mediação múltipla: mediação das subfunções valorativas na relação TROS \rightarrow LHS lentas

Tendo em vista os resultados apresentados, observa-se que a hipótese acerca da função mediadora dos valores humanos foi corroborada. Como observado, tal processo mediador foi representado pela mediação dos valores sociais que incluem as subfunções interativa e normativa. Dessa forma, a seguir os resultados são discutidos parcialmente.

8.3. Discussão parcial

Como apontado anteriormente, o presente estudo objetivou conhecer as relações entre a TROS, os valores humanos e as LHS lentas, via modelo de mediação. Dessa forma, inicialmente buscou-se conhecer as relações entre tais variáveis (correlações de

Pearson) e, em um segundo momento, estimar um modelo de mediação múltipla via análise de caminhos (*path analysis*). A seguir discutem-se os resultados encontrados.

Inicialmente, na mesma direção do *Estudo 3*, observou-se para a presente amostra que a TROS correlacionou-se positivamente com os valores pessoais (experimentação e realização) e negativamente com a subfunção existência, que compõe os valores centrais e com os valores sociais (interativa e normativa). Assim, sustentou-se a natureza autoncentrada da TROS. Consequentemente, conforme esperado, tal traço apresentou uma LHS rápida, em razão do padrão de correlação negativo com a medida Mini-K (ritmo mais rápido de reprodução e alocação de recursos para uma maior quantidade de descendentes, Bielby et al., 2007), o que, de igual modo, sugere baixo autocontrole, engajamento em relações casuais, bem como um padrão geral antissocial (Jonason, Koenig, & Tost, 2010).

Quanto às relações entre os valores humanos e as LHS, observou-se que os valores sociais e centrais (i.e., existência) implicaram em uma LHS lenta (*slow life strategy*) tanto pela orientação pró-social, centrando-se na sociedade (Gouveia, 2013), quanto pelo foco num ciclo vital caracterizado pela organização e planejamento (Levy, 1990), respectivamente. De fato, tais orientações valorativas, teoricamente, são incongruentes com características típicas de LHS rápidas (e.g., baixo investimento parental e social, satisfação imediata de desejos, etc. Figueredo et al., 2006).

Especificamente quanto aos valores pessoais, as LHS relacionaram-se significativamente apenas com a subfunção realização, sendo tal associação positiva. Efetivamente, em razão da subfunção realização consistir em um tipo de orientação pessoal (e.g., ênfase em metas pessoais; Gouveia et al., 2003), poderia-se esperar uma associação negativa com o Mini-K; no entanto, verificou-se o contrário, fato que sugere uma LHS lenta.

De fato, é possível que um construto psicológico apresente estratégias de sobrevivência lenta e rápida (Kraus, Thomson, Kunkele, & Trillmich, 2005). Por outro lado, o resultado acima referido é plausível na medida em que os valores de realização podem associar-se a comportamentos específicos de LHS lentas, tais como altos investimentos em formação educacional e orientação ao futuro (Sng, Neuberg, Varnum, & Kenrick, 2017), bem como por sua motivação valorativa materialista, em que os sujeitos passam a dar importância às hierarquias sociais (e.g., sociedade organizada e estruturada), quando esta é baseada em demonstração de competência pessoal (Gouveia et al., 2011). Em outras palavras, os indivíduos, nesta condição, podem adotar tal padrão valorativo pelo fato de que, em alguma medida, vislumbram a possibilidade futura de usufruir de questões decorrentes de poder, êxito e prestígio, portanto em situação com algum grau de estabilidade, associando-se a uma LHS lenta.

Quanto à análise de mediação múltipla, o modelo final sustentou efeitos mediadores apenas das subfunções interativa e normativa. Assim, maiores níveis de TROS associam-se a baixos níveis de priorização de valores interativos e normativos e, por sua vez, à maior propensão a LHS rápidas. De fato, os dados apontam que o mecanismo psicológico de priorização valorativa é uma via plausível na relação entre os traços de personalidade, aqui representado pela TROS, e variáveis evolutivas. Desse modo, tais resultados ilustram que os valores humanos (i.e., o que as pessoas consideram importante em suas vidas) fatalmente cumprem um papel evolutivo, associando-se, portanto, ao desenvolvimento humano, enquanto espécie (Gouveia et al., 2014a).

Assim, em consonância com a literatura, uma baixa adesão a valores interativos implica, do ponto de vista evolutivo, em tendências contrárias à cooperação, altruísmo e reciprocidade (Rushton, 1985). Na mesma direção, em termos grupais, baixa priorização

de valores normativos, significa menor probabilidade de internalização e aderência às normas sociais (Figueredo, Andrzejczak, Jones, Smith-Castro, & Montero, 2011). Coerentemente, altos níveis de TROS associados à baixa priorização de valores sociais (interativos e normativos) traduzem-se em LHS rápidas que representam soluções adaptativas a certos cenários (e.g., ambientes imprevisíveis) que no contexto social contemporâneo podem se associar a problemáticas sociais e de saúde (e.g., altos níveis de violência, uso de substâncias e expectativa de vida reduzida; Kawachi & Subramanian, 2014). Assim, os traços de personalidade e os valores humanos podem consistir em variações adaptativas; respostas a certos arranjos ecológicos (Ellis, Figueredo, Brumbach, & Schlomer, 2009). A seguir prossegue-se à seção de discussão geral.

9. DISCUSSÃO GERAL

Através de quatro estudos empíricos, demonstrou-se que os valores humanos possuem um papel mediador na relação entre TROS e LHS. Concretamente, nos Estudos 1 e 2, buscou-se checar as propriedades psicométricas da ETROS no contexto brasileiro por meio de procedimentos estatísticos preliminares e confirmatórios. Já nos Estudos 3 e 4, os esforços voltaram-se para análise das relações entre a TROS e valores humanos no âmbito de um referencial teórico evolutivo, representado empiricamente pelas relações frente às denominadas LHS, buscando responder ao problema principal da presente dissertação: como a TROS e os valores humanos explicam as LHS? Como indicado a priori, presumiu-se a função mediadora dos valores humanos nesta relação. A seguir, os principais resultados são discutidos.

9.1. Resultados Principais

No Estudo 1, observou-se uma estrutura unifatorial da ETROS no contexto brasileiro em consonância com o estudo original (Ashton et al., 2010), através de um método de extração robusto (i.e., método Hull; Lorenzo-Seva et al., 2011). Ainda, constataram-se índices de consistência interna adequados para a ETROS-8, similares a estudos que empregaram a medida em sua versão com 14 itens (alfa de Cronbach; Ashton et al., 2010; Visser et al., 2014) e sustentados por índice de precisão alternativo na presente ocasião (ômega de McDonald; Cohen et al., 2014).

Ainda no Estudo 1, porém via TRI, verificou-se que quanto ao parâmetro de discriminação, os itens mostraram-se satisfatórios na habilidade de diferenciar apropriadamente sujeitos ao longo do traço latente (Baker, 2001). De igual modo, via parâmetro de dificuldade, identificou-se um grupo de itens aos quais os sujeitos mostraram-se mais dispostos a se arriscarem, no caso, aqueles que envolviam benefícios essencialmente materiais, refletindo a proeminência da satisfação de necessidades mais básicas (segurança física e econômica; Inglehart, 1977).

A estrutura unifatorial da ETROS encontrada a priori foi testada de forma robusta no Estudo 2, via AFC, apresentando indicadores satisfatórios de ajuste de dados ao modelo para a solução unidimensional (Tabachnick & Fidell, 2013). Ademais, comprovou-se através da AFCMG que a ETROS é invariante para homens e mulheres. Portanto, para os itens da ETROS-8, assegurou-se que eventuais diferenças entre o sexo sejam devidas a diferenças nos níveis do traço latente dos sujeitos e não decorrentes da ausência de equivalência dos parâmetros do instrumento (Sass, 2011).

Em relação à fidedignidade do instrumento no Estudo 2, tendo em vista que as análises se assentaram na MEE, além do alfa de Cronbach, estimou-se o índice de CC da ETROS, uma vez que este último se mostra mais consistente (Green & Yang, 2009). Concretamente, ambos foram adequados (Škerlavaj & Dimovski, 2009). A estimação de ambos os indicadores é prudente, sendo uma estratégia para identificar eventuais discrepâncias entre diferentes estimativas de consistência interna (Raykov, 2001).

Ademais, calculou-se o coeficiente de estabilidade da medida, observando-se alta correlação entre as pontuações da escala dos dois momentos, sugerindo alta estabilidade do construto, sendo entendido como um traço, conforme sustentam Ashton et al. (2010) e Visser et al. (2014). Basicamente, a decisão por utilizar o procedimento de teste-reteste ocorreu em função de que empiricamente as correlações entre o coeficiente Alfa e o coeficiente de estabilidade têm sido baixas nos estudos no campo da personalidade (Chmielewski & Watson, 2009), reforçando a importância da utilização deste último. Ainda, a ferramenta do teste-reteste além de apontar para a qualidade de medidas psicológicas, constitui importante indicador de variações na percepção de traços/características (McCrae, Kurtz, Yamagata, & Terracciano, 2011).

Ainda no Estudo 2, levantaram-se evidências de validade de critério, relacionando a TROS às principais dimensões de personalidade (BSFP). Como

esperado, a TROS se relacionou com os fatores de Amabilidade, que no *Big Five* é dimensão mais fortemente associada a elementos antissociais (Paulhus & Williams, 2002) e Honestidade-Humildade, que consiste em um preditor de fenômenos que implicam na violação de regras/ditames de sociedades em geral, tais como a probabilidade de assediar terceiros sexualmente, liderança antiética, etc. (Lee, Gizzarone & Ashton, 2003).

No Estudo 3, os esforços voltaram-se para situar a TROS no âmbito de variáveis de caráter intersubjetivo, mais especificamente, no universo dos valores humanos. Claramente, quanto às análises bivariadas, verificou-se uma orientação individualista da TROS caracterizado por alta importância de valores pessoais em detrimento dos valores centrais e sociais. Tal padrão valorativo pode ser entendido como um perfil socialmente desviante, no âmbito da TFRVH, na medida em que implica na priorização demasiada de apenas certo grupo de valores (Gouveia et al., 2011).

Ainda, tendo em vista que não se esperava somente relações lineares entre a TROS e as orientações valorativas, procedeu-se a LPA, possibilitando investigar como as variáveis se organizam intraindivíduos (Robins, John, & Caspi, 1998), constatando-se que a relação entre personalidade e valores não é sempre linear, havendo outros padrões de relação entre tais variáveis. Efetivamente, os perfis PA e PPS apontam para uma congruência entre personalidade e valores, o que pode ser explicado pela variância genética comum (Zacharopoulos et al., 2016), ratificando que os valores não possuem apenas uma base social (Araújo, 2013). Por outro lado, no PAD não se observou uma relação teoricamente proporcional entre a TROS e o perfil valorativo, quando comparados aos PA e PSS, indicando padrões alternativos de relações.

No Estudo 4, a partir das implicações evolutivas do construto da TROS, comprovou-se que o mesmo é passível de ser entendido como um tipo LHS (Book,

Visser, & Volk, 2015), caracterizado como sendo do tipo rápida e exploradora (altas fecundidade e mortalidade; Jonason & Webster, 2010), servindo a certos propósitos evolutivos (e.g., sobrevivência e reprodução). Ademais, mostrou-se as implicações de variáveis intersubjetivas nesse processo, os valores humanos, operando como um mecanismo mediador na relação da TROS e LHS.

9.2. Implicações teóricas

Inicialmente, ressalta-se que a qualidade psicométrica da ETROS-8 assegurará, no contexto brasileiro, investigações futuras sobre potenciais implicações teóricas do referido construto. Diante do impacto da variável sexo nas tendências à TROS (Daly & Wilson, 2001) e os parâmetros invariantes do instrumento (Davidov, Meuleman, Cieciuch, Schmidt, & Billiet, 2014), será possível comparar diretamente os escores de homens e mulheres no Brasil, bem como explorar correlatos e preditores da TROS consoante o sexo dos sujeitos (e.g., competição, mortalidade; Kruger & Nesse, 2007).

Ainda, quanto à natureza socialmente aversiva do construto da TROS, constatou-se tal condição quando aplicados os critérios de relação frente às dimensões de personalidade: baixa amabilidade, no âmbito do *Big Five* (Jakobwitz & Egan, 2006) e baixa Honestidade-Humildade no modelo HEXACO (Lee & Ashton, 2005). Na presente ocasião, avançou-se nesse sentido, na medida que alguns autores (e.g., Jonason, Webster, Schmitt, Li, & Crysel, 2012), argumentam que o fator que determina a natureza “sombria” de personalidade seria uma LHS rápida adjacente a um dado traço, critério de igual modo observado para a TROS. Mesmo diante da inexistência de critérios consensuais para a classificação de traços sombrios (e.g., psicopatia, maquiavelismo e narcisismo; Paulhus & Williams, 2002), a TROS consiste em potencial candidato a esta condição, uma vez que satisfaz os critérios até então mencionados na literatura (Visser et al., 2014).

Outra implicação teórica a ser ressaltada refere-se ao fato de que a TROS não se relacionou às dimensões de personalidade de Abertura a experiências e Extroversão, conforme apontam as pesquisas anteriores (Ashton et al., 2010; Visser et al., 2014), diferentemente do que ocorre para o construto da Busca de sensação e Tomada de risco geral (Zuckerman, 1994). Em suma, isso reforça que a TROS consiste em um construto psicológico único na literatura da tomada de risco. Ademais, a presente dissertação consiste na primeira investigação deste construto para além dos “países de primeiro mundo” (*Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic societies*, WEIRD; Henrich, Heine, & Norenzayan, 2010), o que pode sugerir alguma validade transcultural para o referido construto.

Dado os pressupostos assumidos acerca da natureza adaptativa dos traços de personalidade e valores humanos, constatou-se que a prioridade valorativa não é em todos os casos unilateralmente determinada por elementos biológicos e/ou genéticos, ratificando a natureza psicossocial do construto (Gouveia et al., 2011). Os diferentes padrões de associação para subgrupos de indivíduos frente tais variáveis, sugeriram que estes podem resultar de estratégias adaptativas em certas condições. Isto é, uma vez que os valores constituem um sistema axiológico, este é acessado em função não somente de características pessoais (e.g., traços de personalidade), mas é também influenciado por contextos culturais, sendo respostas às prioridades valorativas (e.g., ajustamento a papéis sociais assumidos; Schneider, 2001). Em síntese, as prioridades valorativas das pessoas são internamente estruturadas em um sistema coerente que auxilia os indivíduos a navegar em seu ambiente social e natural (Maio, 2016).

Adicionalmente, buscou-se investigar a TROS e os valores humanos no âmbito de um referencial evolutivo, mais especificamente a LHT. Concretamente, evidenciou-se o mecanismo mediador dos valores humanos na relação entre a TROS e indicadores

evolutivos, as LHS. Tais resultados foram presumidos, na medida em que as prioridades valorativas podem ser entendidas como soluções adaptativas (Gouveia et al., 2014a). De fato, tal construto tem sido progressivamente concebido como um elemento que se posiciona entre as influências externas e tendências endógenas básicas (Olver & Mooradian, 2003), possibilitando uma crescente integração da Psicologia Evolutiva com áreas clássicas da Psicologia Social (Zeigler-Hill, Welling, & Shackelford, 2015). Por fim, ressalta-se que as contribuições acerca dos substratos evolutivos das TROS e valores humanos aqui empreendidas, referem-se a um nível individual, fato que até recentemente se restringia a abordagens ao nível das espécies (Figueredo et al., 2005).

9.3. Limitações Potenciais

Não obstante a resolução do problema de pesquisa da presente dissertação, a partir das articulações entre os elementos teóricos e dados empíricos acerca do construto da TROS, valores humanos e LHS, não se pode subestimar algumas limitações. Primeiramente, as amostras ora acessadas são de natureza não probabilística, sendo a participação dos sujeitos, baseada na conveniência daqueles que, uma vez convidados, contribuíram voluntariamente com o estudo. Por consequência, tal fato impossibilita quaisquer ilações passíveis de serem generalizadas para a população brasileira.

Outra importante limitação diz respeito à natureza das medidas empregadas, consistindo em instrumentos de autorrelato ou medidas explícitas. Como principal desvantagem e viés desse tipo de instrumento, tem-se a possibilidade de que o respondente possa falsear suas respostas em direção incongruente com suas reais inclinações e comportamentos (Cozby, 2003), buscando emitir uma resposta socialmente desejável. Essa limitação adquire importância frente ao construto da TROS, na medida em que este consiste num atributo socialmente não valorizado pelas pessoas, em função de sua conotação majoritariamente negativa (Lupton & Tulloch, 2002).

Por fim, outra potencial limitação diz respeito ao tipo de delineamento empregado nos estudos, de natureza correlacional (*ex-post facto*). Efetivamente, embora tal delineamento indique que exista relação entre um dado conjunto de variáveis, não garante tanto a direção (e.g., causalidade reversa) quanto o fato de que uma terceira variável seja responsável por tal relação (Fife-Schaw, 2010), sendo tais questões respondidas mais apropriadamente por um *design* experimental (Pereira, Sindic, & Camino, 2013). Finalmente, as limitações acima levantadas, de modo algum, invalidam os principais resultados encontrados, tendo em vista a consonância dos dados observados frente à literatura concernente à temática aqui tratada.

9.4. Conclusões e direções futuras

Finalmente, em vias de conclusão, faz-se importante apontar possibilidades de estudos futuros. Inicialmente, em razão da TROS ser um traço mais eminente em adultos jovens e do sexo masculino, estudos abordando tal fenômeno na população adolescente seriam convenientes, sobretudo pelo fato deste construto combinar características de ganância (e.g., insaciedade frente ao alcance de metas) e ausência de medo, podendo culminar em alta probabilidade de atos de violência frente a terceiros e/ou comportamentos autolesivos (Ashton & Lee, 2008). Fatalmente, tais questões denotam importantes implicações clínicas e sociais do referido construto. Nesse cenário, mudanças nas prioridades valorativas (e.g., promoção de valores sociais) podem consistir em potenciais inibidores de tais ações (Day & Casey, 2009).

Assim, a direção futura acima mencionada implica em estudos de natureza psicométrica, levantando evidências psicométricas da ETROS em outras faixas etárias, ou melhor, evidências de validade e precisão (via TCT e TRI), com amostras de adolescentes e de crianças, adicionalmente investigando os parâmetros de invariância da

escala em diferentes faixas etárias e, mesmo, a construção da normatização, permitindo interpretar os escores dos sujeitos em relação à amostra normativa do qual faz parte.

Acerca da natureza socialmente aversiva da TROS, estudos futuros no contexto brasileiro podem ter em conta sua relação com a tríade sombria da personalidade (psicopatia, maquiavelismo e narcisismo), bem como sua capacidade preditiva de comportamentos antissociais e delitivos, uma vez que no Brasil já existem medidas que dimensionem tais construtos (Gouveia, Monteiro, Gouveia, Athayde, & Cavalcanti, 2016; Gouveia, Santos, Pimentel, Diniz, & Fonseca, 2009, respectivamente). Outras possibilidades, a exemplo dos estudos de Visser et al. (2014) e Harms, Spain e Hanna (2012) consistem no levantamento de evidências de validade de critério da TROS no que concerne aos interesses vocacionais e impactos dos traços aversivos no ambiente de trabalho. Finalmente, de um ponto de vista macro, via modelos multiníveis, estudos considerando a interação entre níveis de TROS dos sujeitos e as diferenças regionais no contexto brasileiro em termos socioeconômicos são oportunos.

Em suma, a presente dissertação ao abordar o fenômeno da TROS constitui um ponto de partida na investigação deste traço de personalidade no Brasil. Em resumo, as contribuições aqui prestadas referem-se à disponibilização de uma medida da TROS com propriedades psicométricas adequadas, evidências de sua natureza hostil, a partir de uma dimensão de personalidade recentemente identificada no cenário internacional, correlatos com variáveis de cunho social, isto é, os valores humanos, contemplando a lacuna de abordagens predominantemente biologizantes do fenômeno. Por fim, em consonância com estudos recentes no campo da personalidade, investigou-se a TROS no âmbito da LHT, apontando seus elementos evolutivos e evidenciando a importância dos valores humanos na expressão de estratégias de vida/sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- Ackerman, R. A., Hands, A. J., Donnellan, M. B., Hopwood, C. J., & Witt, E. A. (2017). Experts' views regarding the conceptualization of narcissism. *Journal of personality disorders, 31*(3), 346-361.
- Althaus, C. E (2005). A disciplinary perspective on the epistemological status of risk. *Risk Analysis, 25*(3), 567-588
- Altman E., & Roggi O. (2012). *Measuring and Managing Risks. Emerging Global Standards and Regulation after the Financial Crisis*. World Scientific Press.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5^a ed.)*. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Andersen, S., Harrison, G. W., Lau, M. I., & Rutström, E. E. (2008). Lost in State Space: Are Preferences Stable? *International Economic Review, 49*(3), 1091-1112.
- Aquino, T. T. (2009). *Atitudes e intenções de cometer suicídio: seus correlatos existenciais e normativos*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Araújo, R. C. R. (2013). *As bases genéticas da personalidade, dos valores humanos e da preocupação com a honra*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Ardila, R., Gouveia, V. V., & Medeiros, E. D. (2012). Human values of colombian people. Evidence for the functionalist theory of values. *Revista Latinoamericana de Psicología, 44*(3), 105-117.
- Arminger, G., Stein, P., & Wittenberg, J. (1999). Mixtures of condition mean- and covariance-structure models. *Psychometrika, 64*(4), 475–494.

- Ashton, M. C., & Lee, K. (2007). Empirical, theoretical, and practical advantages of the HEXACO model of personality structure. *Personality and Social Psychology Review*, 11, 150–166.
- Ashton, M. C., & Lee, K. (2008). The HEXACO model of personality structure. In G. J. Boyle, G. Matthews, & D. Saklofske (Eds.), *Handbook of personality theory and testing: Vol. 2. Personality measurement and assessment* (pp. 239–260). London: Sage.
- Ashton, M. C., & Lee, K. (2009). The HEXACO-60: A short measure of the major dimensions of personality. *Journal of Personality Assessment*, 91, 340–345.
- Ashton, M. C., Lee, K., & de Vries, R. E. (2014). The HEXACO Honesty-Humility, Agreeableness, and Emotionality factors: A review of research and theory. *Personality and Social Psychology Review*, 18, 139–152.
- Ashton, M. C., Lee, K., Pozzebon, J. A., Visser, B. A., & Worth, N. C. (2010). Status-driven risk taking and the major dimensions of personality. *Journal of Research in Personality*, 44, 734–737.
- Athayde, R. A. A. (2015). *Bases neurais dos valores humanos: Efeito da neuromodulação nos valores e comportamentos*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Aven, T. (2012). The risk concept—historical and recent development trends. *Reliability Engineering & System Safety*, 99, 33–44.
- Baker, F. B. (2001). *The basics of item response theory* (2nd ed.). Washington, DC: Eric Clearinghouse on Assessment and Evaluation.
- Bandura, A. (1971). *Social learning theory*. General Learning Corporation. New York: General Learning Press.

- Bardi, A., & Goodwin, R. (2011). The dual route to value change: Individual processes and cultural moderators. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 42*, 271–287.
- Bardi, A., & Schwartz, S. H. (2003). Values and behavior: strength and structure of relations. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29*, 1207-1220.
- Barkow, J., Cosmides, L., & Tooby, J. (Eds.). (1992). *The adapted mind*. New York: Oxford University.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Beck, U. 2009. *World at Risk*. Cambridge: Polity.
- Benda, B. B. & Corwyn, R. F. (2000). A test of the validity of delinquency syndrome construct in a homogeneous sample. *Journal of Adolescence, 23*, 497-511.
- Bernstein, P.L. (1995). Risk as a History of Ideas. *Financial Analyst Journal, 51(1)*, 7-11.
- Bickerstaff, K. (2004). Risk perception research: socio-cultural perspectives on the public experience of air pollution, *Environment International, 30(6)*, 827 – 840.
- Bielby, J., Mace, G. M., Bininda-Emonds, O. R., Cardillo, M., Gittleman, J. L., Jones, K. E., ... & Purvis, A. (2007). The fast-slow continuum in mammalian life history: an empirical reevaluation. *The American Naturalist, 169(6)*, 748-757.
- Bilsky, W. & Schwartz, S. H. (1994), Values and personality. *European Journal of Personality, 8*, 163-181.
- Bilsky, W., & Peters, M. (1999). Estructura de los valores y la religiosidad. Una investigación comparada realizada en México. *Revista Mexicana de Psicología, 16*, 77-88.
- Blais, A. R., & Weber, E. U. (2006). A domain-specific risk-taking (DOSPERT) scale for adult populations. *Judgment and Decision Making, 1(1)*, 33–47.

- Bogg, T., & Roberts, B. W. (2004). Conscientiousness and health-related behaviors: A meta-analysis of the leading behavioral contributors to mortality. *Psychological Bulletin, 130*, 887-919.
- Book, A., Visser, B. A., & Volk, A. A. (2015). Unpacking “evil”: Claiming the core of the Dark Triad. *Personality and Individual Differences, 73*, 29-38.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia, 22*(53), 423-432.
- Boyer, T. W. (2006). The development of risk-taking: a multi-perspective review, *Developmental Review, 26*(3), 291–345
- Braendle, C., Heyland, F., & Flatt, T. (2011). Integrating mechanistic and evolutionary analysis of life history variation. In T. Flatt & F. Heyland (Eds.), *Mechanisms of life history evolution. The genetics and physiology of life history traits and trade-offs* (pp. 3–10). New York, NY: Oxford University Press.
- Brumbach, B. H., Figueredo, J. A., & Ellis, B. J. (2009). Effects of harsh and unpredictable environments in adolescence on development of life history strategies. *Human Nature, 20*, 25-51.
- Bunge, S. A., Dudukovic, N. M., Thomason, M. E., Vaidya, C. J., & Gabrieli, J. D. (2002). Immature frontal lobe contributions to cognitive control in children: Evidence from fMRI. *Neuron, 33*, 301–311.
- Burgess J, Harrison CM, Filius P. (1998). Environmental communication and the cultural politics of environmental citizenship. *Environment and Planning, 30*, 1445-1460.
- Buss, D. M. (1994). *The evolution of desire: Strategies of human mating*. New York: Basic Books.

- Buss, D. M. (2009). How can evolutionary psychology successfully explain personality and individual differences? *Perspectives on Psychological Science*, 4(4), 359-366.
- Buss, D. M. (2010). Developmental and Life History Perspectives on Personality. In: D. M. Buss, & P. H., Hawley, (Eds.). *The evolution of personality and individual differences* (pp. 59-85). Oxford University Press.
- Buss, D. M. (Ed.). (2016). *The handbook of evolutionary psychology*. John Wiley & Sons.
- Byrnes, J. P. (1998). *The nature and development of decision making: a self-regulation model*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Camerer, C. F., & Hogarth, R. N. (1999). The Effects of Financial Incentives in Experiments: A Review and Capital-Labor-Production Framework, *Journal of Risk and Uncertainty*, 19(1-3), 7-42.
- Campbell, A. (1999). Staying alive: Evolution, culture, and women's intrasexual aggression. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 203-214.
- Caprara, G. V., Schwartz, S., Capanna, C., Vecchione, M., & Barbaranelli, C. (2006). Personality and politics: Values, traits, and political choice. *Political psychology*, 27, 1-28.
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A., & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali, *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas* (pp. 506-520). Porto Alegre: Artmed.
- Castel, R. (1991). From dangerousness to risk. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. London: Harvester Wheatsheaf.

- Chalmers, R. P. (2012). Mirt: A Multidimensional Item Response Theory Package for the R Environment. *Journal of Statistical Software*, 48(6), 1-29.
- Chambers' Twentieth Century Dictionary. (1946). Edinburgh: W&R Chambers Ltd.
- Chen, F. F. (2007). Sensitivity of goodness of fit indexes to lack of measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 14, 464-504.
- Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 9(2), 233-255.
- Chin, W. W. (1998) "The Partial Least Squares Approach to Structural Equation Modeling," in G. A. Marcoulides (Ed.) *Modern Methods for Business Research* (pp.295-336), London.
- Chmielewski, M., & Watson, D. (2009). What is being assessed and why it matters: The impact of transient error on trait research. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97:186–202.
- Christie, R., & Geis, F. L. (1970). *Studies in Machiavellianism*. New York, NY, USA: Academic Press.
- Cleckley, H. (1941). *The mask of sanity*. St. Louis, MO, USA: Mosby.
- Coelho Júnior, L. L. (2001). *O uso potencial de drogas em estudantes do Ensino Médio: sua correlação com as prioridades axiológicas*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Sturman, E. D. (2014). *Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas*. (8. ed) São Paulo: AMGH.
- Collins, L. M., & Lanza, S. T. (2009). *Latent class and latent transition analysis: With applications in the social, behavioral, and health sciences*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Covello, V. T., & Mumpower, J. (1985). Risk Analysis and Risk Management: An Historical Perspective, *Risk Analysis*, 5(2), 103–120.

- Cox, P., Niewöhner, J., Pidgeon, N., Gerrard, S., Fischhoff, B., & Riley, D. (2003). The use of mental models in chemical risk protection. *Risk Analysis*, *23*(2), 311–324.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Cronbach, L. J. (1947). Test reliability: Its meaning and determination. *Psychometrika*, *12*, 1-16.
- Dake, K. (1992). Myth and nature: cultural conceptions of risk, *Journal of Social Issues*, *48*(4), 21-37.
- Dake, K., & Wildavsky, A. (1990). Theories of risk perception: Who fears what and why? *Daedalus*, *119*(4), 41-60.
- Daly, M., & Wilson, M. (1997). Crime and conflict: Homicide in evolutionary psychological perspective. *Crime and Justice*, *22*, 51–100.
- Daly, M., & Wilson, M. (2001). Risk-taking, intrasexual competition, and homicide. *Nebraska Symposium on Motivation*, *47*, 1-36.
- Dash, M. (1999). *Tulipomania: The Story of the World's Most Coveted Flower and the Extraordinary Passions It Aroused*. Crown: New York.
- Davidov, E., Meuleman, B., Cieciuch, J., Schmidt, P., & Billiet, J. (2014). Measurement equivalence in cross-national research. *Annual Review of Sociology*, *40*(1), 55-75.
- Day, A., & Casey, S. (2009). Values in forensic and correctional psychology. *Aggression and Violent behavior*, *14*(4), 232-238.
- De Mooij, M., & Hofstede, G. (2010). The Hofstede model. Applications to global branding and advertising strategy and research. *International Journal of Advertising*, *29*(1), 85-110.

- Dean, M. (1999). Risk, calculable and incalculable. In D. Lupton (Ed.), *Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Deck, C., Lee, J., Reyes, J., & Rosen, C. (2008). *Measuring Risk Attitudes Controlling for Personality Traits, 1-29*.
- Del Giudice, M. (2014). An evolutionary life history framework for psychopathology. *Psychological Inquiry, 25*(3-4), 261-300.
- Del Giudice, M., Gangestad, S. W., & Kaplan, H. S. (2015). Life history theory and evolutionary psychology. In: D. M. Buss (Ed.), *The handbook of evolutionary psychology – Vol 1: Foundations* (2nd ed., pp. 88–114). New York: Wiley.
- Derringer, J., Krueger, R. F., Dick, D. M., Saccone, S, Grucza, R. A., Agrawal, A. *et al* (2010). Predicting sensation seeking from dopamine genes. A candidate-system approach. *Psychological Science, 21*, 1282-1290.
- DeYoung, C. G., Peterson, J. B., & Higgins, D. M. (2005). Sources of openness/intellect: Cognitive and neuropsychological correlates of the fifth factor of personality. *Journal of personality, 73*(4), 825-858.
- DeYoung, C. G., Quilty, L. C., & Peterson, J. B. (2007). Between facets and domains: 10 aspects of the big five. *Journal of Personality and Social Psychology, 93*, 880–896.
- DeYoung, C. G., Shamosh, N. A., Green, A. E., Braver, T. S., & Gray, J. R. (2009). Intellect as distinct from Openness: differences revealed by fMRI of working memory. *Journal of personality and social psychology, 97*(5), 883.
- Dohmen, T., Falk, A., Huffman, D., Sunde, W., Schupp, J., & Wagner, G. G. (2005). *Individual Risk Attitudes: New Evidence from a Large, Representative, Experimentally Validated Survey*, IZA Discussion Paper No. 1730.

- Douglas, M. (1985). *Risk Acceptability According to the Social Sciences*. New York: Sage.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. California, CA: University of California Press.
- Dunn, T. J., Baguley, T., Brunsden, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105, 399-412.
- Durkheim, É. (1983/1982). *La división del trabajo social*. Madri: Akal Editor.
- Elder, G. H., Jr. (1995). The life course paradigm: Social change and individual development. In P. Moen, G. H. Elder Jr., & K. Luscher (Eds.), *Examining lives in context* (pp. 101–139). Washington, DC: American Psychological Association.
- Ellis, B. J., Dahl, R. E., Del Giudice, M., Dishion, T. J., Figuerdo, A. F., Gray, P.,..., Wilson, D. S. (2012). The evolutionary basis of risky adolescent behavior: Implications for science, policy, and practice. *Developmental Psychology*, 48, 598-623.
- Ellis, B. J., Figueredo, A. J., Brumbach, B. H., & Schlomer, G. L. (2009). Fundamental dimensions of environmental risk: The impact of harsh versus unpredictable environments on the evolution and development of life history strategies. *Human Nature*, 20(2), 204-268.
- Emad, A. & Bailey, P. (2017). *wCorr*: Weighted Correlations. R package version 1.9.1. Recuperado de, <https://CRAN.R-project.org/package=wCorr>
- Embretson, S. E., & Reise, S. P. (2000). *Item response theory for psychologists*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Estramiana, J. L. A., Pereira, C. R., Monter, M. R., & Zlobina, A. (2013). Valores sociais. In L. Camino, A. R. Torres, M. E. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 309-359). Brasília: Technopolitik.
- Fife-Schaw, C. (2010). Modelos quasi-experimentais. In: G. M. Breakwell., S, Hammond., J. A. Smith., & V. G. Haase. *Métodos de pesquisa em psicologia* (pp.100-115). Porto Alegre: Artmed.
- Figueredo, A. J., & Wolf, P. S. A. (2009). Assortative pairing and life history strategy. *Human Nature, 20*, 317-330.
- Figueredo, A. J., Andrzejczak, D. J., Jones, D. N., Smith-Castro, V., & Montero, E. (2011). Reproductive strategy and ethnic conflict: Slow life history as a protective factor against negative ethnocentrism in two contemporary societies. *Journal of Social, Evolutionary, and Cultural Psychology, 5*(1), 14-31.
- Figueredo, A. J., Vásquez, G., Brumbach, B. H., and Schneider, S. M. (2005). The K-factor: individual differences in life history strategy. *Personality and Individual Differences, 39*(8), 1349–1360.
- Figueredo, A. J., Vásquez, G., Brumbach, B. H., Schneider, S., Sefcek, J. A., Tal, I. R., et al. (2006). Consilience and life history theory: From genes to brain to reproductive strategy. *Developmental Review, 26*, 243–275.
- Finucane, M., Alhakami, A., Slovic, P., & Johnson, S. M. (2000). The affect heuristic in judgments of risks and benefits. *Journal of Behavioral Decision Making, 13*, 1–17.
- Fischer, B., Taborsky, B., & Kokko, H. (2011). How to balance the offspring quality–quantity tradeoff when environmental cues are unreliable. *Oikos, 120*, 258–270.
- Fischer, R. (2017). *Personality, values, culture: An evolutionary approach*. Cambridge University Press.

- Formiga, N. S. (2002). *Condutas antissociais e delitivas: uma explicação baseada nos valores humanos*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Foucault, M. (1991). Governmentality. In G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller (Eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Fox, J. (2017). *Using the R Commander: A Point-and-Click Interface for R*. Boca Raton FL: Chapman and Hall/CRC Press.
- Frey, R., Pedroni, A., Mata, R., Rieskamp, J., & Hertwig R. (2017). Risk preference shares the psychometric structure of major psychological traits, *Behavioral Psychology*, 3(10), 1-13.
- Gadgil, M., & Bossert, W. H. (1970). Life historical consequences of natural selection. *American Naturalist*, 104, 1–24.
- Galván, A. (2012). Risky behavior in adolescents: The role of the developing brain. In V. F. Reyna, S. Chapman, M. R. Dougherty, & J. Confrey (Eds.), *The adolescent brain: Learning, reasoning, and decision making* (pp. 267–289). Washington, DC: American Psychological Association.
- Geier, C. F., Terwilliger, R., Teslovich, T., Velanova, K., & Luna, B. (2010). Immaturities in reward processing and its influence on inhibitory control in adolescence. *Cerebral Cortex*, 20, 1613–1629.
- Giddens, A. (1994). Living in a post-traditional society. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash, *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order* (pp. 56–109). Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. 2000. *Runaway World*. New York: Routledge.
- Giddens, A., Beck, U., & Lash, S. (2012). *Modernização reflexiva: política, tradição, e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp.

- Glendon, A. I. (1987). Risk cognition. In W. T. Singleton & J. Hovden (Eds.), *Risk and Decisions* (p. 104-110). Chichester: John Wiley & Sons.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2001). El individualismo y el colectivismo normativo: Comparación de dos modelos. In: M. Ros., & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores humanos: desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 101-122). Madri: Editorial Biblioteca Nueva.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 431-443.
- Gouveia, V. V. (2012). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, evidências empíricas e perspectivas*. Tese do Concurso para Professor Titular. Departamento de Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V. (Org.). (2016). *Teoria funcionalista dos valores humanos: áreas de estudo e aplicações*. São Paulo: Vetor.
- Gouveia, V. V., Andrade, J. M., Milfont, T. L., Queiroga, F., & Santos, W. S. (2003). Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 223-234.
- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In C. V. Torres, & E. R. Neiva (Eds.), *A*

psicologia social: Principais temas e vertentes (pp.296-313). Porto Alegre, RS: ArtMed.

Gouveia, V. V., Martínez, E., Meira, M., & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 6(2), 133-142.

Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Guerra, V. M. (2014a). Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. *Personality and Individual Differences*, 60, 41-47.

Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Guerra, V. M. (2014b). The functional theory of human values: From intentional overlook to first acknowledgement—A reply to Schwartz (2014). *Personality and Individual Differences*, 68, 250-253.

Gouveia, V. V., Monteiro, R., P., Gouveia, R. S. V., Athayde, R. A. G., & Cavalcanti, T. M. (2016). Avaliando o lado sombrio da personalidade: evidências psicométricas do dark triad dirty dozen. *Interamerican Journal of Psychology*, 50(3), 420-432.

Gouveia, V. V., Santos, W. S., Pimentel, C. E., Diniz, P. K. C., & Fonseca, Patrícia Nunes da. (2009). Questionário de comportamentos anti-sociais e delitivos: evidências psicométricas de uma versão reduzida. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 20-28.

Gouveia, V., & Santos, W., & Milfont, T., & Fischer, R., & Clemente, M., & Espinosa, P. (2010). Teoría Funcionalista de los Valores Humanos en España: Comprobación de las Hipótesis de Contenido y Estructura. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 213-224.

- Gouveia, V.V., Milfont, T.L., Fischer, R., & Santos, W.S. (2008). Teoria Funcionalista dos Valores Humanos. In M. L. M. Teixeira (Org.), Valores humanos e gestão: Novas perspectivas (pp. 47-80). São Paulo: Editora Senac.
- Green, S. B., & Yang, Y. (2009). Reliability of summed item scores using structural equation modeling: An alternative to coefficient alpha. *Psychometrika*, *74*, 155-167.
- Guerra, V. M., Gouveia, V. V., Sousa, D. M., Lima, T. J., & Freires, L. A. (2012). Sexual liberalism-conservatism: The effect of human values, gender, and previous sexual experience. *Archives of Sexual Behavior*, *41*, 1027-1039.
- Hagen, E. H., & Hammerstein, P. (2005). Evolutionary biology and the strategic view of ontogeny: genetic strategies provide robustness and flexibility in the life course. *Research in Human Development*, *2*, 87-101.
- Hair, J. R. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2014). *Multivariate Data Analysis* (7th ed.). Harlow: Pearson Education Limited.
- Hall, J. R., & Benning, S. D. (2006). The ‘successful’ psychopath: Adaptive and subclinical manifestations of psychopathy in the general population. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 459-478). New York: Guilford.
- Hanoch, Y., Johnson, J. G., & Wilke, A. (2006). Domain specificity in experimental measures and participant recruitment. *Psychological Science*, *17*, 300 - 304.
- Hare, R. D. (2003). *The Hare psychopathy checklist-revised* (2nd ed.). Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2008). Psychopathy as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Psychology*, *4*, 217-246.
- Hargreaves, J. (1997). Women’s boxing and related activities: introducing images and meanings, *Body & Society*, *3*(4), 33-50.

- Harms, P. D., Spain, S. M., & Hanna, S. T. (2012). Leader development and the dark side of personality. *Leadership Quarterly*, 22, 495-519.
- Hayes, A. F. (2017). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Guilford Publications.
- Hazaea, A., Ibrahim, N. & Nor, N. F. M. (2013). Dissemination of Human Values: Discourse Analysis of Global Educational Media Texts. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 118, 166-171.
- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world?. *Behavioral and brain sciences*, 33(2-3), 61-83.
- Hofstede, G. & Hofstede, G. J. (2005). *Cultures and Organizations. Software of the mind* (2. Ed.). New York: McGraw-Hill.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values* (2. Ed.). Beverly Hills, CA: Sage.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J. & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: software of the mind* (3. Ed.), New York: McGraw-Hill.
- Holtzman, N. S., & Strube, M. J. (2013). Above and beyond shortterm mating, long-term mating is uniquely tied to human personality. *Evolutionary Psychology*, 11, 1101-1129.
- Hopwood, C. J., Donnellan, M. B., Blonigen, D. N., Krueger, R. F., McGue, M., Iacono, W. G., & Burt, S. A. (2011). Genetic and environmental influences on personality trait stability and growth during the transition to adulthood: A threewave longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100, 545-556.

- Hoyle, R. H., Stephenson, M. T., Palmgreen, P., Lorch, E. P., & Donohew, R. L. (2002). Reliability and validity of a brief measure of sensation seeking. *Personality and Individual Differences, 32*, 401-414.
- Huang, Y., & Liang, C. (2015). A comparative study between the Dark Triad of personality and the Big Five. *Canadian Social Science, 11*, 93-98.
- Human Development Report. (2016). *Human development for everyone*. New York: United Nations Development Programme - UNDP. Recuperado de, http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf
- Inglehart R., & Norris, P. (2003). *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge University Press.
- Inglehart, R. (1971). 'The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies'. *American Political Science Review, 65*(4), 991-1017.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. F. (2008). Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. *West European Politics, 31*, 130-146.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.
- International Test Commission. (2010). *Guidelines for Translating and Adapting Tests*. Recuperado de <http://www.intestcom.org>
- Isaac, R. M., & James, D. (2000). Just Who Are You Calling Risk Averse? *Journal of Risk and Uncertainty 20*(2), 177-187.
- Jackson, D. N. (1971). The dynamics of structured personality tests. *Psychological Review, 78*, 229-248.

- Jakobwitz, S., & Egan, V. (2006). The dark triad and normal personality traits. *Personality and Individual Differences, 40*, 331-339.
- Johnson-Laird, P. N. (1983). *Mental Models: Towards a Cognitive Science of Language, Inference, and Consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The Dirty Dozen: A concise measure of the dark triad. *Psychological Assessment, 22*, 420–432.
- Jonason, P. K., Koenig, B. L., & Tost, J. (2010). Living a fast life: The dark triad and life history theory. *Human Nature, 21*(4), 428-442.
- Jonason, P. K., Li, N. P., & Buss, D. M. (2010). The costs and benefits of the Dark Triad: Implications for mate poaching and mate retention tactics. *Personality and Individual Differences, 48*(4), 373-378.
- Jonason, P. K., Li, N. P., Schmitt, D. M., & Webster, G. D. (2008). The Dark Triad: Facilitating a short-term mating strategy in men. *European Journal of Personality, 23*, 5-18.
- Jonason, P. K., Webster, G. D., Schmitt, D. P., Li, N. P., & Crysel, L. (2012). The antihero in popular culture: Life history theory and the Dark Triad personality traits. *Review of General Psychology, 16*, 192–199.
- Jonason, P. K., Icho, A., & Ireland, K. (2016). Resources, harshness, and unpredictability: the socioeconomic conditions associated with the Dark Triad traits. *Evolutionary Psychology, 14*(1), 1474704915623699.
- Jonason, P. K., Foster, J. D., Egorova, M. S., Parshikova, O., Csathó, Á., Oshio, A., & Gouveia, V. V. (2017). The Dark Triad traits from a life history perspective in six countries. *Frontiers in psychology, 8*, 1476.
- O'malley, P. (1992). Risk, power and crime prevention. *Economy and society, 21*(3), 252-275.

- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2009). "Machiavellianism". In M. R. Leary and R. H. Hoyle (Eds) *Handbook of Individual Differences in Social Behavior* (pp. 93-108). New York, NY: Guilford Press.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the short dark triad (SD3) a brief measure of dark personality traits. *Assessment*, 21(1), 28-41.
- Jones, D. N., & Weiser, D. (2014). Differential infidelity among the Dark Triad. *Personality and Individual Differences*, 57, 20–24.
- Josef, A. K., Richter, D., Samanez-Larkin, G. R., Wagner, G. G., Hertwig, R., & Mata, R. (2016). Stability and change in risk-taking propensity across the adult life span. *Journal of personality and social psychology*, 111, 430-450.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1974). Judgement under uncertainty: Heuristics and biases. *Nature*, 185, 1124–1131.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47, 263-291.
- Kammen, D. M., & Hassenzahl, D. M. (1999). Technological risk. In D. M Kammen, & D. M. Hassenzahl (Orgs.) *Should we risk it? exploring environmental, health, and technological problem solving* (pp. 266–267). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kaplan, H. S. (1996). A theory of fertility and parental investment in traditional and modern human societies. *Yearbook of Physical Anthropology*, 39, 91-135.
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public Opinion Quarterly*, 24(2), 163-204.
- Kawachi, I., & Subramanian, S. V. (2014). Income inequality. In L. F, Berkman., I, Kawachi., & M, Glymour (Eds.), *Social Epidemiology* (pp. 126–152). Oxford University Press: New York.

- Kawamoto, T. (2015). The translation and validation of the Mini-K scale in Japanese. *Japanese Psychological Research, 57*(3), 254-267.
- Kende, A., Ujhelyi, A., Joinson, A., & Greitemeyer, T. (2015). Putting the social (psychology) into social media. *European Journal of Social Psychology, 45*, 277-278.
- Knight, F. H. (1964). *Risk, uncertainty and profit*. Reprint of Economic Classics. New York: Augustus M. Kelley, Bookseller. (Original work published 1921).
- Koehn, M. A., Okan, C., & Jonason, P. K. (2018). A primer on the Dark Triad traits. *Australian Journal of Psychology*.
- Kokko, H., & Jennions, M. D. (2008). Parental investment, sexual selection and sex ratios. *Journal of evolutionary biology, 21*(4), 919-948.
- Koopmans, J. R., Boomsma, D. I., Heath, A. C., & van Doornen, L. J. (1995). A multivariate genetic analysis of sensation seeking. *Behavior Genetics, 25*(4), 349-356.
- Kowalski, C. M., Vernon, P. A., & Schermer, J. A. (2016). The general factor of personality: The relationship between the Big One and the Dark Triad. *Personality and Individual Differences, 88*, 256-260.
- Kraus, C., Thomson, D. L., Kunkele, J., & Trillmich, F. (2005). Living slow and dying young? Life history strategy and age-specific survival rates in a precocial small mammal. *Journal of Animal Ecology, 74*, 171-180.
- Kruger, D. J., & Nesse, R. M. (2007). Economic transition, male competition, and sex differences in mortality rates. *Evolutionary Psychology, 5*(2), 411-427.
- Lack, D. (1968). *Ecological adaptations for breeding in birds*. London, England: Methuen.

- Lazerfeld, P. F. & Henry, N. W. (1968). *Latent structure analysis*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- LeBreton, J. M., Binning, J. F., & Adorno, A. J. (2006). Subclinical psychopaths. Em J. C. Thomas & D. Segal (Eds.), *Comprehensive handbook of personality and psychopathology: Vol. 1. Personality and everyday functioning* (pp. 388-411). New York, NY: Wiley.
- Lee, K., & Ashton, M. C. (2005). Psychopathy, Machiavellianism, and narcissism in the Five-Factor Model and the HEXACO model of personality structure. *Personality and Individual Differences, 38*, 1571-1582.
- Lee, K., & Ashton, M. C. (2012). *The H factor of personality: Why some people are manipulative, self-entitled, materialistic, and exploitive—and why it matters for everyone*. Waterloo, Ontario, Canada: Wilfrid Laurier University Press.
- Lee, K., Gizzarone, M., & Ashton, M. C. (2003). Personality and the likelihood to sexually harass. *Sex Roles, 49*(1-2), 59-69.
- Levy, S. (1990). Values and deeds. *Applied Psychology: An International Review, 39*, 379-400.
- Lima, M. E. & Camino, L. (1995). A Política na vida de estudantes universitários: Uma análise em termos de espaço político e de valores. Em M. J. L. Silva (Ed.), *Iniciados* (pp. 11-35). João Pessoa: Editora Universitária.
- Little, T. D. (Ed.). (2013). *The Oxford handbook of quantitative methods, volume 1: Foundations*. Oxford University Press.
- Loomes, G. (2006). (How) can we value health, safety and the environment? Thinking and Reasoning, *Journal of Economic Psychology, 27*(6), 713-736.

- Lopes, G. S., Sela, Y., & Shackelford, T. K. (2017). Endorsement of existence values predicts mate retention behaviors. *Personality and Individual Differences, 113*(15), 184-186.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2013). FACTOR 9.2: A Comprehensive Program for Fitting Exploratory and Semiconfirmatory Factor Analysis and IRT Models. *Applied Psychological Measurement, 37*(6), 497-498.
- Lorenzo-Seva, U., Timmerman, M. E., & Kiers, H. A. L. (2011). The Hull Method for Selecting the Number of Common Factors. *Multivariate Behavioral Research, 46*(2), 340-364.
- Lucas, R. E., Deiner, E., Grob, A., Suh, E. M., & Shao, L. (2000). Cross-cultural evidence for the fundamental features of extraversion. *Journal of Personality and Social Psychology, 79*, 452-468.
- Lupton, D. (1999). Introduction: Risk and sociocultural theory. In D. Lupton (Ed.), *Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives* (pp. 1-10). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lupton, D., & Tulloch, J. (2002). Life would be pretty dull without risk': Voluntary risk-taking and its pleasures, *Health, risk and society, 4*(2), 113-124.
- Lyng, S. (1990). Edgework: A Social Psychological Analysis of Voluntary Risk Taking, *American Journal of Sociology, 95*(4), 851-886.
- MacDonald, K. B. (1998). Evolution, culture, and the five-factor model. *Journal of CrossCultural Psychology, 29*(1), 119-149.
- Machluf, K., & Bjorklund, D. F. (2015). Understanding Risk-Taking Behavior: Insights from Evolutionary Psychology. In: J. Tainter, T. Taylor, R., Brain, & R. Lobo, J. *Emerging trends in the social and behavioral sciences: An interdisciplinary, searchable, and linkable resource* (pp.1-15), John Wiley & Sons.

- Maio, G. R. (2010). Mental representations of social values. In *Advances in experimental social psychology* (Vol. 42, pp. 1-43). Academic Press.
- Maio, G. R. (2016). *The psychology of human values*. European Monographs in Social Psychology. London: Psychology Press.
- Maio, G., & Haddock, G. (2010). *The Psychology of attitudes and attitudes change*. (2nd) Los Angeles: Sage Publications.
- Malinowski, B. (1922/1976). *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- Manson, J. H. (2017). Are extraversion and openness indicators of a slow life history strategy? *Evolution and Human Behavior*, 38(4), 552-560.
- Marcus, D. K., & Zeigler-Hill, V. (2015). A big tent of dark personality traits. *Social and Personality Psychology Compass*, 9(8), 434-446.
- Margolis, H. (1996). *Dealing with Risk: Why the Public and the Experts Disagree on Environmental Issues*. Chicago: Chicago University Press.
- Marques, C., Silva, A. D., & Taveira, M. C. (2017). Valores como Preditores da Satisfação com a Vida em Jovens. *Psico-USF*, 22(2), 207-215.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- McCrae, R. R., & John, O. P. (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, 60, 175-215.
- McAdams, D. P., & Pals, J. (2006). A new Big Five: Fundamental principles for an integrative science of personality. *American Psychologist*, 61, 204-217.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T., Jr. (1999). A five-factor theory of personality. In L. A. Pervin & O. P. John (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research* (2nd ed., pp. 139-153). New York, NY: Guilford Press. McCrae, R. R., & John, O. P.

- (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, *60*, 175-215.
- McCrae, R. R., Kurtz, J. E., Yamagata, S., & Terracciano, A. (2011). Internal consistency, retest reliability, and their implications for personality scale validity. *Personality and Social Psychology Review*, *15*, 28-50.
- McLachlan, G. J. & Peel, D. (2000). *Finite mixture models*. John Wiley; New York, NY.
- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Medeiros, E. D., Gouveia, V. V., Gusmão, E. E. S., Milfont, T. L., Fonseca, P. N., & Aquino, T. A. A. (2012). Teoria funcionalista dos valores humanos: Evidências de sua adequação no contexto paraibano. *Revista de Administração Mackenzie*, *13*, 18-44.
- Medeiros, E. D., Sá, E. C. N., Monteiro, R. P., Santos, W. S., & Gusmão, E. É. S. (2017). Valores humanos, comportamentos antissociais e delitivos: evidências de um modelo explicativo. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *12(1)*, 147-163.
- Michalski, R. L., & Shackelford, T. K. (2010). Evolutionary personality psychology: Reconciling human nature and individual differences. *Personality and Individual Differences*, *48(5)*, 509-516.
- Milfont, T. L., Gouveia, V. V., & Costa, J. B. (2006). Determinantes psicológicos da intenção de constituir família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *19(1)*, 25-33.
- Miller, J. D., & Campbell, W. K. (2008). Comparing clinical and social-personality conceptualizations of narcissism. *Journal of Personality*, *76*, 449-476.

- Mishra, S. (2014). Decision-making under risk: Integrating perspectives from biology, economics, and psychology. *Personality and Social Psychology Review*, 18(3), 280-307.
- Molpeceres, M. (1994). *El sistema de valores: su configuración cultural y su socialización familiar en la adolescencia*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade de Valência, Espanha.
- Morin, A. J., Morizot, J., Boudrias, J. S., & Madore, I. (2011). A multifoci person-centered perspective on workplace affective commitment: A latent profile/factor mixture analysis. *Organizational Research Methods*, 14(1), 58-90.
- Mueller, D. J., & Wornhoff, S. A. (1990). Distinguishing personal and social values. *Educational and Psychological Measurement*, 50, 691-699.
- Mythen, G. (2008). Sociology and the Art of Risk, *Sociology Compass*, 2(1), 299–316.
- Nicholson, N., Fenton-O'creevy, M., Soane, E., & Willman, P. (2002). *Risk Propensity and Personality*, London: ESRC. Organizational Condition, Boston.
- Nugent, S. (2000). *Good risk, bad risk: Reflexive modernisation and amazonia*. In P.
- O'Malley, P. (2000). Uncertain subjects: Risks, lliberalism and contract. *Economy and Society*, 29(4), 460-484.
- Olver, J. M., & Mooradian, T. A. (2003). Personality traits and personal values: A conceptual and empirical integration. *Personality and Individual Differences*, 35,109-125.
- Parsons, T. (1959/1976). *El sistema social*. Madri: Revista de Occidente.
- Pasquali, L. (2007). *Teoria de resposta ao item: teoria, procedimentos e aplicações*. Brasília: LabPAM/Unb.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.

- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Paulhus, D. L., & Williams, K. M. (2002). The dark triad of personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy. *Journal of Research in Personality*, 36, 556 – 563.
- Paulhus, D. L., Jones, D. N. (2014). Measures of dark personalities. In G. J. Boyle, D.H. Saklofske, & G. Mathews (Eds.), *Measures of personality and social psychological constructs* (pp. 562-94), Academic Press, San Diego.
- Paunonen, S. V., & Jackson, D. N. (1996). The Jackson Personality Inventory and the five-factor model of personality. *Journal of Research in Personality*, 30(1), 42-59.
- Payne, B. K., Brown-Iannuzzi, J. L., & Hannay, J. W. (2017). Economic inequality increases risk taking. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*, 114(18), 4643-4648.
- Penke, L., Denissen, J. J. A., & Miller, G. F. (2007). The evolutionary genetics of personality. *European Journal of Personality*, 21, 549-587.
- Pereira, C. R., Sindic, D., & Camino, L. (2013). Metodologia da pesquisa em psicologia social. In L. Camino, A. R. Torres, M. E. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 109-186). Brasília: Technopolitik.
- Peterson, R. A., & Kim, Y. (2013). On the relationship between coefficient alpha and composite reliability. *Journal of Applied Psychology*, 98(1), 194-198.
- Promislow, D. E. L., & Harvey, P. H. (1990). Living fast and dying young: A comparative analysis of life history variation among mammals. *Journal of Zoology: Proceedings of the Zoological Society of London*, 220, 417–437.
- R Development Core Team (2015). *R: A language and environment for statistical computing*. Recuperado de <https://cran.r-project.org/doc/manuals/fullrefman.pdf>

- Radcliffe-Brown, A. R. (1952/1973). *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Raykov, T. (2001). Bias of coefficient α for fixed congeneric measures with correlated errors. *Applied Psychological Measurement*, 25, 69–76.
- Renn, O. (1992). Concept of Risk: A classification. In: Krinsky, S., & Golding, D. (Eds.), *Social Theories of Risk* (pp. 53–79). Westport, CT: Praeger.
- Roberts, B. W., Wood, D., & Caspi, A. (2008). The development of personality traits in adulthood. In O. P. John, R. W. Robins, & L. A. Pervin (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research* (3rd ed., pp. 375–398). New York, NY: Guilford Press.
- Robins, R. W., John, O. P., & Caspi, A. (1998). The typological approach to studying personality. In R. B. Cairns, L. R. Bergman, & J. Kagan (Eds.), *Methods and models for studying the individual* (pp. 135-160). Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- Roccas, S., Sagiv, L., Schwartz, S. H., & Knafo, A. (2002). The Big Five personality factors and personal values. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 789-801.
- Roff, D. A. (1992). *The Evolution of Life Histories. Theory and Analysis*. New York: Chapman and Hall.
- Roggi, O., & Ottonelli, O. (2013). An evolutionary perspective on the concept of risk, uncertainty and risk management. In E. I. Altman, & O. Roggi (Org.) *Measuring and Managing Risks. Emerging Global Standards and Regulation after the Financial Crisis* (pp. 3-37), World Scientific Press.
- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and social psychology review*, 4(3), 255-277.

- Rohrmann, B. (1999). Risk perception research: Review and documentation. *Studies on Risk Communication*, 68.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores humanos: Uma perspectiva histórica. Em M. Ros & V. V. Gouveia (Cords.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-53), São Paulo: Editora Senac.
- Ross, L., Lepper, M., & Ward, A. (2010). History of social psychology: Insights, challenges, and contributions to theory and application. *Handbook of social psychology*.
- Rosseel, Y. (2012). Lavaan: An R package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, 48, 1-36.
- Rushton, J. P. (1985). Differential K theory and race differences in E and N. *Personality and Individual Differences*, 6(6), 769-770.
- Rushton, J. P. (2004). Placing intelligence into an evolutionary framework or how g fits into the r-K matrix of life-history traits including longevity. *Intelligence*, 32(4), 321-328.
- Sacco, D. F., & Osipowicz, K. (2012). Life history theory and social psychology, *Frontiers in evolutionary Neuroscience*, 4(13), 1-2.
- Samejima, F. (1969). Estimation of a latent ability using a response pattern of graded score. *Psychometrika Monograph*, 34(17).
- Santos, W. S. (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do compromisso convencional e afiliação social*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- Sass, D. A. (2011). Testing measurement invariance and comparing latent factor means within a confirmatory factor analysis framework. *Journal of Psychoeducational Assessment, 29*(4), 347-363.
- Schermer, J. A., Vernon, P. A., Maio, G. R., & Jang, K. L. (2011). A behavior genetic study of the connection between social values and personality. *Twin Research and Human Genetics, 14*(3), 233-239.
- Schneider, J. O. (2001). Transmissão de valores de pais para filhos: Dimensões do desejável e do perceptível. *Transmissão de valores de pais para filhos: Dimensões do desejável e do perceptível*.
- Schoemaker, P. J. H. (1990). Are risk-attitudes related across domains and response modes? *Management Science, 36*, 1451–1463.
- Schreiber, J. B., Stage, F. K., King, J., Nora, A., & Barlow, E. A. (2006). Reporting structural equation modeling and confirmatory factor analysis results: A review. *The Journal of Educational Research, 99*(6), 324-337.
- Schultz, S. E., & Schultz, D. P. (2011). *Teorias da personalidade* (9ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: M. Zanna, M. (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, (pp. 1-65. Vol. 25). Orlando: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (2014). Functional theories of human values: Comment on Gouveia, Milfont, and Guerra (2014). *Personality and Individual Differences, 68*, 247–249.
- Schwartz, S. H. Cieciuch, J. Vecchione, M., Davidov, E., Fischer, R., Beierlein, C. *et al.* (2012). Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology, 103*, 663-2012.

- Schwartz, S. H., & Bardi, A. (1997). Influences of adaptation to communist rule on value priorities in Eastern Europe. *Political Psychology, 18*, 385-410.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Towards a psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology, 53*, 550-562.
- Schwarz, G. (1978.) Estimating the dimension of a model. *The Annals of Statistics, 6*(2), 461–464.
- Scott, A. (2000). Risk society or angst society? Two views of risk, consciousness and community. In B.Adam, U. Beck, & J. Van Loon (Eds.), *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory*. London: Sage Publications.
- Scrucca L., Fop M., Murphy T. B. and Raftery A. E. (2016) mclust 5: clustering, classification and density estimation using Gaussian finite mixture models *The R Journal* 8/1, pp. 205-233.
- Sefcek, J. A., Black, C. J., & Wolf, P. S. (2015). Evolutionary perspectives of personality. In V. Zeigler-Hill, L. L., Welling, & T. K. Shackelford *Evolutionary Perspectives on Social Psychology* (pp. 465-477). Springer, Cham.
- Seligman, C., Olson, J. M., & Zanna, M. P. (1996). *The psychology of values: The Ontario Symposium*, vol. 8. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- semTools Contributors. (2016). *semTools: Useful tools for structural equation modeling. R package version 0.4-12*. Recuperado de <http://cran.r-project.org/package=semTools>
- Sennett, R. (2001). *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Sheldon, K. M. (2005). Positive value change during college: Normative trends and individual differences. *Journal of Research in Personality, 39*, 209-223.

- Sibley, C. G., Luyten, N., Purnomo, M., Moberly, A., Wootton, L. W., Hammond, M. D., ... & Robertson, A. (2011). The Mini-IPIP6: Validation and extension of a short measure of the Big-Six factors of personality in New Zealand. *New Zealand Journal of Psychology, 40*, 142-159.
- Siegrist M., Keller C., & Kiers, H. A. (2005). A new look at the psychometric paradigm of perception of hazards, *Risk Analysis, 25(1)*, 211-22.
- Sijtsma, K. (2009). On the use, the misuse, and the very limited usefulness of Cronbach's alpha. *Psychometrika, 74*, 107–120.
- Sireci, S. G., Yang, Y., Harter, J., & Ehrlich, E. J. (2006). Evaluating guidelines for test adaptations: A methodological analysis of translation quality. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 37(5)*, 557-567.
- Škerlavaj, M., & Dimovski, V. (2009). Organizational learning and performance in two national cultures: A multi-group structural equation modeling approach. In W. R. King (Ed.), *Knowledge management and organizational learning* (Vol. 4, pp. 321-366). New York, NY: Springer.
- Slovic, P. (2001). *The Perception of Risk*. London: Earthscan.
- Smith, P. B., & Schwartz, S. H. (1997). Values. In J. W. Berry, M. H. Segall, & C. Kagitcibasi (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology* (2nd ed., Vol. 3, pp. 77-118). Boston: Allyn & Bacon.
- Sng, O., Neuberg, S. L., Varnum, M. E., & Kenrick, D. T. (2017). The crowded life is a slow life: Population density and life history strategy. *Journal of personality and social psychology, 112(5)*, 736.
- Soane, E., & Chmiel, N. (2005). Are risk preferences consistent? The influence of decision domain and personality on decision making. *Personality and Individual Differences, 38*, 1781–1791.

- Stearns, S. C., Ackermann, M., Doebeli, M., & Kaiser, M. (2000). Experimental evolution of aging, growth, and reproduction in fruitflies. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 97(7), 3309-3313.
- Stranger, M. (1999). The aesthetics of risk: a study of surfing, *International Review of the Sociology of Sport*, 34, p. 265–276.
- Šubrt, J. (2001). The problem of time from the perspective of the social sciences. *Czech Sociological Review*, 9(2), 211–224.
- Sussman, S., Dent, C. W., & McCullar, W. J. (2000). Group self-identification as a prospective predictor of drug use and violence in high-risk youth. *Psychology of Addictive Behavior*, 14, 192-196.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics* (6th ed.). Boston, MA: Allyn & Bacon.
- Taylor-Gooby, P., & Zinn, J. O. (2006). Current Directions in Risk Research: New Developments in Psychology and Sociology, *Risk Analysis*, 26(2), 397-411.
- Tein, J. Y., Coxe, S., and Cham, H. (2013). Statistical power to detect the correct number of classes in latent profile analysis. *Structural Equation Modeling* 20, 640–657.
- Thompson, P. B. (1986). The philosophical foundations of risk. Southern, *Journal of Philosophy*, 24(2), 273–286.
- Tooby, J., & Cosmides, L. (2015). The theoretical foundations of evolutionary psychology. In: D. M. Buss (Ed.), *The handbook of evolutionary psychology – Vol 1: Foundations* (2nd ed., pp. 3-87)
- Trimpop, R. M. (1994). *The Psychology of Risk-Taking Behaviour*. Amsterdam: North Holland Elsevier Science BV.

- Trujillo, E. M., Suárez, D. E., Lema, M., Londoño, A., (2015). How adolescents learn about risk perception and behavior in regards to alcohol use in light of social learning theory: a qualitative study in Bogotá, Colombia, *International Journal of Adolescent Medicine and Health*, 27(1), 3–9.
- Vasvári, T. (2015). Risk, Risk Perception, Risk Management: a Review of the Literature *Public Finance Quarterly*, 1, 29-48.
- Visser, B. A., Pozzebon, J. A., & Reina-Tamayo, A. M. (2014). Status-driven risk taking: Another “dark” personality? *Canadian Journal of Behavioural Science*, 46, 485-496.
- Vukasović, T., & Bratko, D. (2015). Heritability of personality: A metaanalysis of behavior genetic studies. *Psychological Bulletin*, 141, 769-785.
- Walters, G. D., Brinkley, C. A., Magaletta, P. R., & Diamond, P. M. (2008). Taxometric analysis of the Levenson Self-Report Psychopathy Scale. *Journal of Personality Assessment*, 90, 491-498.
- Watson D. (2004). Stability versus change, dependability versus error: Issues in the assessment of personality over time. *Journal of Research in Personality*, 38, 319–350.
- Weber, E. U. (1998). Who’s afraid of a little risk? New evidence for general risk aversion. In J. Shanteau, B. A. Mellers, & D. Schum (Eds.), *Decision Research from Bayesian Approaches to Normative Systems: Reflections on the Contributions of Ward Edwards*, pp. 53–64. Norwell, MA: Kluwer.
- Weber, E. U., & Johnson, E. J. (2008). Decisions under uncertainty: psychological, economic and neuroeconomic explanations of risk preference. In P Glimcher, C

- Weber, E. U., Blais, A.-R., & Betz, E. (2002). A domain-specific risk-attitude scale: Measuring risk perceptions and risk behaviors. *Journal of Behavioral Decision Making, 15*, 263–290.
- Webster, G. D. (2007). Evolutionary theory's increasing role in personality and social psychology. *Evolutionary Psychology, 5*, 84-91.
- Weiszflög, W. (2015). *Michaelis: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda.
- Weller, J. A., & Tikir A. (2010). Predicting Domain-Specific Risk Taking With the HEXACO Personality Structure. *Journal of Behavioral Decision Making, 24*(2), 180–201.
- Weller, J. A., Ceschi, A., & Randolph, C. (2015). Decision-making competence predicts domain-specific risk attitudes, *Frontiers in Psychology, 6*, 1-12.
- Welling, L. L., Zeigler-Hill, V., & Shackelford, T. K. (2015). Integrating Evolutionary Psychology and Social Psychology: Reflections and Future Directions. In V. Zeigler-Hill, L. L., Welling, & T. K. Shackelford *Evolutionary Perspectives on Social Psychology* (pp. 493-501). Springer, Cham.
- Wharton, F. (1992). Risk management: Basic concepts and general principles. In J. Ansell & F. Wharton (Eds.), *Risk: Analysis, Assessment and Management* (pp. 1-14). Chichester: John Wiley and Sons.
- Wilson, M., Daly, M., & Gordon, S. (1998). The evolved psychological apparatus of human decision-making is one source of environmental problems. In T. Caro (Ed.), *Behavioral ecology and conservation* (pp. 501–523). New York: Oxford University Press.
- Yates, J.F. (Ed.) (1992). *Risk Taking Behavior*. Chichester: John Wiley & Sons.

- Zacharopoulos, G., Lancaster, T. M., Maio, G. R., & Linden, D. E. (2016). The genetics of neuroticism and human values. *Genes, Brain and Behavior*, *15*(4), 361-366.
- Zachmann, K. (2014). Risk in Historical Perspective: Concepts, Contexts, and Conjunctions. In Klüppelberg, C, D. Straub, I. M. & Welppe (Eds), *Risk: A multidisciplinary introduction* (pp. 3-35). Berlin: Springer International Publishing.
- Zeigler-Hill, V., Welling, L. L., & Shackelford, T. K. (Eds.). (2015). *Evolutionary perspectives on social psychology*. Springer.
- Zinn, J. O. (2017). The meaning of risk-taking—key concepts and dimensions. *Journal of Risk Research*, 1-15.
- Zuckerman, M. (1994). Behavioral expressions and biosocial bases of sensation seeking. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zuckerman, M., & Kuhlman D. M. (2000). Personality and risk-taking: Common biosocial factors. *Journal of Personality*, *68*, 999-1029.

ANEXO I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHLA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CEP 58.051-900 – João Pessoa – PB

E-mail: vvgouveia@gmail.com; diegoloureto.dl@gmail.com

Prezado(a) Colaborador(a),

Estamos realizando uma pesquisa na Universidade Federal da Paraíba com o propósito de conhecer alguns comportamentos e pensamentos sociais cotidianos relacionados à tomada de risco. Neste sentido, para efetivação do estudo gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo este questionário.

Por favor, leia atentamente as instruções deste caderno e marque ou escreva a resposta que mais se aproxima do que você sente, pensa e/ou faz, sem deixar qualquer das questões em branco.

Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Você também pode abandonar o estudo a qualquer momento sem prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, estamos à sua inteira disposição no endereço acima para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Desde já, agradecemos sua colaboração.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação e executado, respectivamente, por Prof. Dr. Valdiney V. Gouveia e Gleidson Diego Lopes Loureto, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Declaro que estou ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos, assegurando a confidencialidade de minhas respostas e meu anonimato, e que poderei deixar o estudo a qualquer momento sem penalização.

João Pessoa, ____ de _____ de 2017

ANEXO II. Escala de Tomada de Risco Orientada ao Status (ETROS)

INSTRUÇÕES. A seguir são apresentadas 8 afirmações que tratam de características pessoais. Leia cada uma com atenção e, utilizando a escala de resposta abaixo, indique com um número ao lado de cada afirmação o quanto concorda ou discorda com o fato de ela descrevê-lo.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

01. ____ Prefiro viver como uma pessoa comum num lugar seguro do que como uma pessoa rica e poderosa em um lugar perigoso.
02. ____ Gostaria de ser uma pessoa famosa e poderosa, mesmo que isso acarretasse alto risco de assassinato.
03. ____ Estaria disposto(a) a trabalhar com materiais extremamente explosivos, desde que me pagassem bem pelo serviço.
04. ____ Arriscaria minha vida por uma boa chance de encontrar um tesouro.
05. ____ Estaria disposto(a) a arriscar a minha própria vida para vencer uma competição cujo prêmio me deixasse rico(a) e famoso(a).
06. ____ Gostaria de viver em um país onde as pessoas que assumissem grandes riscos tivessem a chance de conquistar maior status social.
07. ____ Não gostaria de ter um emprego que colocasse minha vida em risco (e.g., espião), mesmo recebendo um bom salário e outros benefícios.
08. ____ Prefiro uma vida segura como uma pessoa comum do que arriscar tudo para estar “no topo”.

ANEXO III. Inventário dos Seis Grandes Fatores de Personalidade/Mini-IPIP6)

Instruções: Por favor, marque o número que melhor representa a precisão com que cada declaração descreve você.

	Muito Impreciso						Muito Preciso
1. Eu sou a alma da festa	1	2	3	4	5	6	7
2. Eu sou solidário aos sentimentos de outras pessoas	1	2	3	4	5	6	7
3. Eu cumpro minhas tarefas rapidamente	1	2	3	4	5	6	7
4. Eu tenho mudanças frequentes de humor	1	2	3	4	5	6	7
5. Eu tenho uma imaginação fértil	1	2	3	4	5	6	7
6. Eu me sinto com mais direitos sobre tudo	1	2	3	4	5	6	7
7. Eu não falo muito	1	2	3	4	5	6	7
8. Eu não me interesso pelos problemas de outras pessoas.	1	2	3	4	5	6	7
9. Eu tenho dificuldades para entender ideias abstratas	1	2	3	4	5	6	7
10. Eu gosto de ordem	1	2	3	4	5	6	7
11. Eu deixo as coisas bagunçadas	1	2	3	4	5	6	7
12. Eu mereço mais coisas na vida	1	2	3	4	5	6	7
13. Eu não tenho uma boa imaginação	1	2	3	4	5	6	7
14. Eu sinto as emoções dos outros	1	2	3	4	5	6	7
15. Eu sou tranquilo (calmo, despreocupado) na maior parte do tempo	1	2	3	4	5	6	7
16. Eu fico irritado facilmente	1	2	3	4	5	6	7
17. Eu raramente me sinto triste	1	2	3	4	5	6	7
18. Eu gostaria de ser visto por aí dirigindo um carro muito caro	1	2	3	4	5	6	7
19. Eu sou discreto	1	2	3	4	5	6	7
20. Eu não estou realmente interessado nos outros	1	2	3	4	5	6	7
21. Eu não me interesso por ideias abstratas	1	2	3	4	5	6	7
22. Eu frequentemente esqueço de colocar as coisas de volta em seus devidos lugares	1	2	3	4	5	6	7
23. Eu converso com várias pessoas diferentes em festas	1	2	3	4	5	6	7
24. Eu obteria muito prazer possuindo coisas caras e luxuosas	1	2	3	4	5	6	7

ANEXO IV. Questionário de Valores Básicos (QVB)

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, **escreva um número ao lado de cada valor** para indicar em que medida o considera importante como **um princípio que guia sua vida**.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não Importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou menos Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

01. ___ **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
02. ___ **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ___ **SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
04. ___ **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ___ **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ___ **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ___ **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. ___ **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ___ **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar enfermo.
10. ___ **PAZ.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ___ **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ___ **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. ___ **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. ___ **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros.
15. ___ **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ___ **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ___ **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ___ **MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO V. Escala de Estratégias de Histórias de Vida (Mini-K)

Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda das afirmações a seguir. Faça isso utilizando a escala de resposta abaixo, escrevendo ao lado de cada afirmação um número que expressa sua concordância/discordância. Caso a afirmação não se aplique a você, por favor, escreva “0”.

Discordo totalmente	Discordo bastante	Discordo levemente	Não sei / Não se aplica	Concordo levemente	Concordo bastante	Concordo totalmente
-3	-2	-1	0	+1	+2	+3

- 01.____ Frequentemente consigo prever como as coisas sairão.
- 02.____ Tento entender como eu entrei em uma situação para descobrir como lidar com ela.
- 03.____ Frequentemente encontro o lado positivo para uma situação ruim.
- 04.____ Não desisto até solucionar meus problemas.
- 05.____ Normalmente faço planos com antecedência.
- 06.____ Evito correr riscos.
- 7.____ Enquanto estava crescendo, eu tinha um relacionamento íntimo e caloroso com minha mãe biológica.
- 8.____ Enquanto estava crescendo, eu tinha um relacionamento íntimo e caloroso com meu pai biológico.
- 9.____ Tenho um relacionamento íntimo e caloroso com meus próprios filhos.
- 10.____ Tenho um relacionamento íntimo e caloroso com meu(minha) parceiro(a) sexual.
- 11.____ Eu preferiria ter um relacionamento sexual do que vários ao mesmo tempo.
- 12.____ Tenho que ser intimamente ligado a uma pessoa antes de me sentir confortável para ter relações sexuais com ela.
- 13.____ Estou frequentemente em contato social com meus parentes consanguíneos.
- 14.____ Normalmente tenho apoio emocional e ajuda prática de meus parentes consanguíneos.
- 15.____ Normalmente dou apoio emocional e ajuda prática aos meus parentes consanguíneos.
- 16.____ Estou frequentemente em contato social com meus amigos.
- 17.____ Normalmente tenho apoio emocional e ajuda prática de meus amigos.
- 18.____ Normalmente dou apoio emocional e ajuda prática aos meus amigos.
- 19.____ Sou intimamente ligado e envolvido com minha comunidade.
- 20.____ Sou intimamente ligado e envolvido com minha religião.

ANEXO VI. Questionário Sóciodemográfico

PERGUNTAS DEMOGRÁFICAS. Finalmente, gostaríamos de conhecê-lo(a) um pouco mais. Neste sentido, pedimos que responda as perguntas a seguir:

01. Idade _____ 02. Sexo: Masculino Feminino

03. Onde você vive atualmente?

Cidade: _____

Estado: _____

04. Estado civil: Solteiro Casado/União estável Separado/Divorciado Viúvo

05. Religião: Católica Evangélica Espírita Sem religião
Outra: _____

06. Qual orientação sexual faz parte da sua identidade sexual?

Heterossexual Homossexual Bissexual Outra (Especifique: _____).

07. Instituição de Ensino Superior: Pública Privada

Curso: _____

Período: _____

08. Em que medida você se considera religioso? (circule um número):

Nada Religioso	1	2	3	4	5	Totalmente Religioso
----------------	---	---	---	---	---	----------------------

09. Em comparação com as pessoas da cidade em que vive, você se considera de qual classe social? (circule um número):

1	2	3	4	5
Classe baixa	Classe média baixa	Classe média	Classe média alta	Classe alta

10. Indique o valor de sua renda familiar (incluindo a sua): _____

11. Caso queira receber os resultados do estudo, informe seu e-mail: _____

ANEXO VII. Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TOMADA DE RISCO ORIENTADA AO STATUS A PARTIR DO PARADIGMA DA HISTÓRIA DE VIDA E SEUS CORRELATOS VALORATIVOS E DE PERSONALIDADE

Pesquisador: Valdiney Veloso Gouveia

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79831717.3.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.513.598

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 26 de Fevereiro de 2018

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com